

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL –
JORNALISMO

MARINA APARECIDA SEQUINEL

**O RETRATO DA VIOLÊNCIA REALIZADO POR REPÓRTERES MULHERES
NO JORNALISMO POLICIAL PARANAENSE**

CURITIBA
2014

MARINA APARECIDA SEQUINEL

**O RETRATO DA VIOLÊNCIA REALIZADO POR REPÓRTERES MULHERES
NO JORNALISMO POLICIAL PARANAENSE**

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, do Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná

Orientadora: Prof^a Pós Dr^a Rosa Maria Dalla Costa

CURITIBA
2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à orientadora Rosa Maria Dalla Costa, pelo acompanhamento durante esses dois semestres de árduo trabalho. Ela foi responsável por sugestões que possibilitaram a ligação de todos os elementos importantes desta monografia.

Agradeço também ao curso de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal do Paraná, pelo conhecimento adquirido e por ampliar de forma significativa a minha capacidade de visualizar a sociedade como um todo.

Meus agradecimentos vão também ao professor José Carlos Fernandes, que me orientou sobre o tema inicial deste trabalho, mostrando a ausência de uma pesquisa que retratasse as mulheres no jornalismo policial paranaense. Obrigada por todos os livros emprestados.

Agradeço também às jornalistas retratadas neste trabalho, que passaram horas conversando comigo sobre as suas experiências. Foi incrível mergulhar na realidade evidenciada por elas.

Por fim, um profundo obrigada aos meus pais Marilei Aparecida Alves Sequinel e Elton Luiz Sequinel, assim como toda a minha família, por me apoiar durante todo o curso e, sobretudo, nesta etapa final. Ao noivo e revisor Vinícius Tümmmler também todos os meus agradecimentos.

RESUMO

A editoria policial é uma área que tem amplo espaço e visibilidade nos veículos de comunicação, principalmente devido ao aumento da violência nos últimos anos em todo o Brasil. Os repórteres que se dedicam a apurar as notícias de crimes são majoritariamente homens no país e, conseqüentemente, também no estado do Paraná. No entanto, a partir da década de 1960, algumas mulheres decidiram entrar na profissão, enfrentando os preconceitos, dificuldades e garantindo um novo olhar sobre a violência na sociedade. Esse é o principal objetivo deste trabalho: identificar como se dava a percepção e a interpretação de jornalistas mulheres daquilo que há de mais obscuro na humanidade. Nesse contexto, três repórteres que cobriram alguns dos casos policiais mais famosos do Paraná contam as suas histórias, envolvendo tanto aspectos pessoais quanto profissionais: Terezinha Cardoso, Vânia Welte e Mara Cornelsen. Elas passaram grande parte da vida atuando como repórteres desse ramo e marcaram social e culturalmente o jornalismo policial no estado. As principais coberturas realizadas por elas também são reconstituídas nesta monografia, para que haja uma melhor compreensão do modo de fazer jornalístico e do olhar particular dessas mulheres sobre a violência.

Palavras-chave: Jornalismo policial. Mulheres. Violência. Paraná.

ABSTRACT

The police editorial is a field with great space and visibility in the media, mainly because the Brazil's violence has increased in the last years. The reporters who dedicate their career to write about crimes are mainly men over

the country and, consequently, in the state of Paraná. However, in the 1960s, women decided to begin to work on the news, facing prejudice, difficulties and bringing a new look about society's violence. This is the main goal of this paper: identify the women's perception and interpretation about the humanity's darkness attitudes. In this context, three reporters who have written some of the most famous police cases in Paraná tell their stories, which involve personal and professional aspects: Terezinha Cardoso, Vânia Welte and Mara Cornelsen. They built their careers in the field and helped to define socially and culturally the police journalism in the state. The main cases covered by these women are reconstructed in this monograph, in order to encourage a better comprehension of the journalism itself and the perception of these women about violence.

Key-words: Police journalism. Women. Violence. Paraná.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
1. MAPA DA VIOLÊNCIA NO BRASIL	9
1.1. JORNALISMO POLICIAL: “ESPREME QUE SAI SANGUE”	10
1.2. A MORTE COMO ESPETÁCULO	13
1.3. TRAJETÓRIA E CARACTERÍSTICAS DO JORNALISMO POLICIAL NO BRASIL	15
1.4. O JORNALISMO POLICIAL NO PARANÁ.....	22
1.5. A INSERÇÃO DAS MULHERES NA IMPRENSA.....	24
2. NO SUBMUNDO DA NOTÍCIA: A MAGRINHA, A BAIXINHA E A ALTA	27
2.1 O RETRATO DA BRUTALIDADE COMO SERVIÇO SOCIAL.....	36
2.2 ENCARAR A MORTE: OS OSSOS DO OFÍCIO	39
3. “SER MULHER” NO JORNALISMO POLICIAL	45
3.1 SENSIBILIDADE E OBSERVAÇÃO	51
4. POR DENTRO DOS CASOS DE POLÍCIA: MARA CORNELSEN	52
4.1 TRÁFICO INTERNACIONAL DE BEBÊS E CASO REGIANE.....	55
4.2 CASO RACHEL GENOFRE: QUEBRA-CABEÇAS SEM SOLUÇÃO.....	58
4.3 CHACINA DE CARAMBEÍ: TRÊS LÁPIDES E UM MISTÉRIO	61
5. COBERTURAS DA VETERANA TEREZINHA CARDOSO	64
5.1 CASO JACK PALANCE.....	66
5.2 CASO LEON ELIACHAR	69
6. VÂNIA WELTE E AS BRUXAS DE GUARATUBA	71
7. A PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA NO JORNALISMO FEITO POR MULHERES	76
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	80
ANEXOS	85

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema a atuação de repórteres mulheres no jornalismo policial do Paraná entre as décadas de 1960 e 2000. A ideia é analisar de que forma a condição feminina (o “ser mulher”) atingiu o fazer jornalístico neste ramo e, conseqüentemente, mostrar como a percepção da violência foi construída simbolicamente neste processo. A observação proposta leva em consideração o aprofundamento de casos mais importantes de três grandes pioneiras do jornalismo policial no estado: Terezinha Cardoso, Vânia Mara Welte e Mara Cornelsen.

O descobrir dos bastidores e dos procedimentos jornalísticos percorridos por essas mulheres, neste sentido, busca responder, teoricamente, às seguintes questões: como era encarar a morte e o horror e colocá-la, de certa forma, a disposição do público? De que modo o trabalho dessas mulheres se relaciona com as principais características do jornalismo policial ou se distancia delas? Como a violência era, então, construída, a partir das relações com as autoridades policiais e os criminosos envolvidos?

Antes de partir para o ponto central do trabalho, entretanto, é importante perpassar, primeiramente, por estudos e dados sobre o jornalismo policial como segmento de grande interesse do público. Além disso, é essencial destacar a evolução da presença das mulheres nesse tipo de atividade. Até meados da década de 1970, elas não possuíam grande expressividade dentro das redações brasileiras. Apenas vinte anos mais tarde, com a crescente profissionalização feminina e a chegada das mulheres em empregos considerados liberais (como a medicina e a advocacia, por exemplo), cerca de 40% das redações de jornais eram compostas por profissionais do sexo feminino (SUBTILL, 1996).

Ao recortarmos a área policial do jornalismo, é possível perceber que esse número é ainda menor. Se, nos dias atuais, é difícil encontrar mulheres que saem pelas ruas para cobrir a violência no Paraná e em outras regiões do Brasil, no final da década de 1960, essa atividade era praticamente restrita aos homens. No entanto, no mesmo período, durante a Ditadura Militar (1964-1985), algumas mulheres ousaram burlar essa realidade, ao saírem das

redações para realizar coberturas que marcaram o jornalismo paranaense - entre elas, as de cunho policial. É o caso, por exemplo, do grande ladrão de bancos “Jack Palance”, no início dos anos de 1970, que ficou conhecido em todo o Sul do Brasil. O desenrolar da história do assaltante foi acompanhada de perto por Terezinha Cardoso, desde o primeiro crime até ele ser preso em Santa Catarina. Os detalhes do caso serão revelados nos próximos capítulos deste trabalho.

Enfim, esta monografia busca revelar, como já mencionado nas primeiras linhas, através de pesquisas bibliográficas e entrevistas, a violência na visão de três mulheres consideradas pioneiras no jornalismo policial do estado. A primeira é a veterana Terezinha Cardoso, registrada em *O Estado do Paraná* em 1968 (jornal impresso que circulou de 1951 a 2011, quando foi vendido para o Grupo Paranaense de Comunicação. Atualmente, ele está vinculado ao site de notícias *Paraná Online*), e que tem no currículo reportagens como o caso do assassinato do jornalista Leon Eliachar em 1987 (NOGUEIRA, 1996). A segunda é a Vânia Mara Welte, que começou a trabalhar também no jornal *O Estado*, um ano antes de Terezinha. Vânia ganhou o prêmio Esso Regional Sul de Jornalismo em 1996 pela cobertura do caso “As Bruxas de Guaratuba” para o veículo *Hora H*. O crime relatado aconteceu em 1992, quando um menino de seis anos foi morto e a autoria do crime foi ligada pelas autoridades a um suposto ritual de magia negra (PRADO, 2011). E, por fim, Mara Cornelsen, da geração de 1970, repórter da *Tribuna do Paraná* (periódico curitibano fundado em 1956 e também comprado pelo GRPCOM em 2011), conhecida como a “musa do jornalismo policial”, devido ao cuidado com a aparência e à vaidade que ela nunca deixou de lado mesmo trabalhando nesta área. Um dos principais casos cobertos por ela foi o da menina Rachel Genofre, de nove anos, encontrada morta dentro de uma mala na Rodoviária de Curitiba em novembro de 2008. Até hoje o crime não possui solução (CORNELSEN, 2008).

É importante frisar, nesse sentido, em primeiro lugar, a escolha pelo formato monografia, que se deu pela possibilidade da análise aprofundada que ela confere, principalmente quando o tema possui determinado caráter histórico. Essas características devem ser, assim, aproveitadas para dar visibilidade às ações e vivências das repórteres em cada caso específico, além

de relacioná-las com os aspectos teóricos que as envolvem.

Em seguida, é interessante destacar que o trabalho tem como objetivo tratar da mulher e da violência: dois dos principais pontos da cultura de massa desde o século XX e, conseqüentemente, de extrema importância para o estudo da Comunicação (MORIN, 1962). Retratar a atuação das três personagens é mostrar a contribuição feminina para o jornalismo policial paranaense, que era (e ainda é) produzido majoritariamente por homens – mas que, a partir da década de 1960, foi invadido pelas mulheres pioneiras no ramo. Entre elas, a Terezinha, a Vânia e a Mara, que ousaram lidar de perto com crimes considerados bárbaros pela sociedade. Enquanto até os anos de 1970, a categoria feminina representava menos de 40% nas redações de jornais, em 2013, esse número cresceu para 64%, segundo dados da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Apesar disso, os homens ainda são predominantes na ocupação de cargos de chefia. Não há informações específicas sobre o número de mulheres que trabalham como repórteres policiais no Brasil e no Paraná.

O fascínio pelo jornalismo policial se revela, assim, já com os procedimentos que cercam o ramo e o modo como o público se relaciona com esse tipo de notícia. Dentre as editorias e estilos de reportagens, em muitos veículos, as que mais interessam o público, geralmente, são as que retratam a violência. Ocasionalmente, nos jornais e sites de notícia, um leitor reclama da exposição causada pelas matérias “banhadas de sangue”. É o que acontece na divulgação das reportagens em comentários pela rede social Facebook, por exemplo. Mesmo com a advertência, a pessoa não deixa de acessar os textos para saber os detalhes de homicídios, latrocínios, estupros e outros tipos de barbáries. Em um exemplo simples, pode-se utilizar, por exemplo, dados retirados do Google Analytics sobre o Portal Banda B, um dos maiores sites de notícias do Paraná e referência em jornalismo policial – sobretudo em *hard news*, com matérias publicadas minutos após a apuração do ocorrido. A reportagem intitulada “Para se vingar da mulher que queria se separar, pai mata filha de dois anos com tiro na cabeça”, da manhã do dia 29 de outubro de 2014 (o crime ocorreu em Piraquara, na região metropolitana), chegou a obter 7.613 visualizações em meia hora (o que representou cerca 19,29% dos acessos de todas as matérias do site). Enquanto isso, a publicação mais procurada, sem ser de cunho policial, é o horóscopo do dia, com 605

visualizações (1,53%), que, curiosamente, fica atrás até mesmo da busca de matérias no “arquivo policial” do site, com 638 visualizações (1,61%).

Página	Título da página	Visualizações de página (nos últimos 30 minutos)	
1. /	Portal Banda B - Rádio AM 550 - Curitiba	14.723	37,21%
2. /jornalismo/para-se-vinga...anos-com-tiro-na-cabeça/	Para se vingar da mulher ...2 anos com tiro na cabeça	7.632	19,29%
3. /jornalismo/homens-atiram...nos-e-atingida-na-cabeça/	Homens atiram em festa de...a cabeça - Portal Banda B	4.461	11,27%
4. /jornalismo/jovem-e-morto...ercio-da-mae-em-curitiba/	Jovem é morto com cinco t...mércio da mãe em Curitiba	1.410	3,56%
5. /jornalismo/antes-de-ser...eu-ameacas-pelo-facebook/	Antes de ser assassinada,...beu ameaças pelo Facebook	1.021	2,58%
6. /jornalismo/vandalos-dest...morar-prefeitura-lamenta/	Vândalos destroem casas d...morar; prefeitura lamenta	988	2,50%
7. /jornalismo/dono-de-balad...te-trilha-rio-de-janeiro/	Dono de balada em Curitiba...28 anos - Portal Banda B	926	2,34%
8. /jornalismo/moradores-ped...nto-em-que-ovo-e-lancado/	Moradores pedem ajuda par...ento em que ovo é lançado	724	1,83%
9. /jornalismo/policia/	Polícia Archives - Portal Banda B	638	1,61%
10. /horoscopo-do-dia/horoscopo-dia-29-de-outubro/	Horóscopo do dia 29 de outubro - Portal Banda B	605	1,53%
11. /horoscopo-do-dia/	Horóscopo do dia com Yara Ramos	559	1,41%

Gráfico 1 – Número de acesso nas matérias do Portal Banda B

Fonte: GOOGLE ANALYTICS, 2014

Nesse contexto é possível dizer que a realidade da violência e da morte interessa, como forma de “espetáculo”, amplamente a todos de modo igual, independente do nível cultural ou econômico de cada um. A morte estampada nos jornais fascina o público, devido a aura que a envolve, e serve como o local onde o indivíduo descarrega todas as suas angústias, medos e desejos reprimidos (ANGRIMANI, 1995). Daí a escolha do jornalismo policial: a Comunicação tem uma relação complexa com esse assunto, em uma mescla de sensacionalismo, banalidade e preocupação com a segurança pública.

É dentro de todo esse processo, e da íntima relação entre crime e jornalismo, que o olhar feminino sobre a violência deve ser desvendado e a sociedade em que vivemos, enfim, melhor compreendida. A ideia de explorar a atuação específica das mulheres veio, em primeiro lugar, da percepção de que há pouca representatividade feminina no jornalismo policial em geral – principalmente porque toda atividade ou ofício que engloba a violência e a agressividade é considerado masculino. Por isso a necessidade de quebrar esse paradigma e contar a história de mulheres que ousaram encarar a parte mais obscura da sociedade e passá-la adiante para o público, enriquecendo a prática jornalística. Como base para analisar esse aspecto em especial, o

trabalho traz também alguns conceitos utilizados nos Estudos de Gênero, a fim de desmistificar a ideia de que o jornalismo policial é uma atividade apenas dos homens em sua essência.

Considerando todas essas informações, a principal finalidade desta monografia é analisar de que forma a violência urbana no Paraná foi percebida por essas três mulheres, em um momento em que o jornalismo feito por homens predominava. O trabalho busca descobrir como as personagens vivenciaram e repassaram esses grandes casos para o público, no que diz respeito aos aspectos pessoais e jornalísticos de cada um. É possível, dessa forma, trazer à tona as estratégias de apuração das repórteres, no intuito de analisar a reconstituição dos acontecimentos feita pelos olhares de cada uma e relacioná-las com os elementos teóricos que cercam o jornalismo policial. A ideia parte do pressuposto de que a violência, o sangue e o crime são elementos construídos por novos sentidos sociais e ultrapassam a barreira meramente informativa (MOLICA, 2007).

São objetivos específicos deste trabalho:

- I. Identificar o papel social e histórico das mulheres para o jornalismo policial paranaense e, conseqüentemente, para a interpretação da violência urbana no estado e na capital. Afinal, os bastidores dos procedimentos jornalísticos, quando revelados, são mais úteis para a descoberta da essência da profissão e também para a compreensão da sociedade da qual fazemos parte (CUNHA, 2012);
- II. traçar os aspectos políticos, culturais e jornalísticos que caracterizaram o jornalismo policial brasileiro desde o início, criando um contexto social e histórico completo para o desenvolvimento do trabalho. Aqui é essencial o aprofundamento nos aspectos que dizem respeito ao modo pelo qual os crimes eram retratados e de que forma a ânsia pelo “espetáculo” guiava as reportagens (MOLICA, 2007);
- III. resgatar a cobertura do crime que teve maior repercussão estadual - ou nacional, dependendo do caso -, que cada personagem cobriu no período. Após trabalhar e garimpar os relatos, será possível realizar a reconstituição desses casos, que terá como elemento de construção a visão das mulheres sobre a violência;

- IV. a finalidade é, portanto, tentar responder as seguintes perguntas: como era ser repórter policial e mulher nas décadas de 1970 e 2000? De que forma a condição feminina influenciava na percepção da violência urbana? O trabalho pretende acompanhar essas mulheres nas coberturas, para enxergá-las além do jornalismo e garantir uma imersão nos lados mais sombrios da sociedade.

A elaboração desta monografia considerou a ideia de que a profissão de repórter policial não é comum ao gênero feminino até mesmo na atualidade. Justamente por isso, supõe-se que as mulheres enfrentam, no exercício de sua função e também fora dela, muitas dificuldades e até mesmo preconceitos. Partindo desses pressupostos, a principal hipótese deste trabalho é de que “ser mulher” interferiu e modificou a forma como a violência foi percebida e repassada pelas jornalistas. Isso quer dizer que a subjetividade do olhar jornalístico apresenta, nesse caso, um nível ainda mais peculiar: o do gênero feminino, que altera a percepção dos crimes na Comunicação. A monografia é construída, assim, levando-se em consideração que esse processo de mudança acontece com todos os envolvidos nos fatos: jornalistas, policiais, testemunhas, familiares, vítimas, criminosos e com o público em geral.

Para que a realização deste trabalho fosse possível, foram feitas pesquisas bibliográficas sobre o tema, a fim de estabelecer uma linha histórica do jornalismo policial no Brasil e, especificamente, no Paraná, e as suas características sociais e editoriais, sobretudo em relação à morte como espetáculo e como grande interesse do público. A partir dessas informações, foi possível traçar as principais mudanças que marcaram esse ramo do jornalismo, com o desenvolvimento da complexidade dos crimes ao longo do tempo. Além disso, estudos sobre a colocação da mulher na sociedade como um “ser inferior” também foram abordados, a fim de compreender como se dá a construção cultural da superioridade masculina e, conseqüentemente, a participação feminina nesse meio. Estes assuntos são tratados nos primeiros capítulos.

Para focar um pouco mais no jornalismo policial paranaense, ainda para contextualizar o leitor, uma entrevista foi feita com Elza de Oliveira Filha, atual professora no curso de Comunicação Institucional da Universidade

Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Ela trabalhou como jornalista, durante as décadas de 1970 e 1990, e uma das editorias da qual fez parte foi a policial. Elza explicou o que norteou o valor-notícia nos primeiros veículos impressos que apostaram nas manchetes voltadas para o jornalismo policial no Paraná e também as técnicas e o sensacionalismo que as envolviam. Em seguida, comentou sobre a passagem das reportagens desse gênero para os outros meios, como a televisão, que começou a investir massivamente em programas estritamente policiais. Elza citou também os casos de violência que mais chocaram e que tiveram maior repercussão no estado até hoje. Todos eles são abordados nos próximos capítulos desta monografia.

Depois de feito este recorte, as entrevistas com as três personagens foram cruciais para o trabalho - todas realizadas pessoalmente, com duração entre uma hora e meia e duas horas, em que elas contaram sobre as experiências que passaram e os principais casos que cobriram. Terezinha Cardoso foi a primeira, escolhida por se tratar de uma das pioneiras no jornalismo policial paranaense, começando a carreira em 1968. A segunda, Vânia Welte, que se dedicou ao máximo a causas referentes à violência contra crianças e cobriu o famoso caso das Bruxas de Guaratuba (1992), que lhe concedeu o Prêmio Esso Regional Sul de Jornalismo em 1996. A terceira, Mara Cornelsen, é uma das poucas mulheres que construiu toda a trajetória no jornalismo policial no Paraná, do começo ao fim (1979-2009). As entrevistas foram transcritas, para que os relatos não fossem prejudicados, e repassadas para este trabalho relacionando-as entre si, para destacar os elementos semelhantes e diferentes que compõem as histórias dessas mulheres. Entre eles, fatores pessoais, como o que a morte e a violência significam para cada uma e que situações elas enfrentaram e atitudes tomaram por serem mulheres; além de fatores profissionais: como era a profissão, quais técnicas eram utilizadas, o que era considerado notícia e como se dava o relacionamento com as fontes e outros jornalistas.

Para começar toda essa análise, é importante conhecer também as estatísticas sobre a violência no Brasil, principalmente em relação aos homicídios. Os dados são do ano de 2013 e fazem parte da primeira explanação do trabalho.

1. MAPA DA VIOLÊNCIA NO BRASIL

A partir dos anos de 1980, há um aumento acelerado no número de homicídios no Brasil – dentre todos os outros tipos de crimes. As pesquisas, que começam a analisar a violência no país de modo mais completo nessa década, mostram que a taxa foi de 11,7 assassinatos por 100 mil habitantes até chegar em 28,9 em 2003 – a gradiente foi de 4% de crescimento anual. Após 2003, campanhas de desarmamento e políticas pontuais em algumas Unidades da Federação com grande peso demográfico causaram uma queda nos números até 2007, quando houve o ponto de reinício da escalada de violência (WAISELFISZ, 2013).

Segundo os registros do Sistema de Informações de Mortalidade, entre os anos de 1980 e 2011, morreram no país 1.145.908 pessoas vítimas de homicídio, 995.284 de acidente de transporte, 205.890 de suicídio. As três causas somadas totalizaram 2.347.082 pessoas mortas. O que conduz esses aumentos são, fundamentalmente, os assassinatos, que cresceram 132,1%; em segundo lugar os suicídios, com 56,4%; e também os óbitos em acidentes, que aumentaram 28,5%. O número de habitantes no Brasil em 1980 era de 118.562.549 e em 2011 de 190.775.799.

Na virada do século XX para o XXI, os índices se estabilizaram em 27,1 homicídios por 100 mil pessoas, mas continuam altos: o número passa de 49,9 mil em 2001 para 52,2 mil mortes em 2011 – o aumento populacional foi responsável por garantir essas estatísticas. Em 2013, o Brasil é o sétimo colocado no mundo em casos de homicídios, com a taxa de 27,4 homicídios por 100 mil habitantes, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) – em um país com 201.032.714 habitantes. No caso de jovens entre 14 e 25 anos, esse número aumenta para 54,8. El Salvador lidera o *ranking* (64,2), seguido de Trinidad e Tobago (46,1), Colômbia (45,0), Ilhas Virgens (40,0), Guatemala (38,7) e da Venezuela (36,4).

Na década de 1990, o país chegou a ocupar a segunda colocação, liderado então pela Venezuela. A queda brasileira na lista dos países com as

maiores incidências desse tipo de crime não significa que a violência foi reduzida, mas que houve aumento em outros lugares no mundo. No caso dos homicídios de jovens, o Brasil tem taxa mais de 500 vezes maior do que a de Hong Kong (China), 273 vezes maior do que a da Inglaterra e do Japão e 137 vezes maior do que a da Alemanha e da Áustria.

A violência, nesse sentido, tem causas e consequências múltiplas. Apesar disso, é possível notar, no caso brasileiro, três fatores determinantes, de acordo com Waiselfisz. Em primeiro lugar, a cultura da violência, já que há o costume de se solucionar conflitos com a morte. Parte disso tem herança nas raízes escravagistas na América Latina. Em segundo lugar, a circulação de armas de fogo - estima-se que, no país, haja cerca de 15 milhões de armas das quais a metade é portada de forma ilegal. O terceiro ponto é a impunidade: a estimativa é de que apenas 4% dos homicidas cumpram pena em regime fechado, como apontam dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Todos esses fatores aliados colocam o Brasil como um dos países mais violentos do mundo.

Além disso, há a dinâmica social do país que contribui para esta realidade: de acordo com Felix (1996), a falta de progresso pessoal de maneira isolada, estimulada pela pobreza, não estimula o crime. Outras atenuantes devem ser levadas em consideração: a miséria de alguns em contraste com a riqueza de outros; o processo de segregação espacial presente na vida urbana; a expansão urbana desigual, com a criação de bairros sem condições de garantir uma vida digna aos cidadãos; a desintegração dos laços frente a uma sociedade competitiva, pela instabilidade proporcionada diante da vida moderna; pela agressividade e indiferença afetiva da ausência de raízes sociais (CASTRO, 1983).

1.1. JORNALISMO POLICIAL: “ESPREME QUE SAI SANGUE”

O jornalismo policial é a área que se concentra em reportagens criminais e abrange a polícia, mas não se limita exclusivamente a ela. O

repórter que ousa entrar para esse ramo deve lidar ainda com o poder judiciário, na medida em que os acusados são julgados por instâncias maiores, que se manifestam através dos tribunais e de instituições como o Ministério Público, por exemplo. Além disso, durante a execução das matérias, os profissionais têm contato, ainda, com psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, administradores prisionais, sociólogos e antropólogos (SOUZA, 2008).

Ao mesmo tempo, o repórter policial vivencia e retrata a barbárie e a humanidade em seus estágios mais primitivos, causando um grande impacto na sociedade ao extrapolar o âmbito jornalístico. Assim, os fatos narrados viram tema de debates nos lares, nas ruas, nas escolas, universidades, em meios políticos e virtuais. Todo esse trabalho é feito por profissionais que são, na maioria das vezes, impulsionados pela adrenalina e pelo perigo. Ele cobre rebeliões *in loco*; entra em penitenciárias e delegacias e mantém contato direto com os amotinados; acompanha perseguições, confrontos policiais e participa de operações em morros e favelas, correndo risco de retaliações físicas e psicológicas por parte dos policiais e dos bandidos. Dentro desse universo, pode-se dizer que o jornalista se arrisca para abordar temas que são nada mais do que histórias humanas, que chocam, comovem, revoltam e despertam os mais fortes sentimentos nas pessoas – tanto nos emissores quanto nos receptores da informação (FUCCIA, 2008).

Justamente por extrair do fato a sua carga emotiva e apelativa e a enaltecer, o jornalismo policial é ligado pela maioria dos autores ao sensacionalismo (ANGRIMANI, 1995). É o que acontece quando, por exemplo, a vida da vítima de um crime bárbaro é resgatada em matérias posteriores ao fato em si, mostrando o que aquela pessoa fazia e quais eram os seus planos e desejos para o futuro – futuro que foi drasticamente interrompido pela violência. Isso se repete, ainda, quando suítes (continuação, atualização de uma notícia) são realizadas por dias consecutivos (ou até semanas) depois do crime, relembando exaustivamente ao público o que ocorreu. Dessa maneira, no jornalismo sensacionalista, as notícias funcionam como “pseudo-alimento” às carências do espírito humano.

De acordo com Angrimani, a linguagem usada, então, para promover esse envolvimento com o público é a do clichê. Ao mesmo tempo em que o receptor precisa de certo distanciamento dos fatos violentos, há também uma

necessidade de fascinação, de “romper o escudo contra as emoções fortes”. Para tanto, as formas especificamente sígnicas não bastam: o público deve se entregar aos sentimentos e, se possível, viver com os personagens relatados na notícia. É a partir desta ideia que se pode separar, segundo os conceitos abordados pelo autor, dois tipos principais de jornalismo policial: o transgressivo e o punitivo.

O primeiro aparece como a vontade do indivíduo de transgredir as regras, de ele mesmo matar alguém pelo “id personificado”, por meio do qual ele pode realizar inconscientemente, por procuração, pulsões reprimidas. Ou seja, o jornal “mata” alguém que o próprio leitor gostaria de ter matado (o homem ou a mulher infiel, o bandido, o estuprador). A terminologia do id é usada pelo autor a partir dos conceitos do criador na Psicanálise, o austríaco Sigmund Freud (1933). O pensamento abrange a fonte da energia psíquica humana, formada pelos instintos, impulsos orgânicos e os desejos inconscientes. Ele funciona segundo o princípio do prazer e busca sempre evitar o que é aversivo.

A narrativa (sensacionalista) transporta o leitor; é como se ele estivesse lá, junto ao estuprador, ao assassino, ao macumbeiro, ao sequestrador, sentindo as mesmas emoções. Essa narrativa delega sensações por procuração, porque a interiorização, a participação e o reconhecimento desses papéis, tornam o mundo da contravenção subjetivamente real para o leitor. A humanização do relato faz com que o leitor reviva o acontecimento como se fosse ele o próprio autor do que está sendo narrado. (ANGRIMANI, 1995, p. 17)

Por um processo de “projeção-identificação”, o receptor identifica-se com personagens que lhe são estranhos (como o assassino, por exemplo) e busca viver experiências que ele por si só não tem coragem de viver (MORIN, 1962). Angrimani explica que, ao invés de incentivar a violência, como se acredita, o jornalismo policial realiza o contrário a partir da personificação do id: expurga os desejos mais íntimos dos leitores. Pela maneira própria de engendramento discursivo, ele permite o acesso ao mundo da liberdade pela exploração de temas agressivos, que não podem ser realizados na vida cotidiana, já que estão submetidos às leis e à censura. A projeção se dá, então, através da leitura e da fruição do meio.

Quando o leitor afirma que “gosta de ver como o crime aconteceu”, ele

corroborar o fato de que a narrativa policialesca transporta o leitor, colocando-o junto ao assassino, ao drogado, ao estuprador ou sequestrador, fazendo-o sentir as mesmas emoções. Assim, o jornal sensacionalista atua como meio de transporte do inconsciente, personificando o id.

Já o segundo tipo de jornalismo policial, ainda na terminologia de Freud, aparece como um “superego acessório”, ao promover a punição dos criminosos. Nesse sentido, as matérias ressaltam os valores da sociedade e da psique social (por isso a denominação “superego”) de advertência, realizando essa tarefa moralizadora para e sobre o receptor. Dentro dessa classificação, o jornalismo trabalha na acepção de que a morte de alguém representa uma intromissão do superego socializado pelo meio, que estabelece indiretamente regras de comportamento. Ele relembra continuamente que as regras e as leis existem e exigem a obediência de todos. Como resumo, pode-se dizer, enfim, que o jornalismo policial “socializa” o superego e “personifica o id”.

O jornal, através do conjunto manchete-foto-reportagem, incorpora a postura de alguém que quer punir. O leitor, como ego-alvo, pode agir como uma criança diante de um pai severo e se sentir reprimido por procuração. O sensacionalismo demanda, portanto, acesso ao inconsciente, já que busca romper a couraça protetora sênica, que serve como “um mecanismo de defesa do ego”. Ele utiliza todos os recursos da linguagem disponíveis para a fusão do público com a história relatada. São emoções inconscientes atingidas numa reação semelhante à de tocar um nervo exposto.

1.2. A MORTE COMO ESPETÁCULO

A morte do outro, no jornalismo policial, é analisada por Angrimani por meio de ideias levantadas por Baudrillard (1976). Segundo ele, na relação a três entre morte-jornal-leitor ocorre uma espécie de jubilação “secreta” e “obscena” e a morte estampada no noticiário é saboreada como “espetáculo” por pessoas de diferentes classes sociais. Essa interação é visível ainda atualmente, quase 40 anos depois da afirmação de Baudrillard, mesmo com o aumento significativo da violência na sociedade.

A nossa cultura é, para ele, higiênica e busca expurgar a vida da morte. Se, antes, a moral ordenava para o ser humano não matar, na contemporaneidade, a ordem é não morrer. A morte é um fantasma que conduz o homem a várias direções, através da ideia de que aboli-la é a maior das fantasias: a eternidade para as religiões, a verdade para a ciência, a acumulação para a economia. Toda essa aura em relação à morte provoca uma sensação contraditória no receptor quando ele se depara com a imagem de um cadáver no jornal.

Há algo de perturbador na percepção da imagem, algo impressionante, mas, ao mesmo tempo, ela atua no sentido inverso: “mata” o outro e “preserva” o leitor. A morte representa aqui um ato simbólico que garante a integridade do observador. É a ideia de que existe, a princípio, uma preocupação e empatia, que são amenizadas pela rápida constatação de que “aconteceu com o outro e não comigo”.

Pensamos imediatamente em Bataille e na sua afirmação de que o cadáver impressiona por lembrar aos vivos “a imagem de seu destino”. O leitor, então, recebe um choque, imaginando que amanhã poderá ser a vez dele. Mas ao mesmo tempo em que se produz este impacto (a morte ilustrada, ampliada, por um recurso de linguagem editorial sensacionalista), vem também o alívio. O jornal atende a uma necessidade inconsciente, onde o cadáver “ilustrado” morre “por procuração” no lugar do leitor. (ANGRIMANI, 1995, p. 56)

Existem, dessa forma, vários tipos de mortes no jornal sensacionalista, desde a “punitiva” e “cômica”, passando pela “pitoresca”, até a “sádica” e “casual”. Às vezes, de acordo com Baudrillard, o cadáver fará o leitor rir ou atrairá descargas projetivas sádicas, vingativas; terá um registro meramente corriqueiro ou, ainda, vai compor uma história imaginosa.

Para causar essas reações no público, o jornalismo policial utiliza-se, muitas vezes, do chamado *fait divers* (conceito que significa “fatos diversos”, inusitados). Como informação autossuficiente, ele traz em sua estrutura uma carga de interesse humano, curiosidade, fantasia, impacto, raridade, humor e espetáculo. O *fait divers* causa uma tênue sensação de algo vivido no crime, no sexo e na morte. Conseqüentemente, provoca impressões, efeitos e imagens que estão comprimidas nas formas discursivas do fato-sensação.

A morte “cômica”, por exemplo, procura mexer com o id, afrouxar a vigilância do superego e, acima de tudo, desconstruir o leitor. O *fait divers*,

então, é narrado por meio da linguagem clichê e provoca uma descarga de satisfação do leitor, que vai rir e se divertir com o texto. Esse tipo de situação é bastante comum quando a morte em questão é de um criminoso, que acabou “se dando mal” depois de ser repreendido pela vítima ou pela polícia. Se enquadram também nessa classificação mortes “inexplicáveis” com um toque de história ficcional, como o caso citado por Angrimani do homem que perdeu a vida após colocar o pênis na tomada.

O autor mostra também alguns exemplos de manchetes policiais que refletem a morte colocada “de bandeja” para o público como espetáculo: “Um crime abominável!!! Um homem de 60 anos cortados em pedaços” com o subtítulo “Enfiado em uma lata e jogado como ração aos porcos”; “Um crime pavoroso: seis crianças assassinadas por sua mãe”; e ainda “Um crime sem precedentes!!! Uma mulher queimada viva por seus filhos”. Todos esses títulos foram retirados dos chamados “canards”, jornais populares da França, publicados no século XIX, que faziam muito sucesso ao relatarem *fait divers* criminais. Eles possuíam apenas uma página, com título, ilustração e texto.

1.3. TRAJETÓRIA E CARACTERÍSTICAS DO JORNALISMO POLICIAL NO BRASIL

A trajetória do jornalismo policial no Brasil começa ainda no período da chamada Primeira República (1889-1930), quando acontece o processo de “regeneração” das cidades, sobretudo na capital do país da época, o Rio de Janeiro. A desestabilização da república provocou a reforma urbana, onde a elite imperial desmantelou-se e emergiu, em seu lugar, a elite burguesa. Apesar de romper com os grupos tradicionais, a nova burguesia continuou a favorecer os cafeicultores paulistas econômica e politicamente (SEVCENKO, 1985).

A centralidade da riqueza nas mãos desses agricultores causou a retirada em massa de grande parte da população para as periferias das cidades, por meio da formação de favelas e comunidades nos subúrbios. Somado ao excedente de mão-de-obra oriundo da abolição da escravidão e da

crise cafeeira do Vale do Paraíba, formou-se uma massa de pessoas sem trabalho que se amontoavam nos antigos casarões coloniais e faziam motins espontâneos devido às precárias condições de vida. Esses grupos eram vítimas da violência policial, que os removiam do centro da cidade quando não possuísem emprego ou domicílio fixo. A explosão demográfica da capital e a miséria formaram o que o historiador brasileiro Nicolau Sevcenko chamou de “inferno social”.

A partir daí, principalmente ao longo das décadas de 1910 e 1920, o horror cotidiano que passou a fazer parte da periferia ganhou as manchetes dos jornais. O mesmo misto de curiosidade sádica e violência que levava a um eventual sentimento de *mea-culpa* era responsável pelo sucesso de vendas dos periódicos. A rigor, as notas sensacionais começam, então, a invadir as páginas das principais publicações, que acabam por abandonar as longas digressões políticas. Nesse contexto, o jornalismo policial começou a se moldar com nomes como o do jovem Nelson Rodrigues, de apenas 13 anos. Quando começou a carreira em *A Manhã*, jornal do pai, ele quis justamente trabalhar como repórter policial. Nelson era “o menino que espia pela fechadura, à procura do amor e da dor”, como ele mesmo sentenciou caracteristicamente (BARBOSA, 2007).

É corrente em certos jornais ilustrados do Rio a exibição de horrores. Qualquer crime ou acidente serve de pretexto para gravuras repelentes: crânios abertos, braços decepados, olhos esgazeados e mãos crispadas pela dor. Se é demasiado consagrar a notoriedade dos criminosos pela divulgação do retrato - a não ser nos casos em tal publicidade auxilie a ação policial - não se compreende essa maneira de interessar os leitores. Que sadismo barato esse que se pretende atribuir ao nosso público! (*O Paiz*, 1916, em BARBOSA, 2007, p. 49)

A citação acima foi publicada no jornal *O Paiz*, do Rio de Janeiro, que circulou na cidade de 1884 a 1934. O trecho mostra a popularidade das notícias que despertava toda ordem de sensações no público. Ao falar de crimes, desastres, incêndios, roubos, e todos os outros tipos de tragédias, o cronista policial transportava o leitor para um mundo já conhecido mas não explorado, que ganhava um novo significado com a coerência e os sentidos atribuídos por ele. Em 2 de dezembro de 1916, *O Paiz* afirmou ainda que os espaços dedicados ao sensacionalismo do crime são “o reflexo exato da

curiosidade, do horror ou da piedade dos leitores”.

Segundo Barbosa (2007), a sedução desse ambiente chegou também ao cronista Paulo Barreto, mais conhecido como João do Rio, um dos principais repórteres do Rio de Janeiro do século XX. Ele saía para as ruas com o objetivo de retratar a tensão social que as caracterizavam. Os ingredientes constantes usados por ele nas reportagens que ousaram dilacerar o lado violento da sociedade foram a passionalidade, a descrição minuciosa dos fatos e a narrativa que mistura realidade e fantasia. Essas matérias mexiam com os corações e mentes da população que, graças a incisivas ações urbanísticas, teve a oportunidade de se alfabetizar.

Já a partir dessa época os repórteres saíam em bando de suas redações e se dirigiam rapidamente aos locais das tragédias, para descrever aquilo que viam nos jornais. Barbosa relata que não havia tempo para emoções ou empatia e, mesmo diante da dor e da agonia dos envolvidos, o jornalista tinha que falar com as fontes, observar a cena em questão, descobrir o que aconteceu e voltar para escrever o texto. Posteriormente, a matéria era estampada na capa dos periódicos com as cores da violência. No seu primeiro mês de redação no jornal *A Manhã* (1925), Nelson Rodrigues foi cobrir um acidente de trem “assombroso”, que matou cerca de cem pessoas.

No meu primeiro mês de redação, houve um desastre de trem que assombrou a cidade. Morreram cem pessoas. Quando nós, da reportagem, chegamos; muitos ainda agonizavam; e uma moça, com as duas pernas esmagadas, pedia pelo amor de Deus: - Me matem, me matem. Eu via, atônito, os vagões trepados uns nos outros. Lá estava a locomotiva entornada. Um trem cavalgando outro trem. E o pior era a promiscuidade de feridos e mortos. De vez em quando, uma mão brotava das ferragens. E um colega tropeçou numa cabeça sem corpo. Houve um momento em que me encostei num poste e tranquei os lábios, em náuseas medonhas. Um colega achou graça: - Seja homem (Rodrigues, 1977, em BARBOSA, 2007, p. 52)

A imprensa do período gostava de sangue, já que o futebol ainda não tinha se instalado nas primeiras páginas dos jornais. A reportagem se preocupava em invadir o necrotério, a alcova, e fazia uma espécie de saque de fotografias e cartas íntimas. As narrativas, dessa maneira, apelavam para um imaginário que navegava entre a fantasia e a realidade, como destaca Barbosa (2007). As tragédias cotidianas, por sua vez, descreviam conteúdos que aparecem e reaparecem sob a forma de notícias, passando pelos mais

variados tipos de barbaridades e horror. Uma espécie de fluxo sensacional permanece nas histórias desse gênero, interpelando o popular a partir da mescla do ficcional com o real presumido. As situações e temáticas se repetem, mas não os personagens, que mudam a cada caso. Há, assim, as inflexões necessárias para a construção temporal e espacial do fato, com as representações que falam de crimes e mortes violentas, de milagres ou desastres, de tudo o que foge a uma ideia de ordem e normalidade. As reportagens, então, retratam os dramas cotidianos e os “desnuda” com todos os detalhes, para que o próprio leitor possa se identificar e presumir (a partir da sua imaginação criadora) a cena colocada em evidência.

A popularização das temáticas criminais se dá, através das características apontadas, com o surgimento de jornais diários dedicados inteiramente aos escândalos e tragédias, como o já citado *A Manhã* e também *Crítica* (1928). Esses periódicos vão fortalecer o processo de identificação do leitor com os acontecimentos narrados. Em muitos dos casos, como o do trem citado por Nelson Rodrigues, o receptor se comove e se aproxima das vítimas, na dor ou no medo. Está construída, assim, a cena dual: o mau contra o bom, ou a pessoa indefesa que diante do inesperado pode perder a vida; o amor *versus* o ódio ou a compaixão diante da dor alheia; a frieza em contraposição à inocência ou a certeza de que os limites entre ser vítima ou não dependem meramente do acaso.

Narram-se acontecimentos que se constituem pelo seu aspecto causal e pela coincidência. Existindo, perturbam a ordem pelo inusitado, por estabelecer uma ruptura, produzindo anormalidade. São desastres, assassinatos, raptos, agressões, acidentes, roubos, tudo ‘que remete ao homem, à sua história, à sua alienação, aos seus fantasmas, aos seus sonhos e aos seus medos’ (Barthes, 1965). As notícias construídas sobre este tipo de conteúdo convertem-se em espécie de grade de sentido, manejando em seu interior uma ideia de destino inexorável (BARBOSA, 2007, p. 56)

A composição das narrativas policiais evoca acontecimentos semelhantes aos que se desenrolam na vida dos leitores. Para Barbosa, ao se perceberem na história, eles aumentam a identificação com o veículo que é capaz de materializar suas vidas, ainda que envoltas numa atmosfera obscura. Esse processo é fundamental para explicar a retroalimentação desse gênero jornalístico no Brasil e os sucessos de venda de jornais como *Crítica* e *A Noite*

(1911), que tinham na seção policial os mais fiéis leitores. No caso do segundo periódico, os repórteres chegavam a se passar por moradores de rua e andar pela cidade durante a madrugada colhendo notícias.

Em *Crítica*, jornal fundado por Mário Rodrigues, pai de Nelson Rodrigues, cenas de horrores cotidianos eram transportadas para as páginas: incêndios, estupros, adultérios, atropelamentos, assassinatos, suicídios, entre outras dezenas de temas cujo mote é a miséria humana. Exemplos disso são as manchetes “Matou o próprio irmão a facadas” e “A mulher que engoliu o escarro do marido tuberculoso e quer que um jornal publique o seu diário, logo após a sua morte” (edição de 12 de dezembro de 1928). Há ainda: “Não respeitando a alcova conjugal, a adúltera foi surpreendida, em flagrante, nos braços do amásio”; “Ante o ultraje de sua honra, vilmente conspurcada pela esposa, desditoso marido desfecha um tiro na cabeça”; e “Um escrivão da política niteroiense seduziu 12 moças!” (maio-junho de 1929). Todos os títulos são citados por Barbosa para mostrar que esse era o principal ingrediente que fez de *Crítica* o “jornal das multidões”. O objetivo do periódico era claro: inundar as páginas da publicação de casos horripilantes que atravessam o dia a dia da cidade e devem fazer parte do cotidiano da leitura.

Esse jornalismo popular, de sensações, assume uma nova configuração no cenário midiático a partir dos anos de 1950. O que permanece como ênfase na temática é o exagero, a hipérbole, a descrição densa e a linguagem incisiva. O periódico *O Dia* (1951), ao lado de outros que emergiram na mesma época, como o *Última Hora* (1951), é um dos exemplos da persistência das reportagens policiais. Esse segmento representava, em *O Dia*, 70% das publicações, contra 20% de notícias sobre política e reivindicações operárias e 10% sobre esportes e divertimentos. O jornal tratava de crimes em larga escala, já que o conflito, a violência humana e urbana tinham um apelo muito forte junto ao povo. Esse processo, segundo Marcondes Filho (1989), assegurava uma espécie de normatização da sociedade na disseminação da narrativa moral “o crime não compensa”. Ao mesmo tempo, o público poderia se identificar com o criminoso, transgredindo a ordem de maneira simbólica.

Após a década de 1950, o jornalismo policial começa a se aperfeiçoar ainda mais, sempre levando em consideração o interesse do público pelas barbáries. A partir deste período, as mudanças podem ser acompanhadas através

da seleção das matérias presentes no livro *50 anos de crimes: reportagens policiais que marcaram o jornalismo brasileiro*, organizado por Fernando Molica (2007). Além do retrato da violência urbana no país, a obra contribui para a análise dos procedimentos e das relações entre os repórteres e os procedimentos usados para lidar com os fatos e passá-los para o público.

Até os anos de 1970, aproximadamente, o jornalismo policial no Brasil tinha como principal atração o criminoso em si, o inimigo número um da sociedade. Alguns exemplos que compõem o livro são os perigosos traficantes Mineirinho e Cara de Cavalo, o assassino Chico Picadinho e o Bandido da Luz Vermelha. Eles chegavam a ganhar apelidos dos jornais e eram “cobiçados” por eles. Os meios de comunicação tentavam alcançá-los antes da polícia, para garimpar as suas histórias e garantir ainda mais emoção à caçada das autoridades por esses foras da lei. Eles eram praticamente “despidos” pelos jornais e tinham as vidas e crimes cometidos estampados nas primeiras páginas.

Com o passar do tempo, o crescimento das cidades, da população, e o aprofundamento das desigualdades sociais elevaram o nível de complexidade dos crimes. Por isso, a partir da década de 1990, a cobertura de crimes ganhou ainda mais espaço nos meios de comunicação. O principal motivo, que se soma a globalização e sofisticação dos crimes, é o interesse público pela barbárie social. Daí a ampliação da dedicação da mídia para as reportagens policiais, principalmente nos veículos mais populares (FUCCIA, 2008).

Esse tipo de jornalismo, alimentado pelo fervor do público, é caracterizado pelo confronto da relevância ou imprescindibilidade da informação com a sua repercussão na vida de terceiros – sejam estes vítimas, testemunhas, criminosos, ou a sociedade de forma geral. Por lidar com a violência diária e com pessoas consideradas, muitas vezes, de alta periculosidade, o jornalismo policial é um setor de alto risco para os profissionais, principalmente para os repórteres que vão às ruas e se expõem diariamente a situações de extrema violência.

Com o desenvolvimento da complexidade criminosa, os principais atores das reportagens policiais passaram a ser as facções criminosas organizadas (como o Primeiro Comando da Capital, o PCC), além de policiais e cidadãos corruptos, envolvidos em grandes esquemas (execuções, tráfico de

drogas, revenda de veículos roubados, abuso de poder, roubo de dinheiro público), ainda segundo Molica (2007).

Já no século XXI, o jornalismo policial brasileiro passou a oscilar entre a divulgação do “grande bandido”, inimigo da sociedade, e casos sofisticados, mas as grandes reportagens ainda se valem de crimes cada vez mais complexos e chocantes – com o aumento significativo da violência, há também, até certo ponto, uma “banalidade do mal” e das matérias jornalísticas. Afinal, muitos casos que antes eram considerados impressionantes pela sociedade, hoje são comuns, por acontecerem com uma frequência mais alta. Apesar disso, alguns fatos ainda se sobressaem e são tratados com maior atenção e exaustividade pela imprensa. A vida do pequeno ladrão ou traficante já não interessa mais ao público ou ao jornalista.

É possível perceber todas essas mudanças a partir, primeiramente, do grau de envolvimento entre o suspeito do crime e o jornalista retratado na coletânea de Molica. Na maioria das vezes, essa relação é estreita, especificamente quando o “bandido” é vulnerável socialmente, morador dos morros, por exemplo. Nesses casos, ocorre um processo de humanização do criminoso, com a história de seu passado e de como ele entrou para a vida ilícita. As reportagens são feitas a partir de entrevistas com os próprios criminosos – normalmente após muita negociação entre as partes, marcada pela insegurança constante do jornalista. Aqui, percebe-se que, além de noticiar, o repórter busca denunciar as mazelas da sociedade, que insistem em formar novos criminosos, em uma espécie de círculo vicioso.

Quando, diferentemente, o acusado possui muito dinheiro e pertence à chamada “classe alta”, os jornalistas já mantêm uma espécie de distanciamento do indivíduo em questão. A principal meta é, então, buscar a justiça, por meio da apresentação de fatos que incriminem o indivíduo e o faça pagar pelo crime que cometeu – o que normalmente não acontece com as famílias ricas, que usam o dinheiro para “comprar a liberdade e a impunidade”.

Em casos mais factuais, como tiroteios e guerras entre traficantes e facções, por exemplo, a reportagem é realizada no estilo “passo-a-passo”. Ela narra os acontecimentos, descrevendo com detalhes o que se passou, sem se aproximar demasiadamente da parte criminosa ou da polícia.

Das 19 reportagens selecionadas para a produção do livro, apenas

duas são de mulheres – ambas da década de 1990. A primeira é a da carioca Hilka Telles, que nasceu em 1958. Formada em Comunicação Social, hoje ela ocupa o cargo de chefe de reportagem do jornal *O Dia*, no Rio de Janeiro. Ela realizou uma série de matérias especiais para *O Globo* em 1993 sobre denúncias de policiais que estavam enriquecendo de forma ilícita através de roubos e furtos de veículos. Ela desmascarou a chamada “caixinha” dos carros roubados. Nesse caso, a repórter se envolveu mais diretamente com as investigações e até chegou a ser ameaçada (junto com a filha de apenas dois anos) por policiais envolvidos no esquema. Ela precisou de proteção e teve a casa vigiada por seguranças durante um tempo depois da publicação das matérias.

Já a segunda é a da Fernanda da Escóssia, nascida no Rio Grande do Norte. Ela foi repórter da *Folha de S. Paulo* durante cerca de dez anos. Em 1997, produziu também uma série de reportagens, dessa vez sobre os bastidores do julgamento do então líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), José Rainha. Ele era acusado de participar da morte de um fazendeiro e de um policial militar durante uma invasão de terra. O crime aconteceu no estado do Espírito Santo. Nesse caso, todo o trabalho foi realizado com um maior distanciamento da repórter – até mesmo devido à natureza das investigações.

1.4. O JORNALISMO POLICIAL NO PARANÁ

O jornalismo policial no Paraná se consagrou, sobretudo, com os jornais impressos *Tribuna do Paraná*, fundado em 1957, e o *Diário Popular*, que começou a ser produzido em 1963 e parou de circular em 2010. Os periódicos traziam nas primeiras páginas manchetes que tratavam as matérias policiais como grandes espetáculos. As fotografias também buscavam valorizar ainda mais a publicação: havia sangue na capa, corpos mutilados e a imagem de menores apenas com uma tarja preta nos olhos (OLIVEIRA, 2014).

O sensacionalismo começou, assim, a marcar significativamente o

jornalismo policial paranaense. A vontade de chamar a atenção era tanta que, muitas vezes, as matérias não conseguiam sustentar a manchete, como explicou a jornalista Elza Aparecida Oliveira Filha, de 59 anos, que trabalhou no *Estado do Paraná* de 1974 a 1976; no *Estado de São Paulo*, de 1976 a 1978 e em *O Globo*, de 1978 a 1998. “Não eram poucas as vezes em que você se interessava pela manchete, mas, quando ia até a página da notícia, percebia que não era nem metade do que o título insinuava”, disse ela.

Durante as décadas de 1960 e 1970, as reportagens regionais seguiam as mesmas linhas da nacional, ao articular as histórias a partir de um “inimigo número um” da sociedade. Além disso, os periódicos se concentravam também nas grandes tragédias, que não eram tão frequentes como nos dias atuais. Com o aumento da complexidade dos crimes, os “valores-notícia” começaram a se alterar.

Quando eu era correspondente de *O Globo*, por exemplo, eu ligava para a matriz no Rio e perguntava se tal acidente de ônibus no interior do Paraná poderia ser notícia. A resposta dependia do número de mortos ou feridos. Era triste, mas funcionava desse jeito e acredito que ainda seja assim. (OLIVEIRA, 2014)

Para ela, os casos que mais marcaram o jornalismo paranaense foram, entre outros exemplos, o “Caso Eliachar” (1987), em que o jornalista Leon Eliachar foi morto a mando de um vereador de Palmas, no interior do estado, devido a um caso amoroso com a esposa dele; a “Chacina de Carambeí” (1989), em que três membros de uma família foram assassinados a pauladas e facadas e outros quatro ficaram gravemente feridos, o caso até hoje não tem solução; “As Bruxas de Guaratuba” (1992), quando um menino de seis anos foi dado como morto e a autoria do crime ligada a um suposto ritual de magia negra; e, mais recentemente, o “Caso Rachel Genofre” (2008), também não solucionado, em que a criança, de nove anos, foi violentada, estrangulada e deixada em uma mala na Rodoviária de Curitiba. Todas essas ocorrências são caracterizadas como grandes tragédias, que foram executadas com um nível maior de periculosidade por parte dos responsáveis, ao contrário dos clássicos “bandidos de bancos” e outras figuras que invadiram o jornalismo policial paranaense no início da década de 1960.

Hoje, as notícias policiais ganharam força em todas as plataformas de

comunicação, desde o tradicional impresso, passando pelo rádio e televisão e chegando também à internet. O aumento da violência, de acordo com Elza, incentiva a ampliação dessa editoria nos meios de comunicação em todos os aspectos. Exemplos disso são os programas de televisão taxados de “sensacionalistas”, como um dos pioneiros *Urgente 190* (1996-1999), apresentado por Carlos Massa, o conhecido Ratinho, da Central Nacional de Televisão Gazeta (CNT), o *Brasil Urgente* (2001-presente) da TV Bandeirantes e o *Tribuna da Massa* (2008-presente) do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT).

1.5. A INSERÇÃO DAS MULHERES NA IMPRENSA

Durante muito tempo, o mercado de trabalho jornalístico foi um local exclusivamente masculino. O repórter brasileiro José Hamilton Ribeiro relatou, em meados da década de 1930, como funcionava uma redação tradicional. Segundo ele, as empresas eram pensadas e construídas como um ambiente de “sauna brega”: só para homem. As mulheres não eram bem-vindas, principalmente devido ao comportamento boêmio dos jornalistas. Não havia banheiro feminino e, à noite (momento em que o trabalho era ainda mais intenso), na sede do *O Estado do Paraná*, por exemplo, as mulheres não eram aceitas nem na mesa telefônica – elas só trabalhavam durante o dia. Durante a noite, um homem exercia essa função. Naquela época, a ocupação feminina era restrita ao telefone, às faxinas ou ao serviço de fazer café. Elas só circulavam nessa área. Refletindo o preconceito e desconfiança que pairava sobre as mulheres na profissão na época, uma declaração do jornalista João de Deus Freitas foi divulgada em uma matéria do jornal *Gazeta do Povo* em 2010: “Na sociedade, pior do que cantora de rádio e jornalista, só mesmo prostituta...”.

A mesma reportagem declara que, em meados da década de 1940, Oriana Fallaci, uma adolescente italiana de 16 anos, foi uma das primeiras mulheres a estrear no jornalismo. Ela levou aos jornais por onde trabalhou na

Itália novas percepções e ideias, como a luta pelos Direitos Humanos. Além disso, Oriana entrevistou grandes personalidades, como o famoso lutador de boxe Muhammad Ali, e cobriu eventos de repercussão mundial - o maior deles foi a Guerra do Vietnã (1955-1975). Ela serviu como uma exceção para a situação das mulheres no mercado jornalístico da época, que apresentou mudanças de forma extremamente lenta.

Em 1986, quase cinco décadas depois, as mulheres ocupavam apenas 36% dos quadros profissionais do país e, dez anos mais tarde, esse número chegava a pouco mais de 40%. Em 2006, segundo dados do Ministério do Trabalho, 52% das vagas de jornalista eram ocupadas por mulheres (contabilizando 6.131 ante as 5.640 ocupadas por homens), mostrando como tendência uma maioria feminina no mercado de trabalho jornalístico (CASADEI, 2011).

Além da grande mídia, as mulheres passaram a participar de forma ativa também em veículos de imprensa alternativa, buscando espaços onde suas ideias pudessem entrar no jogo das disputas simbólicas (MUZART, 2003). Foi nesse momento que periódicos feitos por mulheres e para mulheres começaram a surgir, com a necessidade da conquista de direitos: em primeiro lugar, o direito à educação; em segundo, o direito à profissão e, mais tarde, o direito ao voto. Essa procura tem como força a vontade das mulheres de fazer parte da história, atuando, finalmente, como o Sujeito, responsável pelas suas próprias ações e pensamentos, e não apenas como o Outro (BEAUVOIR, 1970). A mulher, segundo Beauvoir, sempre foi relegada a segundo plano e considerada não essencial pela e para a humanidade. A inserção feminina na imprensa, que começou tímida nos meios alternativos, mas se fortaleceu também em veículos tradicionais em meados do século XX, é um exemplo da procura pela autonomia social por parte das mulheres.

A relação dos dois sexos não é a das duas eletricidades, de dois polos. O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos “os homens” para designar os seres humanos. A mulher aparece como negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade (BEAUVOIR, 1970, p. 9)

Ir para a rua e encarar o mundo obscuro da violência contradiz completamente a ideia de “eterno feminino” que torna as mulheres prisioneiras

na sociedade, como sempre o “negativo”, o “limitado”. Esse conceito, citado por Beauvoir, representa as características da expressão feminina e dita o modo como as mulheres devem ser e se comportar. Junto a esse “ser ideal” legitimado culturalmente, há também o mito que persegue o gênero e liga sempre as mulheres à ambivalência: ora elas são designadas como “prostitutas” ou como “para casar”, ora como “virgens recalçadas” ou “virgens puras”, ou ainda como “sexy” e “vulgar”. As mulheres são a personificação da alteridade, do outro, e não passam de pessoas em uma busca eterna pela aprovação dos homens a partir do “elogio às virtudes” – ao seguir os preceitos de “como uma mulher deve ser” elas são elogiadas e aceitas na sociedade em que vivem. Caso contrário, são reprimidas e hostilizadas.

Todos esses elementos do eterno feminino (ligado à fragilidade e submissão), no entanto, são ignorados e corrompidos quando as mulheres decidem se aventurar no jornalismo policial. Isso porque elas entram em contato com elementos que se relacionam diretamente, a partir desta lógica, com o universo masculino, sempre caracterizado como o mais forte e corajoso, o dominante nas relações de poder. Os cadáveres a mostra, o sangue por todos os lados, partes de corpos decepados, as prisões imundas, a relação com a polícia e com os criminosos: tudo isso é o oposto do ser frágil e delicado demarcado pelo eterno feminino.

Isso não quer dizer que as mulheres passam a ocupar uma função que só os homens têm capacidade de exercer. Elas ultrapassam essa barreira e mostram que, na realidade, a divisão de trabalho de acordo com o gênero é, antes de qualquer coisa, equivocada. Justamente devido a essa ousadia e à tentativa de quebrar esses paradigmas, as repórteres policiais enfrentaram (e ainda enfrentam), no exercício de suas atividades e fora delas, dificuldades e preconceitos. Toda a aura que envolve o ideal de feminilidade mostra que a condição de “ser mulher” interfere e modifica a forma como a violência é percebida e, conseqüentemente, repassada para o público. A subjetividade do olhar jornalístico apresenta, nesse caso, um nível ainda mais peculiar: o do gênero feminino, que altera tanto a percepção do emissor quanto a recepção dos crimes no fenômeno da comunicação.

2. NO SUBMUNDO DA NOTÍCIA: A MAGRINHA, A BAIXINHA E A ALTA

“O submundo da notícia”. É assim que Terezinha Cardoso, de 68 anos, define o jornalismo que retrata a violência na sociedade. Uma das mulheres pioneiras na reportagem policial paranaense, ela conta que, inicialmente, não tinha nenhum propósito de atuar na área. Ela mergulhou nessa modalidade da profissão em 1968, apenas para substituir um repórter que entrou em férias. A partir daí, ao invés de “viver o mundo” e acompanhar os acontecimentos da “superfície” da cidade, ela caiu direto na parte mais sombria e brutal da realidade, como ela mesma descreve.

Segundo Terezinha, era difícil e estranho para os policiais uma mulher ocupar o cargo de repórter policial. Ainda mais “uma magrinha”, como os delegados e conhecidos a chamavam na época. “Foi um baita de um susto, mas eu fui encarando, sofrendo muito...”, disse ela. Terezinha começou a carreira no jornal *O Estado do Paraná* sete dias depois de se formar em Jornalismo, no ano de 1968, na Faculdade Católica do Paraná, atual Pontifícia Universidade Católica (PUC-PR). Quando um dos jornalistas da área policial entrou em férias, ela passou a cumprir as atividades delegadas a ele.

A jornalista nasceu em Araranguá, no estado de Santa Catarina, em 21 de dezembro de 1945. Ela começou a trabalhar no dia 13 de dezembro do mesmo ano em que recebeu o diploma (1968), exatamente na data em que o Ato Institucional Nº 5 foi decretado, em plena Ditadura Militar. De acordo com documentos da Casa Civil (2014), sobrepondo-se à Constituição de 24 de janeiro de 1967, o AI-5, como ficou conhecido, dava poderes extraordinários ao Presidente da República e suspendia várias garantias constitucionais. O decreto entrou em vigor no governo do marechal Artur da Costa e Silva (1967-1969).

Na época, o trabalho do repórter policial era percorrer as delegacias da cidade e anotar as ocorrências para passá-las ao público. Terezinha não concordava com essa concepção. Desde que começou a encarar o ramo, percebeu que o jornalismo policial era muito mais do que isso. A repórter tinha vontade de investigar os casos em profundidade, denunciando-os, sem se

limitar a simplesmente publicar o fato cru, no estilo simples “Fulano matou cicrano a pauladas”. Para ela, o jornalismo policial de verdade era aquele que fornecia uma visão mais ampla do problema relatado, principalmente porque, em muitos casos, a população ignorava as situações analisadas por ela.

Um exemplo é o cenário da já extinta Delegacia de Costumes de Curitiba, onde as mulheres eram autuadas pelos mais diversos crimes. Os policiais prendiam, sobretudo, prostitutas, as chamadas meretrizes, que atuavam nas ruas da cidade. O Código Penal Brasileiro, por meio do Decreto nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e ainda em vigor, reconhece a prostituição como atividade legal e criminaliza somente atividades que impliquem em fomentar, tirar proveito ou impedir que alguém abandone a atividade. Casas de meretrizes também são mais suscetíveis ao esbarrar nessas leis. As regras, no entanto, valem apenas para mulheres “honestas”, de “bons costumes”, e que não levem “vidas dissolutas” (libertina, depravada), o que torna ainda mais complexa a legislação sobre o assunto (RODRIGUES, 2004).

Ao visitar a Delegacia de Costumes, portanto, Terezinha começou a perceber o modo como as detidas eram tratadas pelos agentes. Lá, o preconceito contra a mulher era ainda mais evidente do que fora das grades. A sensibilidade a levou a perceber o que realmente acontecia no local e a incentivou a realizar um jornalismo de denúncia, por meio de uma investigação que descobrisse os porquês de cada situação.

Se aprofundando nos casos de maus tratos às mulheres presas na delegacia, ela descobriu barbaridades que faziam parte do tal submundo da notícia:

Eu fui descobrindo que as mulheres eram tratadas como lixo, a coisa era muito desumana. O meu jornalismo falava nisso, no que eu via, não só no fato em si. Eu apurei, por exemplo, que a situação era tão absurda que havia até fetos nos banheiros e ninguém fazia nada. Por isso, eu não me limitava a dizer “prenderam fulano de tal”, mas expunha o caso ao público, o fazendo “entrar” na delegacia, com a descrição dos maus tratos, do cheiro do local... E não só dessa, mas das outras também, passando pela de roubo de carros, homicídios e tóxicos. (CARDOSO, 2014)

Terezinha decidiu oferecer ao público tudo aquilo que via e vivenciava, sem esconder os fatos. Para ela, isso era o jornalismo policial, ao contrário de apenas anotar as ocorrências e escrevê-las. Nesse período, ela denunciou,

além da situação das delegacias, a resistência da polícia em prender pessoas com maior poder aquisitivo. Quando via que um “figurão” não passava pelas celas, ela já colocava no jornal. De acordo com ela, além do fato de ser mulher, ela também não era bem recebida pela classe policial por expor esses casos. A repórter era mal vista pelos delegados e chegou a ser apelidada de “magrinha” por eles. Ela chegava e já falavam “olha a magrinha aí, essa magrinha é foda” [sic]. Terezinha partia para as ruas, seguindo os policiais sempre que havia caça a bandidos ou qualquer outro tipo de acontecimento.

O modo como ela agia, sem medo de se comprometer, principalmente sendo mulher, incomodava a maioria dos envolvidos nas coberturas das reportagens, segundo ela. Ela notava cada aspecto do fato, cada ação criminosa e aterrorizante e queria descobri-la e entendê-la desde sua origem, ao mesmo tempo em que lidava com o preconceito contra si. Após todo esse processo havia ainda a preocupação de tornar a informação pública.

Isso acontecia principalmente nos casos em que os criminosos eram pessoas marginalizadas. Terezinha queria desvendar a vida toda do bandido, desde a infância até o primeiro crime.

Eu não me limitava a entrevistar apenas o delegado ou o policial. Mas a própria pessoa: por que o cara se tornou um marginal? Qual é? Era isso que eu queria descobrir. Eu não sofria preconceito por ser mulher por parte dos bandidos. Eu nunca fui muito dos mocinhos. Pelo criminoso eu não era tratada diferente, mas para todos os outros era complicado ver uma mulher que não se limitava a olhar, mas que colocava no papel tudo o que via. (CARDOSO, 2014)

Para ela, o problema era o final de cada dia de trabalho. A jornalista começou a levar para a vida pessoal e para a mente todas as cenas de horrores e os reflexos do submundo que retratava. Terezinha se via como uma pessoa amarga, insatisfeita com a brutalidade da humanidade.

Depois do jornalismo policial, em 1974, ela foi remanejada para a editoria Cultura do jornal *O Estado do Paraná*. Mesmo assim, não deixou de fazer reportagens para outras áreas. Em uma ocasião, ela saiu para cobrir uma noite em um pronto-socorro de Curitiba. “Era coisa de louco, gente com perna quebrada, machucada, sofrendo, todo mundo desesperado aqui e ali. Era uma loucura”, afirmou. De repente, alguns colegas de trabalho chegaram no local e avisaram que ela havia sido demitida, porque tinha se recusado a comandar

um programa policial na televisão. Terezinha ficou muito revoltada com a situação e foi embora para o Rio de Janeiro, onde morou por sete anos – na época em que a Ditadura Militar estava no auge. Um dos momentos mais tristes pelo qual passou foi ver os amigos jornalistas sendo presos, principalmente após o decreto do AI-5.

Eu nunca me filiei a partido nenhum, mas sempre votei na esquerda. Militância mesmo só no feminismo, talvez por isso eu não fui presa como os meus colegas. Eu realizava coberturas no Departamento de Ordem Política e Social [Dops], que reprimia os movimentos, e via muita coisa absurda por lá. Mas, felizmente, escapei da censura. Sempre fui ativa, mas não militante. (CARDOSO, 2014)

Terezinha chegou ao Rio em uma época em que o *Estado de S. Paulo* tinha demitido 500 pessoas. Ela ficou bastante preocupada e pensava muito em como arranjar um emprego. A repórter começou, então, a trabalhar em uma agência de publicidade ligada à arquitetura, o que lhe rendeu um bom dinheiro. Mais tarde, ela participou da produção de uma revista para o público jovem, e passou ainda pelo *Boletim Cambial*, periódico do Rio de Janeiro sobre economia - empregos que representaram uma mudança radical na sua carreira. Com o alto custo de vida na capital carioca, Terezinha decidiu voltar para Curitiba, onde acabou se tornando assessora no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (Ippuc). Foi nesse período que ela se identificou e se apaixonou pelo feminismo, participando do movimento “Mulheres 8 de Março”, o de maior duração no Paraná.

Ela só voltou a trabalhar em jornal quando foi contratada pelo *O Globo* em 1985, depois de cobrir as férias de uma repórter do veículo. Ela atuou no jornal até 1991, quando foi demitida. A jornalista terminou a carreira na Associação Paranaense de Odontologia, onde foi assessora até 2007. Hoje, é aposentada e vive rodeada de livros na casa onde mora, no bairro Barreirinha, em Curitiba.

Um dia que eu nunca vou esquecer é uma entrevista com o ministro da previdência na mesa do então governador do Paraná, Alvaro Dias, para *O Globo*. Lembro que tinha uma galera buzinando e conversando com o governador lá no fundo e ninguém conseguia ouvir o ministro, porque ele falava baixinho. Eu bati na mesa e falei para o bando de puxa-saco ir embora. Foi um susto para todo mundo. Eu falei ‘senhor governador, você pode me fazer a gentileza de tirar esses puxa-sacos daqui?’. O Alvaro Dias ficou vermelho e disse ‘me

desculpem por esses repórteres'. No outro dia, todo mundo saiu falando que eu era irreverente. (CARDOSO, 2014)

Irreverente, magrinha, feminista. Todas as características salientadas pelos conhecidos de Terezinha ilustram a sua história na imprensa e, sobretudo, no jornalismo policial.

Exatamente como aconteceu com a Gilcemara Elizabeth Cornelsen, de 54 anos, mais conhecida como Mara Cornelsen, a primeira mulher paranaense a realizar a carreira toda na área policial do jornalismo impresso. Ela nasceu em 23 de dezembro de 1959, em Curitiba, e, aos 19 anos, já ingressou no submundo da notícia. Enquanto Terezinha era a “magrinha”, Mara era chamada de “baixinha” pelos delegados, policiais e também colegas de trabalho – todos homens. De minissaia e tênis, na maioria das vezes ela era confundida com uma estudante de colégio, que parecia passar pelas delegacias para acompanhar os repórteres para um trabalho escolar. Mas quem pensava assim estava muito enganado: em 1979, Mara já era formada em Jornalismo pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e trabalhava como profissional na *Tribuna do Paraná*. Antes, a jornalista passou pelo *Correio de Notícias*, *Estado do Paraná*, *Diário do Paraná* e, mais tarde, também pela *Gazeta do Povo*. No total, foram 30 anos de contribuição para o jornalismo policial – 25 na *Tribuna*, destes, 12 como editora, e mais cinco anos na *Gazeta*. Não é à toa que ela ficou consagrada como a “musa do jornalismo policial paranaense”. Hoje, ela apresenta, todas as tardes, um programa de variedades na rádio da *éParaná*.

Voltando ao passado, assim como a “magrinha”, Mara também entrou para essa área por acaso, para cobrir as férias de um colega, ainda na época em que trabalhava para o Estado.

Eu não queria fazer, eu nunca tinha entrado em uma delegacia na minha vida, tinha pavor de arma e medo de polícia. Mas o meu colega insistiu, insistiu, insistiu, porque fazia três anos que estava sem férias e precisava de alguém para substituí-lo. Ele achou que eu poderia ter talento para fazer o policial, porque eu era mais arrojada, mas descolada. Depois de muita insistência, eu decidi entrar nesse meio. (CORNELSEN, 2014)

Logo no começo da carreira, ela cobriu o sequestro da filha de um empresário que durou semanas em Curitiba até a vítima ser solta e a quadrilha

acabar presa pela polícia. Devido à dedicação ao caso, os editores ficaram satisfeitos com o trabalho dela e a chamaram para fazer parte da equipe policial da Tribuna. Sobre o mundo trágico que vivenciou, ela diz: “acho que eu já vi mais gente morta do que viva na minha vida. Eu ia a absolutamente todos os locais de acidentes ou de homicídios. E, por escrever um texto firme e bom, sempre era destacada para os casos maiores e de piores barbaridades. Eu tinha que estar preparada, sendo mulher ou não”.

Na hora de encarar os horrores, Mara se revestia de uma espécie de capa. Trabalhava, contava até os furos das balas no corpo, esmiuçava cada caso, investigava os detalhes, queria saber tudo, como a veterana Terezinha gostava de fazer. As duas quase chegaram a trabalhar juntas, mas quando Mara chegou na Tribuna, Terezinha já havia saído. Após toda a apuração, ela chegava à redação e terminava a matéria. Depois do ponto final, não se falava mais sobre aquilo. Essa foi a forma de defesa que Mara encontrou para respirar depois do expediente. Estratégia, entretanto, que não fez parte da vida de Terezinha, que absorvia as cenas de brutalidade e as levava consigo.

A “baixinha” se adaptou, às muitas custas e lentamente, ao mundo masculino ao qual tinha entrado. Novinha, de cabelo com franjinha, ela se via como uma “garota” no meio do ambiente facínora e cruel que retratava. Com a imagem frágil que passava, Mara conta que despertava certa compaixão dos delegados, policiais e dos repórteres, que tentavam até mesmo cuidar dela. A jornalista via isso como algo positivo, mas não nega que esse era um comportamento motivado justamente pelo fato de ela ser mulher. Quando os envolvidos descobriam que Mara era, na verdade, repórter, e não uma aluna do colegial, que tinha diploma da universidade mais respeitada do Paraná, eles passaram a admirá-la e a vê-la de forma diferente.

Era até uma ousadia da minha parte entrar naquele meio sem ter a menor base e conhecimento do meio policial. Mas eu sempre aprendi as coisas muito rápido. Aprendi o que era um inquérito e um processo, os tipos de armas, o jargão policial... Quando eu não sabia, anotava no meu caderninho e ia atrás depois, para não pagar mico. (CORNELSEN, 2014)

Mara passava para o papel o que cada fonte falava, sempre tentando manter a interpretação fiel ao máximo. De acordo com ela, quando os

delegados liam as matérias, percebiam que ela não estava lá para brincadeira. “Aí já não importava mais se eu era mulher ou homem. E ainda assim eu era dura, não tinha esse negócio de ‘não publique isso ou aquilo’ comigo. Eu sempre deixava claro que não era cúmplice de polícia, mas sim jornalista. ‘Tudo o que você disser vai para o jornal’, eu já alertava”. Esse respeito, levado adiante devido a carreira bem sucedida, foi o grande mérito que Mara conseguiu ao entrar no mundo masculino que é a área policial. Ela afirmou também que não se separava do grupo de repórteres nem nas horas vagas.

Próximo a Delegacia de Furtos e Roubos de Curitiba (DFR), havia o conhecido bar do China. Era de praxe, segundo ela, os jornalistas irem até a DFR pegar os boletins de ocorrência e já aproveitarem para jogar uma sinuca e tomar um café no estabelecimento. Mara não ficava de fora: ela sempre era desafiada para participar das disputas. Eles diziam “vamos lá, baixinha, vamos” e lá ia ela pegar o taco e aprender a jogar. Foi desse modo, incorporando os costumes e atitudes dos colegas, que ela se entrosou e virou a “baixinha” temida e admirada no jornalismo policial.

Quem passou por um processo semelhante foi a curitibana Vânia Mara Welte, de 66 anos, outra mulher que entrou para o submundo da notícia. Assim como Mara, ela também foi “caloura” da Terezinha Cardoso. Quando Vânia ingressou no *Estado do Paraná* no fim dos anos de 1960, antes mesmo de se formar, ela queria ser fotojornalista. Mas tudo culminou para o mais improvável, graças a uma força do então diretor do jornal Mussa José Assis, que dava aula para a turma dela na Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Ele faleceu em fevereiro de 2013, em decorrência de uma série de complicações pulmonares.

Já no primeiro dia de aula, ele avisou que o aluno que se destacasse ganharia um estágio no veículo. Na hora, Vânia pensou “essa vaga é minha, porque eu não faço as coisas só por fazer”. Ela estava determinada a vencer e, por isso, prestou atenção em tudo, desde o primeiro dia de aula até o último. Como se sentisse a ansiedade da estudante, Mussa antecipou o anúncio do ganhador. Nesse momento, todos ficaram quietos, apenas esperando a palavra do professor.

Vânia estava preocupada, porque havia sido avisado que o estagiário teria que sair da aula e ir direto trabalhar, sem intervalos. Na época, a

estudante era professora em uma escola em situação bastante precária e, às 6h, já tinha que bater o ponto. A instituição ficava em um lugar distante da cidade e era muito violento. Por isso, ela queria ter a oportunidade de ganhar a vida na mesma área em que escolheu estudar.

Era muito complicado ser jornalista naquele tempo. Para entrar na redação eu tive que brigar muito. Meu pai dizia que só prostitutas iam ser jornalistas. E eu não era prostituta, mas queria ser jornalista. Não queria que meu pai brigasse comigo, mas, mesmo assim, escolhi esse caminho. (WELTE, 2014)

Ainda no clima de suspense, Mussa anunciou o nome da vencedora: Vânia Mara Welte. Todos os outros alunos ficaram perplexos. E lá foi Vânia, nos seus 17 ou 18 anos (ela não lembra especificamente a idade que tinha), com o Mussa até a redação do jornal. Quando chegou lá, ele a levou direto para uma sala no formato de aquário, onde os chefes costumavam ficar. A negociação sobre as condições de trabalho foi feita ali mesmo e não demorou muito tempo, já que Vânia encarou a diretoria de uma forma que ninguém esperava. “Que horas eu entro no estágio?”, ela perguntou inicialmente. “Se você sair da faculdade às 17h, às 17h20 tem que estar aqui sem falta. Se sair às 18h, entra 18h20”, responderam. “Está bem, mas e que horas eu saio?”. “No horário de fechamento do jornal, entre meia-noite e 1h, mais ou menos”. “Como é que eu vou voltar para casa?”. “Nós damos um jeito”, declarou a chefia.

Logo após as negociações, Mussa avisou que Vânia tinha que começar a trabalhar naquele exato momento. Mas ela não ia em frente sem antes fazer a inesperada pergunta: “quanto eu vou receber?”. Ninguém acreditou que aquela estudante do primeiro ano teve tanta ousadia para chegar naquele ponto. “O quê? Você está louca? Quer fazer estágio e ainda ganhar igual a todos os jornalistas daqui?”. Ela não desistiu, dizendo que precisava levar comida para casa, se vestir e pagar o transporte que usava. “Meu pai não vai aceitar que eu continue aqui sem receber”, admitiu. Nessas circunstâncias, eles aceitaram dar uma bolsa para que a recém-chegada pudesse trabalhar no jornal.

Antes de começar, Vânia só tinha mais um pedido: ligar para o pai. Emprestaram o telefone e ela logo avisou: “pai, eu vou ganhar mais do que você... Brincadeira, brincadeira”, disse rindo. Depois de tudo acertado, ela

finalmente iniciou a carreira no jornalismo, na editoria geral. No outro dia, o chargista do veículo, Francisco Camargo, chegou com um desenho enorme para ela. A figura mostrava Vânia de cabelo bem comprido e preto, como era na época, alta e magra. Ele fez a moça com as feições iguais às dela, com um vestido azul celeste cheio de estrelas, uma tiara de princesa na cabeça e uma varinha de condão. Abaixo dela, todos os homens da redação estavam em posição de oração, como os muçulmanos na Meca, deitados no chão. “Isso mostrou um pouco como eles me viam”, afirmou.

A oportunidade de participar de uma cobertura policial surgiu um tempo depois da recepção, em uma fuga de presos de uma delegacia de Curitiba. Mussa chegou e perguntou se ela gostaria de participar com Terezinha do acompanhamento do caso. Vânia aceitou na hora.

E lá fomos nós, duas mulheres para fazer jornalismo policial. Nós entramos no carro e seguimos as viaturas da polícia rapidamente, era coisa de louco. Até que chegamos ao lugar onde eles estavam capturando os chamados “marginais”. Eu fiquei enlouquecida e só falava “fotografa, fotografa, fotografa”. (WELTE, 2014)

Segundo Vânia, naquele momento, um policial pegou um menino negro e, com um facão, passou a cortar o cabelo dele violentamente. “Um cabelo de aço, duro feito espiga”, descreveu. O rapaz só gritava “está doendo, está doendo, me ajudem”. O policial respondia “ah, agora está doendo né, seu filho de uma...”. A repórter ficou assustada com os tratamentos absurdos e desumanos aos quais os presos eram submetidos. Enquanto isso, os policiais achavam que estavam “abafando”, principalmente porque as duas repórteres eram mulheres, de acordo com a jornalista.

No dia seguinte, a matéria saiu completamente contra o ato violento dos policiais. “Eles queriam matar eu e a Terezinha”, contou Vânia. O Mussa já foi perguntando como a reportagem tinha saído daquele jeito, já que elas tinham que “pegar mais leve” com os policiais. “Como assim pegar mais leve? Eles tinham que estar na cadeia”, ela retrucou. Vânia ressalta, no entanto, que havia muitos policiais bons, que faziam o trabalho da maneira correta.

Após essa experiência, ela se afastou um pouco do jornalismo policial, porque não queria ficar tão perto da miséria, da dor e da desigualdade. Para ela, as raízes da violência deveriam ser tratadas com mais profundidade.

Então eu pergunto: quando os “bandidos” eram crianças e tinham três, quatro anos de idade, o que a sociedade fez por elas? Nós víamos se eles passavam fome, se tinham casa para morar, se os pais deles tinham emprego? Se a mãe não apanhava do pai? Ninguém nunca se importou com isso. Aí mais tarde, quando eles têm 20 anos, viram para a gente e querem nos matar, eles são culpados sozinhos ou nós temos a nossa parcela de culpa? A culpa é da sociedade, da falta de políticas sociais, de saúde e educação. São tantas faltas, tantas misérias, que não podemos culpar uma única pessoa por um ato cruel. A minha paixão sempre será o ser humano. (WELTE, 2014).

Hoje, essa paixão foi transferida para a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, onde Vânia trabalha como assessora.

2.1 O RETRATO DA BRUTALIDADE COMO SERVIÇO SOCIAL

Os jornalistas que têm a coragem de encarar os piores horrores e passá-los ao público da maneira mais séria e completa possível não são abutres ou sanguessugas, como o senso comum avalia. É o que defende Mara Cornelsen, que vê a reportagem policial como um bem para a sociedade, na medida em que ela alerta sobre os perigos de uma determinada região e traz a tona crimes não solucionados já esquecidos pelas autoridades. “Eu sempre costumo dizer que há o pianista, o público e o palco. Mas alguém tem que carregar o piano antes do espetáculo. Nós carregávamos o piano”, explica. Por isso, o submundo da notícia dava espaço para retratar a brutalidade em busca de soluções.

Em diversos momentos, os repórteres policiais eram vistos como pequenos heróis. Quando um caso de homicídio já não era mais prioridade da polícia, os familiares da vítima não demoravam para procurar os jornais. Eles chegavam chorando, com a foto do morto, pedindo ajuda. No dia seguinte, a matéria saía na capa da *Tribuna* e isso bastava para que a Secretaria de Segurança “apertasse” a Polícia Civil, informando que queria o tal crime elucidado o quanto antes porque “a imprensa está em cima”. Muitas vezes, o caso era resolvido.

O jornalismo policial, para ela, é um serviço social que cobra as

investigações, principalmente situações que envolvem as classes desfavorecidas. Mara sempre teve orgulho de dar uma chance para essas pessoas.

Eu não me vejo como um “abutre” de jeito nenhum. Pelo contrário, eu não gosto de sangue nem de violência. Quando eu era editora da *Tribuna*, era engraçado porque eu colocava os policiais onde eu queria na cidade. Se a gente recebia a informação de que a Vila Pinto, atual Vila Torres, era um anto de traficantes e não sei mais o quê, com não sei quantos crimes por dia, nós íamos lá e fazíamos matéria todo dia sobre o local. A população vivia desesperada. Depois das publicações, a polícia ia lá fazer a operação e varria a Vila Pinto. Aí eu sempre chegava na redação e falava “e aí, onde vamos patrulhar hoje?” (CORNELSEN, 2014)

Um grande exemplo disso é a história de um ex traficante da Vila Nossa Senhora Aparecida, que ligou para a Mara pedindo ajuda. O homem tinha sido um dos maiores vendedores de drogas da região, mas parou com a atividade depois que outros criminosos mataram dois familiares dele. Com a tragédia, o rapaz saiu da Vila e fugiu com a esposa e filhos pequenos para outro lugar. Entretanto, os traficantes que ficaram no local continuavam a ameaçá-lo e a representar perigo para os parentes dele que ficaram morando lá.

Foi nesse contexto que o homem ligou para a jornalista e disse “Mara, eu fiz uma pesquisa por aí e vi que você é a repórter mais confiável do Paraná. E eu só pensei ‘nossa, o traficante fez uma pesquisa, manja só’”. Ele afirmou que tinha um mapa completo do tráfico da Vila Aparecida e que gostaria de disponibilizá-lo para ela. Os dois marcaram um encontro e ela saiu de lá com o mapa todo desenhado em uma cartolina: com as ruas, casas, moradias dos traficantes, onde havia armas escondidas, drogas e cães de guarda. “Faça bom proveito. Eu quero ajudar a combater o tráfico”, afirmou.

Mara saiu com o papel e pensou “o que eu vou fazer com isso?”. De acordo com ela, não havia como começar uma reportagem sem antes entregar o mapa para a polícia. Caso contrário, os traficantes sumiriam da Vila o mais rápido possível. A jornalista iniciou, então, a sua jornada: fez uma cópia do mapa, foi até a sede da Polícia Federal (PF) e entregou o papel nas mãos do delegado responsável. Três meses depois, ela não obteve nenhuma resposta. O mesmo aconteceu com a Polícia Militar (PM) e Polícia Civil (PC), que foram

contatadas pelos repórteres, mas não realizaram nenhum tipo de operação ou investigação no local. Tudo isso levou nove meses, sem praticamente nenhuma resposta das autoridades.

Ela, então, se reuniu com a chefia do jornal para decidir o que fazer. No dia seguinte, o mapa completo foi estampado em meia página na capa da *Tribuna*. Todos os contatos com as polícias, as respectivas respostas e a falta de ação foram descritos na reportagem. Apenas 24 horas depois da publicação, uma operação conjunta da PM com a PC foi feita na Vila Nossa Senhora Aparecida, mas ninguém foi preso, porque os criminosos já haviam fugido.

Eles só mataram um pastor alemão que tinha avançado em um policial. Quer dizer, foi ridículo. Ficou comprovada a ineficiência da polícia de investigar um caso que eles tinham na mão. A gente tinha credibilidade até com bandido. Às vezes eu estava entrevistando alguém na delegacia e os chamados “marginais” sempre de cabeça baixa, quando ouviam voz de mulher erguiam o olhar e diziam “ah, você é aquela jornalista da *Tribuna*?”. Eu era bem conhecida. (CORNELSEN, 2014)

Se Mara era “aquela jornalista da *Tribuna*”, Vânia Mara Welte era a “famosa repórter do *Estado do Paraná*”. Ela também usou a influência para investir em projetos de cunho social dentro do jornalismo policial. Um exemplo foi o trabalho de combate à exploração e turismo sexual de crianças e adolescentes na Tríplice Fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina), iniciativa da qual era coordenadora. Vânia mergulhou na causa depois de fazer parte da Central de Notícias dos Direitos da Infância e Adolescência (Ciranda). Ela não aguentava ver o sofrimento das crianças e também dos pais, que, muitas vezes, enfrentavam o desaparecimento dos filhos e ficavam meses, ou até mesmo anos, sem saber o que de fato havia acontecido. Junto com outros representantes brasileiros da Tríplice, Vânia ajudou a estabelecer a data 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Congresso Nacional.

O dia escolhido faz homenagem à menina Aracelli Cabrera Sanches Crespo, de oito anos, que desapareceu nesta data em 1973 e, seis dias depois, foi encontrada morta em Vitória, no Espírito Santo. Ela foi drogada, estuprada, espancada e teve o rosto desfigurado com ácido para dificultar a identificação

do corpo. Os principais suspeitos pela morte da menina foram Dante de Brito Michelini, conhecido como Dantinho, e Paulo Constanteen Helal, dois rapazes de famílias ricas, apontados como usuários de drogas e autores de outros crimes contra crianças na cidade. Marisley Fernandes Muniz, amante de Dantinho, chegou a revelar detalhes da morte de Aracelli durante uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada para apurar o caso. A garota teria ido levar a pedido da mãe, sem saber, um envelope com drogas escondidas para os jovens quando foi raptada. O corpo foi abandonado ao lado do Hospital Infantil Menino Jesus, no Centro de Vitória (LOUZEIRO,1975).

Dante e Paulo foram julgados e condenados em 1980, mas a sentença foi anulada. Em novo julgamento, realizado em 1991, os réus foram absolvidos. O crime jamais foi resolvido e os acusados não foram punidos (ESTADO DE MINAS, 2014). O caso Aracelli ainda hoje é lembrado como um dos casos mais hediondos que chocou o país.

Tanto o homicídio da menina quanto o desaparecimento do pequeno Evandro Ramos Caetano, de seis anos, em 1992, tocaram muito Vânia e a fizeram muito mal, mas, ao mesmo tempo, a levaram a tomar atitudes para ajudar os pais desesperados e a combater tamanha violência. A situação de Evandro foi acompanhada de perto pela repórter, que fez a cobertura completa do caso conhecido como “As Bruxas de Guaratuba” - que será analisado adiante neste trabalho.

Após se envolver na investigação do sumiço de Evandro, Vânia também coordenou uma ação internacional para colaborar com a causa. O projeto tinha como objetivo colocar fotografias de crianças desaparecidas em garrafas de vidro, que seriam jogadas ao mar de um navio, para atingir as mais diferentes localidades. Segundo ela, com essas iniciativas, em um período de dez anos, pelo menos mil crianças foram encontradas.

2.2 ENCARAR A MORTE: OS OSSOS DO OFÍCIO

Para transformar o jornalismo policial em um serviço para a população, é preciso, antes de qualquer coisa, encarar os horrores e a brutalidade que a

humanidade é capaz de fazer. Isso inclui ir até o local do crime ou acidente e ficar de frente para os corpos dilacerados, o sangue, as armas, os ferimentos. Diferente da maioria das pessoas, que enfrentam a morte (de familiares, por exemplo) poucas vezes, o repórter policial a vê todos os dias para narrar os acontecimentos ao público.

A jornalista Mara Cornelsen tem pavor de velório e da tradição de permanecer em volta do caixão, chorando. Mas o corpo na rua, na cena do crime, ela vê com certa naturalidade. “São os ossos do ofício. Eu tinha que ir lá e ver, eu não gosto disso, não gosto de violência. Mas eu encarava aquilo como necessidade, alguém tem que reportar o que acontece debaixo do nariz de todo mundo. Algo que afeta qualquer um, rico, pobre, branco, amarelo, não interessa”, confessou a repórter. Para ela, as pessoas têm que tomar conhecimento de que a violência é real e isso só é possível se alguém aceitar a missão de olhar para o ato cruel. A morte, segundo ela, é parte do trabalho de pegar os fatos, “ruminá-los” e escrever um texto sobre aquilo, uma reportagem limpa e honesta.

Eu vivenciava cada matéria com intensidade até o ponto final. Depois disso, ela era só do jornal e da polícia. Mas eu vi muitas barbaridades, entre elas, acidentes que mataram uma família inteira, com corpos espalhados por toda a rodovia. Cenas chocantes, que realmente marcam você. Quando saía de lá, deletava tudo. (CORNELSEN, 2014)

Mara admite que gostaria que os veículos não precisassem ter páginas de jornalismo policial, apenas colunas sociais, com notícias positivas. “Mas isso é uma utopia. No mundo em que vivemos há violência, brutalidade e maldade. Não temos como escapar”.

De acordo com ela, no início da carreira, a criminalidade não assustava tanto quanto hoje. Nas palavras dela, atualmente o bandido não se contenta em matar, mas tem que esquartejar e esconder os pedaços. O traficante, por sua vez, que vai cometer uma vingança não mata só o usuário que está devendo para ele, mas a família inteira da vítima. Os crimes são mais complexos e os autores cada vez mais cruéis. A isso adiciona-se o fato de que a violência ganhou proporções enormes em todos os meios de comunicação. Antes, esse tipo de reportagem era mais comum aos jornais impressos.

Se, anteriormente, os leitores da *Tribuna* eram a classe C e D, “o

povão que gosta do crime”, como descreve Mara, hoje essas ocorrências estão escancaradas e atingem a todos indiscriminadamente. Ver a morte é, assim, necessário para salientar a importância social do submundo da notícia. Se os jornalistas não se submeterem a isso, as pessoas não saberiam o número de crimes ou acidentes, quais locais da cidade são mais perigosos, ou onde estão os traficantes. Encarar os horrores, para ela, é alertar a população.

Para levar ao público as cenas que as jornalistas presenciavam, elas sofriam, ainda, vários riscos. Vânia Mara Welte confessa, por exemplo, que já passou por muitas situações das quais não sabia se sairia viva. Apesar disso, nunca foi medrosa. Ela vive cada dia plenamente, com a consciência de que, um dia, todos vão morrer. Embora diga que sempre esteve preparada, a repórter deixa claro que jamais vai se acostumar com a morte do jornalismo policial, com a miséria, sofrimento e injustiça. É dessa forma que ela interpreta o fim da vida.

Eu brinco com Deus, eu falo para ele que posso morrer a qualquer momento, só não pode ser de aneurisma cerebral, Aids, incendiada ou afogada. O resto pode me matar, contanto que seja rápido. Mas eu também já disse que quero viver além dos 100 anos. Nós temos um trato e acho que está dando certo. (WELTE, 2014)

Uma das vezes que Vânia ficou cara a cara com a morte foi durante uma viagem do Paraguai de volta para o Brasil, quando trabalhava para a Tríplice Fronteira – ela não lembra da data com exatidão. Era noite, estava muito escuro, e a jornalista atravessava a Ponte da Amizade de carro. Logo mais a frente, ela viu quatro homens chegando com dois facões nas mãos. Eles pararam na frente do veículo e golpearam os pneus com toda a força, furando-os na hora. Apavorada, ela continuou dirigindo até a aduana brasileira, atropelando os rapazes no caminho. Vânia então contou para o homem que trabalhava lá, um “negro imenso” [sic] pernambucano, tudo o que tinha acontecido e ele perguntou se o quarteto era brasileiro ou paraguaio. “Eu disse que não tive tempo de perguntar qual era o idioma deles”, relatou, bem-humorada.

Ela pediu ajuda para substituir os dois pneus e, enquanto ele a orientava, os dois conversaram um pouco. Vânia lembra que ele estava muito assustado com a violência na Tríplice Fronteira, se comparada com a da terra

natal, e já tinha emendado uma frase “ainda que você não morreu porque teve coragem de continuar dirigindo, mas olhe ali dentro”. O pernambucano apontou para uma pequena sala, onde um homem estava sentado todo machucado, com o peito aberto e as tripas para fora. “A gente já chamou o médico, mas acompanhado do Instituto Médico Legal, porque ele não tem mais salvação, vai morrer com certeza”, ele avisou. A jornalista saiu da aduana e, no outro dia, durante a devolução dos pneus emprestados, soube que o homem entrou em óbito naquela mesma noite.

Estar tão perto da violência, mesmo fora do expediente, e da brutalidade dessa forma era horrível para Vânia. Mesmo assim, ela encontrava forças para não deixar que aquilo penetrasse na sua vida e otimismo para ajudar os outros em momentos mais pesados. Foi como ela lidou com uma vítima que estava entre a vida e a morte após sofrer um acidente de carro em Curitiba. Era dia de mudança para o Rio de Janeiro para Vânia e a família, as coisas estavam todas empacotadas, quando o filho dela foi se despedir de um vizinho. A repórter o acompanhou com o olhar e, no momento em que ele cruzou a esquina, houve uma batida e uma explosão.

Vânia saiu pulando todas as cercas e correu para ver o que havia acontecido, completamente desesperada pelo filho. Quando um vizinho confirmou que o menino estava bem, ela ficou mais calma e prestou atenção no que tinha sido o acidente. Um dos carros perdeu o controle e colidiu contra o outro, que capotou. O homem que estava no veículo com as rodas para cima gemia e chorava, preso ao banco, dizendo que o automóvel ia explodir de vez. O tanque de gasolina vazou e jogava o combustível em cima da vítima. Enquanto isso, o dono do outro veículo esbravejava e xingava todo mundo porque tinham estragado o carro do pai dele. Encharcada de gasolina, a jornalista gritava para que as pessoas a ajudassem a puxar o rapaz das ferragens, mas ninguém fazia nada. No fim, o outro envolvido, que estava bravo até aquele momento, parou para tentar tirá-lo dali.

“Você é uma louca, você vai morrer queimada”, todos diziam. “Eu vou morrer feliz porque estou salvando uma vida, diferente de vocês. Ao invés de ficarem parados, ajudem com o extintor”, respondeu. Com a colaboração de alguns vizinhos, o homem foi salvo e encaminhado para o hospital.

Eu já ajudei várias pessoas em situação de extremo perigo. Na hora eu não fico pensando que eu posso morrer, na hora você não pensa nisso. Eu até já briguei com bandido e tudo mais, mas ainda estou aqui. Acho que o meu acordo com Deus está firme. (WELTE, 2014)

Essa visão levou Vânia a ser a única pessoa a sair com um motorista que já havia causado um acidente com vítima fatal, quando ela começou a trabalhar para o Governo do Paraná. Como não existia limite de velocidade, os homens viajavam de um lugar para o outro rápido demais, exatamente do jeito que Vânia gostava, como ela confessou: “não gosto de ir parando, eu quero chegar ao local o mais rápido possível e pronto”. Além disso, ela sempre sentava no banco da frente do carona para guiar o motorista. Para ela, as mulheres também não podiam ficar de fora desse tipo de atividade.

Em uma dessas viagens, ela achou que o rapaz não ia fazer uma curva logo a frente, já que estava a 180 km/h e não parecia estar preparado para reduzir a marcha. Ela viu, então, um paredão de pedra e fechou os olhos, já rezando para não ter um fim muito trágico. “Deus, eu não quero morrer picadinha, me leve inteira e não se esqueça de cuidar da minha família”, pensou. Quando abriu os olhos, ele tinha feito a curva normalmente e os ocupantes do veículo escaparam ilesos. Essa foi outra ocasião em que ela esteve perto da morte e, mesmo assim, disse que não sentiu medo, mas uma certeza de que se fosse para ser naquele dia, seria, e ela não poderia fazer nada a respeito.

Vânia sentiu a mesma coisa quando resolveu viajar com um homem que tinha causado um grave acidente, em que o carro chegou a cair em um penhasco. Segundo ela, o carona não usava cinto de segurança na hora do impacto e, por isso, atravessou o vidro do automóvel, batendo a cabeça em uma pedra. Com a força da colisão, ele não resistiu aos ferimentos e acabou morrendo na hora. A jornalista só não estava junto porque era seu dia de folga. Depois da tragédia, ninguém mais queria entrar no carro junto com o condutor, sobrevivente da ocorrência.

Ele veio perguntar para mim se eu viajaria com ele e eu disse que sim. No meio do caminho, o rapaz queria saber por que eu tinha coragem de ir com ele enquanto todos os outros o evitavam. Eu me lembro de ter respondido: “é que na história que Deus escreveu para mim eu sou a protagonista e a protagonista não morre”. Ele deu risada e eu o acompanhei. (WELTE, 2014)

Diferente de Mara e Vânia, a veterana Terezinha Cardoso confessou que, desde o começo, a brutalidade marcada nos corpos que via sempre foi uma questão muito complicada para ela. A jornalista afirmou que parecia viver na escuridão, no obscuro. Justamente por isso, não conseguia ir para casa e deixar os casos completamente de lado, como tentava fazer Mara. Eles o acompanhavam dia e noite e os reflexos do submundo perseguiam o seu inconsciente.

Ter a morte sempre tão por perto foi uma das razões pelas quais ela decidiu se afastar do jornalismo policial depois de anos de carreira. Mas, ao mesmo tempo, é possível dizer que os horrores também motivaram Terezinha a se aprofundar na raiz da violência e a fazer as investigações que tanto gostava. A morte e a maldade cometida pelo ser humano a penetraram de uma maneira tão forte que hoje ela não tem coragem de ver imagens violentas, por exemplo. Ela até ouve no Rádio ou lê textos na internet ou no jornal impresso, mas faz questão de não abrir as fotografias das vítimas ou de deixá-las de lado.

Eu admiro muito a profissão, como sempre admirei, mas para mim passou. Agora eu sou uma pessoa com idade, não tenho mais aquela vontade de trabalhar com isso. Hoje, eu só quero limpar a minha alma de toda essa crueldade, por isso, faço educação neural, processo que alivia a mente e traz pensamentos e vibrações positivas para o corpo. (CARDOSO, 2014)

Cada jornalista, assim, tem uma relação diferente e peculiar com a morte diária, vivida no ramo policial, principalmente porque essa perda é “esperada” pelos meios de comunicação. A notícia faz da vida da vítima uma espécie de espetáculo, onde a violência e a morte são os elementos principais (SOUZA M. B., 2005). Por isso, mesmo que as repórteres tivessem consciência de que teriam de se deparar com cenas terríveis todos os dias, é certo que esse contato representa a escolha entre absorver esses fatos ou tentar descartá-los, às vezes, sem sucesso; assim como o paradoxo de que as mortes são esperadas, inevitáveis, mas que devem ser discutidas para que medidas públicas sejam tomadas para combatê-las.

3. “SER MULHER” NO JORNALISMO POLICIAL

Terezinha, Vânia e Mara foram três mulheres que se arriscaram a entrar em um ambiente dominado por homens, principalmente na área policial. O primeiro detalhe que as três destacaram neste aspecto foi o fato de não haver, em nenhuma das redações, banheiro exclusivo para as mulheres. Cada uma lidava com o inconveniente do jeito que podia. Isso mostra o quanto a profissão ainda pertencia aos homens, como relatou o repórter José Hamilton Ribeiro na década de 1930: os jornais empregavam os “boêmios” e a ocupação feminina era restrita ao telefone, às faxinas ou ao serviço de fazer café. À noite, quando o trabalho ficava ainda mais intenso devido ao fechamento dos impressos, não havia mulheres no local. Um homem ficava responsável pela mesa telefônica.

Trinta e oito anos depois, em 1968, quando Terezinha começou a atuar como repórter no jornal *O Estado do Paraná*, a realidade ainda era essa. E continuou com a entrada de Vânia no veículo, pouco tempo depois. Mara relatou o mesmo problema quando começou a carreira no *Diário do Paraná*, em 1979, uma década depois que as duas primeiras repórteres já haviam começado a trabalhar na área. Terezinha e Mara tinham que usar o banheiro dos homens, já que não tinham nenhuma alternativa disponível. Para Vânia, havia todo um esquema burocrático para que ela pudesse usar o toailete, que ela chamava de “xixi anunciado” [sic].

Sem conseguir guardar as coisas para si e sofrer calada, dois dias após conseguir o estágio no *Estado do Paraná*, ela foi conversar com Mussa, então diretor do jornal. “Lembra quando você disse que, se eu precisasse de alguma coisa, era para pedir? Então, eu vim pedir. Eu preciso fazer xixi e não existe banheiro para as mulheres”, avisou. Ele respondeu com um “nossa, é mesmo, vamos tentar resolver isso para você”. Resultado: toda vez que ela sentia necessidade, precisava ligar para a telefonista e pedir a chave do banheiro da sala da diretoria, que ficava um andar abaixo da redação. Quando ela seguia todo esse procedimento, todo mundo já reagia com um “ah, lá vai ela”. “Era praticamente um xixi anunciado. E eu tinha que ser rápida, para não pensarem que eu estava fazendo outra coisa”, relatou. Antes de ter essa

solução, ela chegou a segurar a vontade de ir ao banheiro durante todo o expediente, por pelo menos dois dias. Vânia percebeu, então, que ficaria doente se continuasse desse jeito e, por isso, foi pedir ajuda para o diretor do jornal.

O caso do banheiro, no entanto, foi só a “ponta do iceberg” que as mulheres tiveram que enfrentar no mundo masculinizado das redações e do setor policial. Junto com isso, vieram também os preconceitos e dificuldades no exercer da profissão.

Eu posso dizer que sofri todos os preconceitos possíveis. Imagina só uma mulher bonitinha, novinha e cabeludérrima como eu entrar naquele mundo restrito ao universo masculino. Eu recebia cantada de chefe, advogado, fotógrafo, delegado, policial, de todo mundo. (CARDOSO, 2014)

Um dos extremos aconteceu quando a repórter parou de usar saia devido a um acidente durante uma “caça a bandidos” junto com os policiais. Terezinha foi pular uma cerca de arame farpado, quando a saia que usava enroscou e rasgou inteira. A peça de roupa foi lá para cima e a calcinha ficou aparecendo completamente. Vários policiais, fotógrafos e outros jornalistas correram atrás dela para ver a cena, esquecendo por uns instantes da fuga dos criminosos.

Ela definiu o momento como “extremamente pobre”. Constrangida, aboliu a saia por todo o resto da carreira. Mesmo assim, vestindo apenas calças, sempre havia um ou outro que ficava a encarando. A jornalista enfatiza, entretanto, que também teve muitos amigos e colegas que a respeitavam. Apesar disso, a ideia de que “a mulher é feita para dar”, usando as palavras de Terezinha, predominava na maioria das circunstâncias. Ela sentiu isso na pele, quando notava os olhares que recebia. Via também que muitos a julgavam, enquanto jornalista, por ela ser do sexo feminino.

Ela defende que a inserção das mulheres na sociedade, no trabalho e, conseqüentemente, na imprensa, cresceu com o movimento feminista, com o objetivo de superar essas dificuldades e preconceitos. Esses ideais eclodiram nos anos de 1970 a nível mundial e, no Brasil, a partir de 1980. O grupo buscou promover a ideia de que a mulher é um ser social, e não apenas um ser passivo, submisso, mas que tem o direito de se libertar e participar da vida em

sociedade com a mesma intensidade que os homens. Foi justamente neste período que Terezinha se apaixonou pelo feminismo e passou a participar do movimento “Mulheres 8 de Março”, que ganhou espaço no Paraná. Mesmo com a tentativa desses grupos de disseminar a emancipação feminina, o preconceito e o machismo são vícios visíveis ainda atualmente, concluiu ela. Vício que se reflete nos crimes bárbaros que atingem as mulheres diariamente, entre abusos sexuais, agressões e assassinato.

Além da veterana Terezinha, quem também sentiu de perto como era ser tratada como “mero objeto” foi Vânia. Mais de uma vez, por exemplo, quando ela começou a carreira, com 18 anos de idade, aconteceu de um homem perguntar se ela usava calcinha e sutiã por baixo do vestido. Ela disse que ouvia aquilo e simplesmente ignorava. “Eu só pensava ‘esse cara é um imbecil’, como é que eu ia dar bola para alguém como ele? Só lembro que ele era bem famoso na época e metido a conquistador”, disse ela.

Ser a única filha entre quatro irmãos foi um fato que ajudou Vânia a lidar com os homens. Desde pequena, ela viveu rodeada por eles e, por isso, se sentia mais confiante nos passos que tomava. Ela afirmou que tinha sorte de trabalhar com grandes personalidades na redação, que a viam como a “irmãzinha” do grupo e cuidavam dela. “Todo mundo aqui é apaixonado por você, mas ai de quem ousar avançar o sinal”, declarava Mussa, o diretor do jornal. Mesmo assim, as cantadas eram constantes e algumas pessoas tentaram “avançar o sinal” com comentários extravagantes e desrespeitosos.

Eu tinha jogo de cintura para isso. Trabalhei em quartel, dei aula para soldado, então sempre tinha homens por perto. Eu tive que aprender a me regar. Se eu desse um sorriso diferente, por exemplo, alguém poderia interpretar da maneira errada. (WELTE, 2014)

A própria necessidade de se impor regras para poder exercer a profissão mostra os limites que as mulheres enfrentavam no cotidiano. Isso acontecia em diferentes níveis, desde a conversa no corredor da qual apenas homens participavam, até a privação de usar uma peça de roupa, no caso da Terezinha, por exemplo. Segundo Vânia, muitas vezes, na redação, os homens se juntavam e começavam as risadas e gritaria. Quando ela chegava perto, querendo participar, eles paravam imediatamente. Depois, a jornalista

descobria que o assunto majoritário era uma ou outra mulher.

Foi assim que Vânia chegou no jornalismo, um ambiente ainda bastante masculino. No relacionamento com as fontes, ela também tinha que tomar cuidado, mas, às vezes, a situação saía do controle. Foi o que ocorreu depois que ela fez uma matéria entrevistando o então compositor de música popular Palminor Rodrigues Ferreira, conhecido como “Lápis”. Ela se lembra da manchete até hoje: “Fino, comprido e preto”. A reportagem ficou tão boa que, no dia seguinte à publicação, Lápis foi até a casa da jornalista para fazer uma serenata para ela. “E lá foi meu pai despejar água em cima dele pela janela”, contou Vânia, rindo.

A jornalista que fez carreira na área policial, Mara Cornelsen, também se destacava no meio dos bastidores do jornal: sempre fazia questão de usar saia, salto alto, maquiagem e pintar as unhas de vermelho. Não deixava a feminilidade de lado para trabalhar, mesmo que fosse enfrentar os piores criminosos. “Se eu tinha que caçar bandido, corria de salto alto mesmo ou tirava o calçado”, contou. Ela não escapava, no entanto, das cantadas e “investidas” dos homens com quem lidava.

Se tivesse rebelião em presídios, por exemplo, ela tinha que usar calça, jaquetão, tênis e capuz, para não se expor, virar alvo dos detidos ou até mesmo notícia. Fatos com os quais os homens nunca tiveram de se preocupar.

Claro que, muitas vezes, como a gente não tinha pauta, eu não sabia o que encontraria pela frente, se eu ia participar de um tiroteio ou de uma correria. Agora, se esse fosse o caso, tinha que encarar do jeito que dava. Eu era mulher e repórter policial. Em uma rebelião, por exemplo, eu não queria fomentar nada. Imagina só eu de minissaia em uma cadeia com dois mil homens rebeldes... Seria uma idiotice sem noção. (CORNELSEN, 2014)

Essa preocupação de Mara e as dificuldades passadas por ela, por Vânia e Terezinha evidencia o fato de que as mulheres vivem dispersas entre os homens e que, para manter a condição social, precisam se ligar a eles - principalmente porque elas não são consideradas autônomas. Os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições (BEAUVOIR, 1970). Em uma rebelião mais grave, que aconteceu na Penitenciária Central do Estado (PCE) em Piraquara, na região metropolitana de Curitiba, Mara percebeu que não podia atuar da mesma forma que os homens a pedido do

próprio diretor do presídio.

Na ocasião, os presos mataram cerca de 10 companheiros de cela e o local estava completamente tomado. “Havia corpos no meio do pátio e tudo mais”, lembra a jornalista. Ela estava lá com toda a equipe do lado de fora da PCE, esperando pela liberação da entrada para a imprensa, já que o diretor da cadeia era amigo pessoal do chefe da *Tribuna*. Quando os repórteres formaram uma fila em frente à porta, o diretor pegou Mara pela cabeça e disse “você não, baixinha. Você volta”. Ela respondeu “não, eu vou fazer, eu quero fazer”, mas ele insistiu “não, você não vai entrar, a penitenciária está tomada pelos presos e você é mulher, aqui você vai servir de isca” (grifo da autora). A jornalista “colocou o rabinho entre as pernas” e voltou para a redação.

Ele tinha razão, eu tinha um colega homem para fazer, então não precisava me expor e expor o meu veículo. Eu voltei para a redação e a gente fez aquele jornalismo antigo. Eles iam até o orelhão, ligavam para mim e eu escrevia. Quando eles chegaram, os textos estavam todos prontos. Eu não deixei de fazer, só não quis me arriscar desnecessariamente, mas ajudei e terminei o meu trabalho. (CORNELSEN, 2014)

A violência a qual Mara estava sujeita, e que a impediu de acompanhar o caso como os homens, está ligada à imagem frágil feminina e à sua suposta passividade. Nesse contexto, a mulher não se reivindica como sujeito, por medo, e por não possuir os meios concretos para tanto, além de, muitas vezes, sentir o laço necessário que a prende ao homem. Do outro lado, os homens temem a concorrência feminina e enxergam essa emancipação como um perigo e constante ameaça aos seus interesses (BEAUVOIR, 1970). Portanto, Mara realmente estava sujeita a riscos se entrasse na penitenciária, primeiramente porque, em toda a história da humanidade, em virtude de sua estrutura fisiológica, as mulheres sempre foram subordinadas aos homens física e psicologicamente. Nesse sentido, havia a possibilidade da repórter ser a preferida para o papel de refém, por ser a mais “frágil” presente, em uma situação em que os envolvidos possuíam um alto grau de agressividade. Em segundo lugar, justamente devido a essa polarização natural entre os sexos, as mulheres não são bem-vindas em ambientes dominados pelos homens, ainda segundo Beauvoir.

A divisão dos sexos é, com efeito, um dado biológico e não um momento da história humana. É no seio de um *mitsein* original que sua oposição se formou e mulher não a destruiu. O casal é uma unidade fundamental cujas metades se acham presas indissolavelmente uma à outra: nenhum corte é possível na sociedade por sexos. Isso é o que caracteriza fundamentalmente a mulher: ela é o Outro dentro de uma totalidade cujos termos são necessários um ao outro. (BEAUVOIR, 1970, p. 13 e 14)

Essa relação se torna ainda mais complexa se a questão da duplicidade for levada em conta: muitas vezes, os homens aceitam que a mulher seja um semelhante, um igual, como todos aqueles que ajudaram as repórteres a exercer a profissão; mas continuam a exigir que elas permaneçam inessenciais, ao tomarem atitudes que as diminuem, sem nem pensar nas consequências – como é o caso dos policiais e repórteres que pararam de trabalhar para olhar a saia rasgada da Terezinha e daqueles que perguntavam para Vânia sobre as roupas íntimas que ela usava; ou até em situações mais leves, como a exclusão de uma conversa no corredor. Os primeiros comportamentos mencionados estão diretamente ligados ao “deslumbre” ante o corpo feminino, que é transformado em um objeto fortemente erótico pela sociedade, afastando a ideia de que as mulheres são seres pensantes e que também devem participar das discussões políticas e sociais que envolvem a comunidade (BEAUVOIR, 1970).

Nesse sentido, o conceito de “mito da beleza” surge para explicar como o controle social sobre as mulheres é realizado por meio da aparência. É o que declara Naomi Wolf em 1992, com a ideia de que, com a conquista de direitos pelas mulheres e uma consequente abertura na brecha da estrutura do poder nos anos de 1970, outra “arma política” surgiu para “frear” a crescente liberdade adquirida. Esse novo mecanismo é a beleza, que se fortaleceu para assumir a coerção social que os mitos da maternidade e da castidade não conseguem mais realizar. Ou seja: para serem minimamente aceitas e competirem pelas relações de poder, as mulheres precisam encarnar um padrão físico imposto culturalmente (WOLF, 1992). Terezinha, Vânia e Mara se destacaram, portanto, por tentarem afastar a ideia do mito, principalmente ao ousarem fazer parte de um ambiente masculinizado. Apesar disso, as situações relatadas ao longo deste tópico mostram que as três repórteres foram tratadas de maneira diferente, bem ou mal, dependendo da aparência,

do modo como se vestiam e se comportavam.

3.1 SENSIBILIDADE E OBSERVAÇÃO

Sensibilidade. Essa foi a característica que Terezinha e Mara apontaram como a principal contribuição das mulheres durante o exercício do jornalismo policial. A veterana Terezinha reconhece que tinha certa sutileza ao perceber os fatos a sua volta, “faro” que ela não via nos homens com quem trabalhava. A mulher, de acordo com a jornalista, possui uma sensibilidade sutil e amorosa devido a capacidade que ela tem de conceber uma criança, de cuidar dela, sofrer e dar a luz em meio a uma dor profunda. A repórter acredita nisso mesmo não sendo mãe e reforça que nada impede que existam homens capazes de entrar em contato com essas sensações. Mas, para ela, essa característica é mais natural às mulheres já que, além da relação com a maternidade, elas convivem com a violência mais de perto no dia a dia, por serem vistas como seres frágeis e como objetos pela sociedade.

A mulher é um ser muito mais sensível, com raras exceções, em diversas áreas, até na Literatura, por exemplo. Eu prefiro a mulher em mil coisas diferentes. As buscas delas são incríveis. Mas, infelizmente, é sempre assim, o grande é o homem. O grande cirurgião, o grande advogado, o grande jornalista... É sempre o homem, nunca a mulher. (CARDOSO, 2014)

Da mesma forma, após 32 anos de carreira no jornalismo policial, Mara Cornelsen aponta a sensibilidade como o grande diferencial das mulheres na profissão que escolheu. Ela sempre se viu como uma boa ouvinte e “tradutora”, ao tentar passar para o texto o que as fontes realmente queriam dizer, mas não necessariamente o que elas haviam dito à reportagem. Mara percebia que muitas pessoas tinham dificuldades em conversar com a imprensa. “Elas gostariam de declarar alhos, mas declaravam bugalhos”, afirmou ela. Por isso, a jornalista tomava o cuidado de analisar as palavras e os termos usados pelos entrevistados e os interpretava da forma mais fiel possível para transcrevê-los. “Nem sempre eu escrevia exatamente o que o indivíduo falava, mas sim o que

ele queria dizer”, explicou. Mara liga essa capacidade à condição de “ser mulher”, já que não via essa preocupação no trabalho dos colegas.

Para Vânia, no entanto, o que marcou a sua trajetória no submundo da notícia foi a observação. “Desde criança, eu era uma observadora nata”, descreveu. Ela brincava com a mãe, ao notar algumas situações, dizendo que tal coisa ia acontecer e, enquanto a mãe dava risada, as “previsões” de Vânia se concretizavam. Ela combinava a paixão pelo ser humano à habilidade de observá-lo, para identificar quando ele estava mentindo, enganando alguém ou sendo sincero. Essa característica, de acordo com ela, é peculiar à mulher, que atenta aos detalhes e tem agilidade de captar os fatos como uma antena parabólica, ao fazer uma coisa e prestar atenção em outra, simultaneamente.

As mulheres aperfeiçoam essa capacidade no dia a dia, com a experiência. Esse tipo de coisa ajuda muito a gente na investigação, uma vez que o jornalismo é investigação por natureza. Dizer “jornalismo investigativo” é pleonasmo para mim. Para dar a informação, o repórter precisa primeiro averiguar e apurar os fatos com precisão. (WELTE, 2014)

4. POR DENTRO DOS CASOS DE POLÍCIA: MARA CORNELSEN

Cada uma das jornalistas citadas neste trabalho participou da cobertura de casos com repercussão estadual e até mesmo nacional na área policial. Para Mara Cornelsen, essa editoria hoje no Brasil é muito mais abrangente do que costumava ser no passado, já que outras áreas se transformam em crime, como a política, por exemplo, em casos de corrupção. Nas redações atuais, segundo ela, o repórter policial, muitas vezes, é considerado o repórter investigativo, até mesmo com certo “glamour”. Quando ela ocupava a função, quem trabalhava nesta área era visto como a “escória da redação” e os próprios colegas diziam que os jornalistas que não conseguiam nada melhor no veículo acabavam sendo remanejados para o tal submundo da notícia. “Isso não é verdade porque, na minha opinião, esse é o jornalismo mais profundo e fiel, que não deixa de ser investigativo de maneira nenhuma, muito pelo contrário, essa é a sua essência”, defende Mara.

Ela nunca recebia pauta da editoria policial, só nos maiores casos ou nos mais óbvios, como operações realizadas pela polícia. A jornalista chegava às 13h na *Tribuna do Paraná*, pegava um repórter fotográfico e saía para a rua, fazer a ronda – assim como as veteranas Terezinha e Vânia. Ela ia para o necrotério, depois passava pela Delegacia de Furtos e Roubos, lia todos os Boletins de Ocorrência, um por um, e selecionava o que achava que renderia matéria. Saindo de lá, ia até a Delegacia de Homicídios e repetia o mesmo processo. Isso tudo fora o que acontecia na hora e ela tinha que cobrir. Mara fazia, em média, dez matérias por dia e não tinha hora certa para sair do jornal. Ela só deixava a redação depois de fechar todo o material que havia recolhido.

A gente não tinha celular, usava telefone público mesmo. Cada um de nós usava um bip, um aparelho de rádio mensagem, enorme e numerado. Se alguém acionava o meu, por exemplo, que era o 926, eu tinha que ligar para a Central Telefônica para pegar a mensagem. O bip apitava e lá ia eu para o orelhão com a ficha fazer a ligação. Imagina só o tempo que se perdia com isso (CORNELSEN, 2014)

A Central, então, avisava: “aconteceu um atropelamento na avenida tal, quem avisa é o jornal”. Mara se deslocava até o local para fazer a matéria. Quando terminava, já seguia para outra ocorrência e assim por diante. “Os fotógrafos tinham pavor de trabalhar comigo, porque eu fazia praticamente tudo, nada passava despercebido. Era assim que funcionava”. O responsável pela fotografia chegava na redação para revelar o filme, com a imagem em preto e branco, e o processo demorava, no mínimo, duas horas. Aos poucos, os procedimentos foram evoluindo. “Mas antes era bem mais complicado”, completa Mara.

Ela lembra com detalhes do primeiro caso que cobriu: um acidente em que um caminhão atropelou um rapaz no bairro Rebouças, em Curitiba, próximo ao Teatro Paiol. Ela estava, na ocasião, com o repórter fotográfico Jorge Graff, que foi o seu “professor da rua”, por ensiná-la as “malandragens” do ramo policial. A vítima do acidente era um operário, que já havia sido socorrido e levado para o hospital. Quando Mara chegou ao local, o capacete do rapaz estava debaixo da roda do caminhão. Só de ver o objeto, ela ficou com as pernas moles e brancas e os colegas de trabalho já começaram a tirar sarro “ué, empalideceu por quê?”. O fotógrafo a levou, então, para um boteco de esquina e a fez tomar uns dois “golões” de cachaça. “Pronto, agora que

firmou a mão, vamos em frente”, ele falou. Essa foi a estreia da jovem Mara na carreira policial, que a acompanharia por toda a sua vida.

Nessa época, ela jamais imaginaria que chegaria a receber ameaça de morte de um delegado de Curitiba logo após fim da Ditadura, em 1987. Tudo começou com a prisão de um suspeito de sequestrar uma menina no interior do Paraná. Ele foi levado para a capital e, conhecendo a fama de Mara, já consolidada no jornalismo, a chamou para ir até a casa dele. Na ocasião, o rapaz ficou nu na frente dela e do fotógrafo, Giovani Santos, para mostrar as marcas de tortura pela qual tinha passado depois de ser detido. Desde o começo, ele negou ter sequestrado a criança. “Arrebentaram ele no pau-de-arara, queimaram o órgão genital com spray de pimenta, o machucaram de uma maneira horrível. Ele ficou completamente destruído, todo queimado”, lembra Mara. Ela ficou espantada com tamanha crueldade e fez uma matéria especial para a capa da *Tribuna*. A manchete aparece na mente da jornalista com clareza até hoje: “Olhe o que a polícia fez com este homem”.

Por coincidência, o periódico saiu exatamente no mesmo dia em que a polícia desarticulou a quadrilha responsável pelo sequestro da menina e fez uma mega apresentação dos suspeitos no auditório da delegacia – ficou comprovado, assim, que o homem torturado era inocente. Mara foi designada para ir até o local para fazer a cobertura do caso.

Quando eu entrei no auditório... Sabe quando você consegue ouvir uma mosca voando? Então... Ninguém nem respirava, nem os meus colegas, nem o pessoal das outras emissoras. Os caras levantaram para me peitar e o delegado que comandou a investigação, e que está na ativa até hoje, alto e fortão, veio para cima de mim. Eu baixinha e tal, dei de cara com o peito dele quando ele falou “pena que os tempos da Ditadura acabaram, sorte tua, senão você não ia voltar para casa hoje”. (CORNELSEN, 2014)

Mara percebeu o ódio no olhar do delegado e dos homens que trabalhavam com ele. Isso porque, nas palavras dela, a jornalista “botou água fria na fervura da polícia”, ao mostrar que, para desarticular a quadrilha, eles torturaram um rapaz inocente. Ela ouviu a ameaça, sentou e continuou fazendo a matéria, normalmente. Essas atitudes a ajudaram a construir uma forte reputação profissional. “Essa mulherzinha é fogo, caneta pesada”, “ah, a Mara da caneta pesada chegou aí”, já dizia o falecido delegado da Homicídios, um dos admiradores da repórter. “Eu fazia a matéria que tinha que ser feita”,

conclui ela.

Mais tarde, a polícia chamou a vítima do caso de tortura para prestar esclarecimentos, mas ela negou que tinha conversado com Mara a respeito do caso, mesmo com as fotos dele nu na capa do jornal, mostrando que havia apanhado. No fim, ela ficou como a 'inventora da situação', e os delegados a acusaram de ser mentirosa. O inquérito foi arquivado e os policiais envolvidos jamais foram punidos.

4.1 TRÁFICO INTERNACIONAL DE BEBÊS E CASO REGIANE

Dentre todos os casos que cobriu, os que mais tocaram Mara foram os relacionados ao tráfico internacional de bebês, que tiveram seu auge nos anos de 1980 no Sul do Brasil. Estima-se que esse comércio ilegal exportou um número de três mil crianças por ano entre 1985 e 1988 para Israel, especialmente de origem paranaense e catarinense. Os bebês brancos e de olhos claros eram os mais desejados (FOLTRAN, 2012).

Mara trabalhou na publicação da maioria dos crimes que aconteceram no Paraná durante este período, motivada pelo desespero dos pais, que ligavam para a *Tribuna* pedindo ajuda. A história da pequena Bruna, de apenas quatro meses na época, por exemplo, até hoje faz parte da vida dela: foram 20 anos dedicados a realizar reportagens sobre a ocorrência. Bruna Aparecida Vasconcelos foi sequestrada pela famosa quadrilha liderada pela catarinense Arlete Hilu, denunciada e detida por tráfico em 1986. Ela cumpriu dois anos de prisão, de acordo com a jornalista.

Desde que Bruna desapareceu, a mãe da menina, Rosilda, ia semanalmente à *Tribuna* pedir que o caso fosse divulgado para que não caísse no esquecimento. A família estava completamente desesperada e Mara sempre atendia aos pedidos. Um dia, saiu uma nota sobre o caso em uma revista de Londres, na Inglaterra, e um produtor de televisão do país acabou se interessando pelos casos de sequestros de crianças no Brasil. Ao fazer contato com os principais jornalistas que cobriam os sequestros, o produtor chegou ao nome de Mara Cornelsen. Ele ligou para ela, pedindo se poderia enviar uma

equipe para Curitiba e ela logo concordou. Durante dois anos, a repórter assessorou os ingleses no caso de Bruna. Nos primeiros três meses, ela passou todas as informações, o contato da mãe e tudo o que já havia sido apurado.

Posteriormente, os jornalistas estrangeiros contrataram um investigador em Israel, depois de confirmar algumas denúncias de que as crianças sequestradas eram enviadas para lá, e ele conseguiu encontrar Bruna. A mãe biológica do bebê foi levada até Israel por esses produtores de televisão e ela confirmou que aquela menina era realmente a sua filha. “Mesmo tão pequena, era evidente que elas eram mãe e filha, porque uma era a cara da outra”, conta Mara, que acompanhou todos os movimentos para solucionar o caso, mesmo de longe.

Sequestrada com quatro meses, Bruna só voltou para o Brasil com quase três anos de idade, após uma briga judicial entre os pais biológicos e os que compraram a criança por US\$ 5 mil dólares, na época. O casal alegou que os próprios pais, pobres, quiseram vender Bruna, porque não queriam mais ficar com ela. No entanto, a polícia descobriu que a negociação com o casal adotivo foi realizada no Paraguai com a quadrilha de Arlete Hilu, que fez toda a transação usando documentos falsos. O embate internacional comoveu milhões de pessoas por meio da mídia. O juiz decidiu, por fim, que Bruna deveria ficar com os pais biológicos e Rosilda finalmente a trouxe de volta ao Brasil.

Para mim, esse foi um caso muito importante, porque uma injustiça enorme foi resolvida. Além de ter que conviver com o sumiço da filha, os pais eram acusados de vendê-la. Todo mundo falava “ah, mas os pais são pobres, ela vai viver o resto da vida em uma favela ao invés de ficar com um casal rico e bacana”. Mas e daí? Ela havia sido sequestrada, tirada dos pais, isso era um crime. (CORNELSEN, 2014)

Quase em paralelo, no final da década de 1980, Mara cobriu outro caso que a sensibilizou fortemente e marcou a sua trajetória: o sequestro da menina Regiane, na época, com sete anos de idade. O crime foi cometido por um andarilho na favela do Cajuru, em Curitiba. A criança saiu de mãos dadas com o irmão de cinco anos, do barraco onde a família morava, para buscar um chinelo para a mãe, que tinha uma consulta marcada com um médico no dia

seguinte. Os pequenos estavam a caminho da casa da tia, para emprestar o calçado, já que as duas compartilhavam o mesmo chinelo, quando foram abordados por um homem. “Para ver o nível de pobreza em que eles viviam”, comenta Mara. Ele agarrou Regiane e o irmão começou a gritar. Para silenciar o menino, o criminoso segurou a cabeça dele dentro de uma poça d’água e o matou.

Depois, forçou Regiane a acompanhá-lo, para pedir esmola nas ruas. Ele foi com a menina até São Paulo, machucando a menina, a obrigando a chamá-lo de pai sob ameaça de morte. Quando chegaram à cidade, a criança estava com o braço quebrado, em condições terríveis. Uma assistente social da Prefeitura que estava no local percebeu que havia algo errado e a levou para o hospital, depois de pedir documentos da menina para o andarilho. Como ele não tinha nenhum, ela encaminhou Regiane a um orfanato. Um casal de São Bernardo do Campo, que frequentava a instituição, se encantou com a garota e acabou a adotando, de forma legal perante a Justiça. Caroline, como passou a ser chamada, morou com os dois por sete anos. Enquanto isso, os pais biológicos estavam desesperados, ainda com esperanças de encontrar Regiane. “E ela estava lá, adotada legalmente. Quer dizer, eles nunca mais a achariam”, avalia Mara.

Foi nessa época que surgiu a primeira versão do programa *Linha Direta* da TV Globo, com o apresentador Hélio Costa, que simulava casos policiais não solucionados para que o público ajudasse a dar pistas, identificar ou localizar o paradeiro dos suspeitos (Memória Globo, 2014). Um dia, Mara recebeu uma ligação de um colega da *Gazeta do Povo*, já falecido, sugerindo que ela enviasse para a Central Globo de Produções sugestões de crimes para o programa. Ela escolheu, então, passar adiante, entre outras ocorrências, o caso Regiane, que foi selecionado pelos produtores. Uma equipe da Globo procurou Mara para ajudá-la na reconstituição do sequestro da criança. Após alguns meses, o programa foi ao ar e, de uma maneira completamente inesperada, Regiane, com 14 anos de idade, assistia a televisão no momento e se reconheceu ali. Ela logo falou para a mãe adotiva “essa é a minha história e esses são os meus pais, eles ainda estão me procurando”.

Depois do impacto inicial, a adolescente ficou um mês decidindo se ia atrás ou não dos pais biológicos. Ela, então, procurou o *Linha Direta* e o

programa promoveu o encontro em âmbito nacional. A descoberta de quem realmente era Regiane resultou, como no caso de Bruna, em uma batalha jurídica entre os casais.

E Regiane, com 14 anos, optou por voltar para os pais biológicos, que ainda moravam na favela. O sangue falou mais alto e ela trocou o conforto de um apartamento, com um pai metalúrgico, para voltar para a “verdadeira” família. No fim, eles ganharam a causa. (CORNELSEN, 2014)

Apesar do final feliz, nos bastidores, a jornalista conta que o clima foi um pouco complicado com a Globo. Os produtores da emissora, segundo Mara, foram orientados a não contar para ela que haviam encontrado Regiane, para que a *Tribuna* não desse a notícia antes e “furasse” o *Linha Direta*. Ela descobriu isso por ter amigos “informantes” do lado da televisão. “Eu achei aquilo uma baita de uma sacanagem, porque eu tinha sido a pivô de tudo. Mesmo assim, meus colegas me ligaram, lá pelas 23h, avisando que a menina tinha sido localizada”. A equipe do jornal ficou emocionada com a notícia, depois de tantos anos de dedicação ao caso. No dia seguinte, Mara fez uma baita de uma matéria, para a capa, falando do aparecimento de Regiane. “Enquanto isso, lá na Globo eu virei *persona non grata*, proibiram de falar comigo sobre os casos do Paraná, porque eu tinha descoberto e feito a reportagem antes” conclui.

4.2 CASO RACHEL GENOFRE: QUEBRA-CABEÇAS SEM SOLUÇÃO

Mara Cornelsen fez parte da cobertura de um dos casos mais chocantes não solucionados no Paraná: o assassinato da menina Rachel Lobo Oliveira Genofre, de nove anos de idade, encontrada em uma mala na Rodoviária de Curitiba em 2008. Com a carreira já consolidada, ela era editora da *Tribuna* e coordenava a equipe de repórteres quando a garota foi violentada e morta de uma maneira brutal (CORNELSEN, 2008). A identidade e a localização do assassino não foram descobertas até o momento pela Polícia Civil.

Antes de falar sobre o caso, Mara fez um importante alerta para lembrar a morte de Giovanna dos Reis Costa, também com nove anos, em 2006, em Quatro Barras, na região metropolitana da capital. A própria Justiça do Paraná suspeitou que os dois assassinatos possuíam aspectos semelhantes, assim como Mara, que cobriu ambas as ocorrências. “As duas tinham a mesma idade, o mesmo porte físico miudinho, o mesmo formato de cabelo. Do mesmo jeito que Rachel, Giovanna era uma menina muito querida, que conversava com todo mundo”, afirma a jornalista.

Giovanna saiu de casa para vender rifa de Páscoa para a escola no dia 10 de abril de 2006 e desapareceu. A família já havia procurado a polícia e os meios de comunicação quando, dois dias depois, a menina foi encontrada morta, nua, em posição fetal e amarrada com fios de luz, dentro de um saco plástico. O corpo foi deixado em um terreno baldio próximo da casa dela, em condições muito parecidas com o caso Rachel, segundo Mara.

Na ocasião, três ciganos vizinhos de Giovanna foram apontados como suspeitos, já que peças de roupas da criança teriam sido encontradas ao lado da casa deles. Eles foram acusados de matá-la em um suposto ritual de magia negra, com o objetivo de obter o sangue da virgem, para uma cerimônia de casamento de um dos ciganos (PEREIRA, 2013). Essa acusação relembra, por sua vez, o caso das Bruxas de Guaratuba, em 1992, coberto pela jornalista Vânia Mara Welte e que será retratado neste trabalho adiante.

Os ciganos ficaram seis anos presos até o julgamento, que aconteceu em 2012, depois do caso Rachel, como conta Mara. O advogado de defesa levou à Justiça as semelhanças entre os dois assassinatos e afirmou que os pertences de Giovanna encontrados próximo à residência dos acusados foram implantados pelo verdadeiro criminoso, o mesmo homem que teria matado Rachel Genofre, de acordo com informações divulgadas pelo Ministério Público do Paraná em 2009. “Como não havia uma única prova consistente contra os ciganos, eles foram absolvidos. Eles sempre juraram inocência. Então, o caso Giovanna nunca foi solucionado. Um tempo depois, aconteceu o assassinato de Rachel”, informa Mara.

O dia era 3 de novembro de 2008. Rachel saiu de casa, na Vila Guáira, e pegou o ônibus sozinha, como fazia todos os dias, para o Instituto de Educação do Paraná, no Centro de Curitiba, onde cursava a 4ª série. Naquele

dia, ela foi para a escola, mas nunca mais voltou. Dois dias depois, o corpo dela foi encontrado dentro de uma mala, embaixo de uma das escadas do setor de transporte estadual da Rodoferroviária da cidade, no bairro Jardim Botânico. Ela ainda vestia a camiseta do uniforme do colégio e apresentava sinais de estrangulamento e de violência sexual. Mara acredita que Rachel estava, provavelmente, sendo observada há dias pelo assassino. “As pistas do crime são muito parecidas com o caso Giovanna. Eu acredito sim que possa ser o mesmo assassino”, completa.

O principal suspeito investigado na época foi um motorista de ônibus que fazia a linha Curitiba-São Paulo e que já estava familiarizado com o ambiente da Rodoviária. Ele chegou a ser cogitado também como assassino de Giovanna, mas as investigações não foram adiante em ambos os casos.

O que mais chama a atenção é que ele era justamente um motorista de ônibus. No caso Rachel, a menina foi largada na Rodoviária e a mala deixada próxima a um local onde alguns índios moravam, talvez com o propósito de confundir ou levantar suspeita contra eles, que são um grupo desfavorecido e estigmatizado como os ciganos. (CORNELSEN, 2014)

Para Mara, a pessoa que deixou a mala no local tinha conhecimento da Rodoviária, principalmente porque desviou das câmeras de segurança. Ela faz uma crítica, nesse sentido, à falta de uma investigação aprofundada e de uma maior qualificação da Polícia Civil em ambos os casos. A repórter levanta a hipótese, por exemplo, de que o autor possa ser um assassino em série, que fugiu do Paraná para praticar outros crimes semelhantes em lugares distintos.

No dia em que Rachel foi encontrada morta, Mara voltava de ônibus de um curso que estava fazendo no Ministério Público de São Paulo, uma vez por semana. Em 5 de novembro, ela passou pela Rodoviária de Curitiba por volta das 22h30 e, cerca de meia-hora depois, a equipe da noite do jornal foi até o local para averiguar a informação de que o corpo havia sido localizado. Os repórteres já acompanhavam a situação desde o desaparecimento de Rachel, dois dias antes.

Esse caso em particular é muito triste, devido ao modo como a menina foi morta. Houve muita coisa que a polícia divulgou muito depois e que, talvez, poderia ter ajudado antes nas investigações. Faltou prova material e coerência. Nossos policiais, infelizmente, não sabem investigar, eles vêm com o resquício da Ditadura, só na base

do pau de arara para as confissões. Só sabem investigar na base da paulada. (CORNELSEN, 2014)

O principal suspeito investigado pela morte de Rachel chegou a ser encontrado no interior do estado, na época do homicídio, e teria negado, em um primeiro momento, a fazer o exame de DNA para verificar a autoria do crime. Depois, topou fazer o teste genético no Instituto Médico Legal (IML), que teria dado negativo. O laudo, entretanto, não chegou a ser entregue ao desembargador e relator do processo do caso Giovanna, que julgava a semelhança entre os assassinatos das duas meninas, ou até mesmo à imprensa (Ministério Público do Paraná, 2009). Esse fato gerou ainda mais controvérsia e desconfiança em relação às investigações, como relatou Mara. Oito anos depois da morte de Giovanna e quase seis depois da morte de Rachel, nenhum dos casos foi completamente esclarecido, fato que assusta a jornalista e está enraizado, segundo ela, no despreparo da Polícia Civil do Paraná.

4.3 CHACINA DE CARAMBEÍ: TRÊS LÁPIDES E UM MISTÉRIO

Três pessoas mortas e outras quatro gravemente feridas. Três versões para o caso e, hoje, 25 anos de mistério. É assim que Mara Cornelsen descreve o episódio conhecido como “Chacina de Carambeí”, de 1989, que envolveu sete membros da família Boer - descendentes de holandeses e uma das mais tradicionais da região de Castro, grande polo de produtor de laticínios no Paraná. O crime jamais foi solucionado e os sobreviventes, até os dias atuais, se recusam a falar sobre o assunto.

Mara cobriu a ocorrência na ocasião e, 18 anos depois, em 2007, fez uma série especial de seis reportagens para o site da *Tribuna*, hoje o *Paraná-Online*. A jornalista voltou ao Sítio Sete Quedas, palco da tragédia, para tentar conversar com os sobreviventes e apurar o desenrolar da história.

Duas das três vítimas foram mortas no banheiro dentro da casa da chácara, a facadas e pauladas. O mais curioso é que, até hoje, as manchas de sangue não saíram completamente dos azulejos. Eles lavam, lavam, lavam o local, já passaram até ácido, mas as manchas

continuam lá, como se estivessem clamando por justiça.
(CORNELSEN, 2014)

Tudo começou no dia 7 de fevereiro de 1989, em uma terça-feira de Carnaval. Adrianus Loss Boer, com 50 anos na época, era superintendente das Indústrias Batavo e morava com a mulher, Mariana Guilhermina Maria Loss Boer, 52, no Centro de Carambeí. Os filhos, Dirk Boer, 24, e Leenderd Ari Boer, 30, viviam, respectivamente, no Sítio Sete Quedas e na Chácara Mangabeira, a cerca de 10 a 15 quilômetros de distância da casa dos pais.

No dia da tragédia, Leenderd havia deixado os dois filhos pequenos Tony, 8, e Leonardo, 6, na residência dos avós, para que o filho mais velho pudesse se recuperar de uma cirurgia de hérnia com tranquilidade. Com os netos, Adrianus e Mariana decidiram, então, fazer uma visita a Dirk e à esposa dele, Mirian Delfrasio Boer, 24, no Sítio Sete Quedas. O casal tinha um bebê, Thiago, de apenas um ano e três meses. Eles chegaram ao local por volta das 14h30, quando a história ficou completamente nebulosa, como lembra Mara. Ninguém sabe ao certo o que aconteceu.

No dia seguinte, Mirian, gravemente ferida e com o corpo coberto de sangue, conseguiu se arrastar pela estrada para pedir socorro. Ela parou um caminhoneiro dizendo que havia mais pessoas feridas dentro da casa. Os vizinhos do sítio se mobilizaram e acionaram a polícia e ambulâncias.

O quadro que os socorristas viram foi aterrador. No banheiro da casa, Mariana estava morta, caída ao lado do filho Dirk e dos dois netos. Os três desacordados, com as cabeças feridas e lavadas de sangue. No quarto do casal, o bebê estava morto na cama, ao lado do avô Adrianus, este também desacordado e com ferimentos na cabeça. Todos estavam irreconhecíveis, segundo testemunhas.
(CORNELSEN, 2007)

Dirk morreu no hospital no dia seguinte, enquanto a mulher, o pai e os dois sobrinhos ficaram internados por vários dias, um deles em estado de coma. Quando eles se recuperaram, mais uma surpresa surgiu para a Polícia Civil: ninguém quis falar sobre o caso e os depoimentos atrapalharam mais do que ajudaram nas investigações.

Na primeira vez que Mirian conseguiu depor, ela afirmou que tudo não passou de um assalto, cometido por um jovem franzino, loiro, de olhos claros e que havia aparecido no sítio com a desculpa de que buscava trabalho. Um

veículo Gol foi levado pelo então suspeito (o automóvel foi encontrado queimado dois dias depois na PR-438), junto com um televisor, um aparelho de som, algumas roupas e bijuterias dela. A versão de Mirian gerou dúvidas aos policiais, que não acreditavam que apenas uma pessoa seria responsável por tamanha violência.

Adrianus, por sua vez, disse que não se lembrava de absolutamente nada. Estava com amnésia, segundo ele, e só se recordava de ter chegado no sítio com a mulher e os dois netos e, depois, de acordar no hospital. Nenhuma das crianças, Tony e Leonardo, soube dizer o que havia acontecido naquela tarde de 7 de fevereiro. Todas essas dúvidas caracterizaram as investigações atrapalhadas da polícia, que trabalhava com três versões para a história: latrocínio (roubo seguido de morte), briga em família e crime encomendado.

A primeira versão segue o depoimento de Mirian e foi a única que resultou na detenção de um suspeito: um adolescente de 16 anos que teria confessado o crime e apontado dois comparsas que o teriam ajudado. Mais tarde, ele afirmou que sofreu torturas para se responsabilizar pelo caso. A princípio, Mirian reconheceu o suspeito mas, um tempo depois, voltou atrás e disse não ter certeza se era o mesmo “rapaz franzino” que havia invadido o sítio. Por falta de provas, o adolescente não chegou nem a ser denunciado. Colocado em liberdade, ele desapareceu.

Outra linha de investigação aponta que o crime teve como motivo uma briga em família. De acordo com essa hipótese, Mirian estaria envolvida em um caso amoroso com o sogro, Adrianus. No dia 7 de fevereiro, então, eles foram flagrados por Mariana e Dirk no Sítio Sete Quedas. Houve, então, uma briga generalizada, na qual as três crianças também acabaram sendo espancadas. Depois, a própria Mirian teria simulado o assalto para desviar a atenção dos investigadores. Essa história jamais conseguiu ser suportada por provas, principalmente devido aos depoimentos controversos dos sobreviventes e da falta de evidências mais concretas.

A terceira hipótese descarta tanto o assalto quanto a briga em família: trata-se, na verdade, de um crime encomendado. O principal suspeito era o agropecuarista Sieb Greudanus de Geus, que morreu há 13 anos. Dono da Fazenda Santa Cruz, ele morava ao lado do sítio onde a chacina aconteceu, com o filho Pedro Greudanus de Geus. Ele era conhecido por ser ranzinza e

por arranjar briga com os vizinhos e parentes por motivos banais.

Um familiar de Sieb, proprietário da Chácara Dirk, chegou a confidenciar a um promotor de Justiça que acreditava ser o real alvo dos assassinos, que teriam confundido o nome do terreno com o nome de Dirk Boer. A polícia decidiu investigar Sieb e descobriu que ele respondia um inquérito policial em Paranaguá por comprar uma carga ilegal de adubos e que tinha interesse em adquirir o Sítio Sete Quedas, por causa do Rio Pitangui, que passa nos fundos da propriedade.

Mais tarde, os policiais suspeitaram que Sieb teria contratado os assassinos para dar um susto na família e convencê-los a vender o terreno. Segundo Mara, o agropecuarista gastou uma fortuna com advogados para se dizer inocente e nada foi provado contra ele. Sem nenhum indício que pudesse levar adiante as investigações ou julgamentos nas três hipóteses, o crime prescreveu em 2009 e nunca foi solucionado. As únicas coisas que restaram, além das três lápides, foram as manchas de sangue nos azulejos do banheiro, que nunca saíram completamente. “Isso é algo que eu não vou esquecer. Quando voltei lá, em 2007, para a série especial sobre o caso, falei com os novos moradores, todos empregados da família Boer, e eles disseram que as manchas clareiam, mas sempre voltam com a força de antes”, contou.

Nessa nova ocasião, tanto Mirian quanto Adrianus se recusaram a falar sobre o caso com ela. Na casa dele, quem atendeu a jornalista foi a nova esposa de Boer, que a recebeu com a pergunta “você não tem nada mais importante para fazer? Aqui ninguém vai falar sobre isso”. Caso encerrado, arquivado. Frustração de muitos delegados e, com certeza, de Dirk, Mariana e Thiago, que, segundo ela, jamais conseguiram descansar em paz.

5. COBERTURAS DA VETERANA TEREZINHA CARDOSO

Assim como Mara, a veterana do jornalismo policial no Paraná, Terezinha Cardoso também possui a cobertura de casos famosos no currículo. Uma das experiências inesquecíveis aconteceu quando ela começou a

trabalhar em *O Globo*, em 1985. Na ocasião, Tancredo Neves, que tinha acabado de ser eleito presidente da República por voto indireto, estava gravemente doente e prestes a morrer. Ele havia contraído uma inflamação no intestino grosso, a diverticulite (BRITTO, 1985). A repórter conta que ele estava cada dia pior, devido à idade avançada.

Na redação, os jornalistas tinham que ficar de plantão e era proibido até mesmo dormir. Caso a morte de Tancredo ocorresse, era preciso que alguém fosse atrás para fechar a matéria. Terezinha chegou a ficar “maluca”, cochilando ora ou outra ouvindo o rádio ou a televisão. Tancredo morreu no dia 21 de abril de 1985, antes de ser empossado como presidente. E lá estava a jornalista, cobrindo o fato sem piscar os olhos.

Outra história que sempre estará na memória dela ocorreu em Maringá, no Norte Central do Paraná, durante os últimos anos em que trabalhava em *O Globo*, entre 1990 e 1991. Terezinha havia sido convidada, junto com outros colegas, para realizar a cobertura do Congresso Internacional de Arquitetura que aconteceria na cidade. Cada um escolheu a sua melhor roupa, “o melhor traje, a blusinha de seda”, para entrevistar as presenças ilustres, famosos arquitetos e especialistas. “Nós estávamos todos belos e formosos em Maringá, muito bem instalados em um hotel. Todos eram amicíssimos do prefeito e da primeira-dama”, contou.

Os jornalistas, então, aproveitaram para passar um tempo em um boteco horas antes do Congresso. De repente, Terezinha recebeu um telefonema urgente do editor de *O Globo*. “Está acontecendo um sequestro de um ônibus escolar perto de Maringá e nós queremos você lá. O veículo está cheio de crianças e mulheres. Corra”, alertou o chefe. A repórter não teve escolha senão partir na hora para a cidadezinha que ficava a poucos quilômetros do município que sediava o Congresso – da qual ela não lembra o nome.

Junto com os colegas do *Jornal do Brasil*, a jornalista foi com o carro e o motorista do prefeito, que os levaria para o evento, até o local do crime. Quando chegaram já era noite e os bandidos estavam de arma em punho.

E a gente no meio daquilo, um barro, uma sujeira. A roupinha de gala foi para o saco. Você tinha que sair dali e ir até o orelhão mais próximo para passar as informações por telefone para o jornal. Essa

brincadeira durou dois dias. Com esse negócio de ir atrás dos bandidos, o Congresso ficou vazio e o prefeito completamente emburrado. A gente ia comer do bom e do melhor, mas, no fim, não passamos de um pão com mortadela horrível vindo de um boteco. (CARDOSO, 2014)

Os sequestradores liberavam as crianças de pouco em pouco. Era uma tensão terrível, declarou Terezinha. Quando uma senhora saiu do ônibus, alguém se adiantou e os homens atiraram. A bala pegou em um rapaz que acompanhava o caso e ele morreu na hora. O fotógrafo ficava atrás da árvore para não correr nenhum risco mais alto. A repórter definiu o episódio como uma “reportagem policial do cão, uma coisa maluca”. As informações eram repassadas por telefone e, depois que a cobertura *in loco* havia acabado, ela passou a madrugada escrevendo a matéria no hotel. No final, a polícia não conseguiu prender os bandidos.

A vida do jornalista é uma surpresa. Afinal, isso aconteceu anos depois que eu saí do jornalismo policial. Essa foi uma coisa muito grande, muito mais tensa se comparada aos casos do Jack Palance ou do Eliachar, que tiveram grande repercussão até mesmo fora do estado. Hoje eu perdi a coragem de ver essa brutalidade toda. Busco agora apenas paz para o meu espírito. (Cardoso, 2014)

5.1 CASO JACK PALANCE

Uma das histórias mais marcantes lembradas por Terezinha foi o caso do grande ladrão de bancos “Jack Palance”, no início da década de 1970 – ela tinha apenas 24 anos quando trabalhou nessa cobertura. Ele ganhou o apelido da imprensa e da polícia devido às semelhanças que tinha com o ator norte-americano dono desse nome artístico, bastante famoso na época. O criminoso Jack Palance era considerado, no início da carreira, um “pé de chinelo” e um “zé ninguém” pelas autoridades, já que tinha origem humilde e só praticava pequenos roubos e furtos em Curitiba.

Um dia, no entanto, aconteceu um grande assalto à agência Bamerindus, localizada na rua XV de Novembro, no Centro de Curitiba. Apenas um homem tramou toda a ação: ele chegou sozinho no estabelecimento com um revólver, rendeu os clientes e funcionários, intimidou todos eles e levou o

dinheiro dos caixas. “Ele tinha uma esperteza que o profissional em assalto da época não tinha. Imagina qual a surpresa da polícia ao descobrir que o cérebro daquilo tudo era um ladrãozinho de nada”, comentou a repórter. Ela não se lembra do verdadeiro nome dele, tamanho o sucesso do apelido estrangeiro.

Não demorou muito para que o assaltante conquistasse os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, atacando agências bancárias principalmente das capitais, sempre solitário. Terezinha acompanhava de perto todos os passos de Jack Palance.

Ninguém sabia quem ele era até se transformar em uma grande personalidade. Chegou a um ponto em que, em qualquer assalto que acontecia, colocavam a culpa no Jack Palance. A própria polícia e a imprensa o transformaram em um mito. (CARDOSO, 2014)

A repórter começou a contar a história dele para *O Estado do Paraná*, onde trabalhava na época. O número de assaltos foi aumentando e a população começou a torcer pelo sucesso de Jack Palance, que encantou, sobretudo, as pessoas provenientes das classes média e baixa do Brasil. Terezinha relatou que as empregadas domésticas eram as maiores fãs dele. Palance virou notícia de capa nos jornais do estado durante meses até a sua prisão em Lages, cidade de Santa Catarina, cena que foi presenciada pela jornalista. No caminho para o local do flagrante, a repórter e o fotógrafo pararam em um posto de gasolina, durante a madrugada. O carro entrou no estabelecimento e Terezinha achou que a porta estava fechada quando se apoiou nela e acabou caindo para fora. Ela machucou o rosto na queda e ficou toda ralada. Como não tinha farmácia ou nenhum outro lugar para conseguir curativos, os dois foram até uma casa de meretrizes – como as prostitutas eram chamadas. “As mulheres que estavam lá passaram cachaça no meu rosto, o que aliviou um pouco, naturalmente. Mesmo toda ralada, eu vim contando a história do Jack de lá de Santa Catarina até aqui”, disse ela.

Quando chegou na frente da Delegacia de Furtos e Roubos de Curitiba na rua Sete de Setembro, havia uma multidão esperando para saber “tim tim por tim tim” o final da novela de Jack Palance. Um repórter policial da época, que posteriormente virou professor, quase caiu duro no chão porque viu Terezinha chegando com o assaltante “nas mãos”. O rosto do famoso criminoso ilustrou as manchetes dos jornais do dia seguinte. Finalmente, Jack

Palance estava preso.

Anos mais tarde, Terezinha voltou a vê-lo na cadeia. Ela não se lembra se foi visitá-lo como repórter ou sem nenhuma pretensão jornalística. Ele havia se redimido e se convertido para a religião evangélica. “Virou crente”, completou. Como sempre enfatiza, ela gostava de relatar tudo nos jornais, em casos de roubos, assaltos ou corrupção, do começo ao fim da história. “Eu chegava e colocava no jornal o nome do cara e o cheque que ele quis me dar ao tentar me subornar, o que aconteceu uma vez com um advogado de cadeia. Eu passei os três anos no jornalismo policial até a exaustão. Cobri raptos de criança, o que era muito dolorido, os maus tratos às mulheres e o machismo no meio policial”, declarou.

Apesar de não ter nenhum jornal arquivado com as reportagens sobre Jack Palance, Terezinha jamais vai esquecer a história do pequeno ladrão que se tornou conhecido nacionalmente em pouco tempo. Após a carreira como repórter policial, ela sentiu a necessidade de se desapegar do passado marcado pela crueldade e, por isso, decidiu se desfazer de todos os materiais relacionado ao passado no meio policial. Por isso, os arquivos com as reportagens não foram encontrados para serem anexados a este trabalho.

Na internet, o único registro encontrado sobre o assaltante está na edição da Revista Veja do dia 23 de abril de 1969, que contém uma nota sobre uma das ações do famoso Jack em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul – na qual ele teria agido com comparsas.

Quinta-feira, 17 de abril. Porto Alegre. 15 horas e 30 minutos - Cinco homens, conduzidos por um muito parecido com Jack Palance, dominam quinze funcionários e dezoito clientes numa agência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, prendem todo mundo nos banheiros do subsolo, descem ao porão, entram no cofre e levam 84.000 cruzeiros novos. É o maior assalto da história do Rio Grande. "Jack Palance" e seus companheiros, todos com armas automáticas, gastaram no assalto cinco minutos. (Arquivo Veja, 23 de abril de 1969)

A forma como a imagem de Jack Palance foi construída pela polícia e, sobretudo, pela imprensa, apresenta semelhanças com o temido “Bandido da Luz Vermelha”, um dos casos apresentados no já citado *50 anos de crimes: reportagens policiais que marcaram o jornalismo brasileiro*. João Acácio Pereira da Costa ficou famoso nacionalmente por causar pânico na capital paulista na

década de 1960 ao cometer diversos crimes: entre eles, latrocínios, homicídios e estupros. Ao invadir as residências luxuosas da cidade, ele usava uma lanterna com luz vermelha, daí a origem do “codinome”. O jornal *Notícias Populares*, famoso por explorar ao máximo o jornalismo policial, foi um dos periódicos que protagonizou a cobertura do então “inimigo número um” da sociedade. Entre os dias 23 de outubro de 1967 a 3 de janeiro de 1968, o veículo publicou uma série de 57 capítulos sobre a vida do criminoso.

Apesar dos horrores que praticava, João Acácio chegou a ter fãs e ser amado por algumas mulheres, que chegavam a lhe mandar cartas. A história dele foi adaptada para o cinema pelo diretor Rogério Sganzerla, com o filme “O Bandido da Luz Vermelha” (1968). Preso em Curitiba em 1967 após incessante investigação da polícia, João Acácio foi parar nas primeiras páginas, reconhecido como o “homem macaco” e “mascarado”, antes mesmo da rotulação como “bandido da luz vermelha” (FERREIRA, 2013).

Assim como Jack Palance, ele começou na vida criminosa sem grandes pretensões, para garantir a sobrevivência. Enquanto isso, o imaginário popular se alimentava dos relatos jornalísticos, como o de Jack feito por Terezinha Cardoso, das crônicas e balburdias para promover as conversações nas ruas e bares da cidade.

Os fatos noticiados pela repórter durante meses sobre o ladrão colaborou com a “composição” do perfil de Jack, por meio de uma narrativa que demonstra as articulações de tramas encenadas, para satisfazer quem recebe a notícia, que espera ansioso pelo fim da história (VALE, 2011). Essa foi uma das maneiras pela qual Terezinha participou da composição do retrato da violência em Curitiba na década de 1970, ao explorar os acontecimentos a partir de uma figura como o pequeno meliante que ascende e se torna um dos assaltantes mais procurados pela polícia. Essa realidade mostra também o processo de modernização, da complexidade e do aumento da criminalidade na cidade.

5.2 CASO LEON ELIACHAR

Além do caso Jack Palance, de grande repercussão no Sul do país, Terezinha Cardoso também trabalhou em acontecimentos de dimensões nacionais, como o assassinato do jornalista e humorista Leon Eliachar, no dia 29 de maio de 1987. Nascido em Cairo, no Egito, ele se mudou para o Rio de Janeiro ainda criança, onde viveu e trabalhou em diferentes veículos, fixando-se no *Última Hora* (NOGUEIRA, 1996).

De acordo com Terezinha, Leon era idolatrado pela classe artística do Rio e, por isso, a sua morte impactou fortemente a sociedade. Após investigações intensas, a polícia descobriu que ele foi assassinado a tiros a mando do vereador e fazendeiro Alberto Araújo (PMDB), que morava em Palmas, no interior do Paraná. O jornalista teria se envolvido com a esposa do mandante, Vera Araújo. O vereador pertencia a uma família rica da região e a mulher tinha uma loja na cidade. Com frequência, ela viajava para o Rio para fazer compras, período que aproveitava para se encontrar com Leon.

Leon se encantou por uma mocinha de Palmas, do interior, o marido descobriu e mandou matá-lo. Na época, eu trabalhava para *O Globo* e fui a primeira a chegar até a pivô do crime, foi um grande furo. Hoje isso quase não existe por causa da internet, mas eu era do tempo da máquina de escrever. (CARDOSO, 2014)

Terezinha trabalhava junto com a jornalista Elza Oliveira, que hoje atua como professora na UTFPR em Curitiba. Na época, ela já havia se desligado do jornalismo policial. Após o primeiro desenrolar do caso Eliachar, os editores de *O Globo* procuraram pela dupla para encontrar a mulher pela qual ele tinha se apaixonado. Como Terezinha não achou a parceira, em um período em que não havia celular, ela teve de ir sozinha de Curitiba para Palmas. Disseram a ela que a suspeita era de que a moça morava na cidade do interior do Paraná e que ela devia “pegar o fotógrafo, o avião e se mandar para lá o mais rápido possível, porque o dinheiro necessário já estava na conta”. O dia estava nublado, com cara de que ia chover, mas, mesmo assim, Terezinha decidiu ir – após terem lhe avisado que a viagem deveria ser feita depressa, porque a previsão do tempo marcava um dia de tempestades. A companheira da repórter foi a fotógrafa Lina Faria, que conseguiu registrar a imagem de Vera Araújo.

Durante o flagrante, o marido de Vera, que estava perto dela, tentou agredir a dupla de jornalistas e impedir que a foto fosse feita.

O cara quis bater na gente, mas não fez nada. Mesmo assim, não parou de xingar eu e a Lina de tudo quanto era tipo de palavrão. Só que a Lina manipulou, de maneira muito esperta, os filmes no bolso e atirou um erradô para ele, que queria de todo jeito os arquivos da câmera. No final, a foto foi publicada e foi a primeira a nível nacional. A foto da moça pivô do assassinato de Leon Eliachar! (CARDOSO, 2014)

Dias mais tarde, a jornalista Elza Oliveira continuou a cobrir o caso para o jornal, enquanto Terezinha foi remanejada para a produção de outras notícias. As provas contra o vereador só apareceram alguns meses após o flagrante de Vera. Depois de muito negar que era o mandante do crime, Alberto Araújo acabou sendo preso pela polícia.

E mais uma vez a repórter participou, mesmo que apenas de uma pequena parte da cobertura, de um caso que mexeu com a sociedade na década de 1980, em âmbito nacional. Apesar disso, Terezinha confessa que o que mais lhe chamava a atenção no jornalismo policial eram as ocorrências deixadas de lado pela maior parte da imprensa, as quais ela fazia questão de investigar e denunciar, como, por exemplo, a violência dentro da Delegacia de Costumes, já citada nesta monografia. “Eu acredito que a minha sensibilidade, por ser mulher, me permitiu ter um olhar mais preciso sobre essas situações”, concluiu.

6. VÂNIA WELTE E AS BRUXAS DE GUARATUBA

O “olhar sensível” citado por Terezinha Cardoso foi um dos motivos que levaram Vânia Welte a investigar a fundo, como jornalista, um dos casos mais chocantes e brutais que o Paraná já teve registro: “As Bruxas de Guaratuba”. Tudo começou no dia 6 de abril de 1992, quando o garotinho Evandro Ramos Caetano, de seis anos, desapareceu no caminho dos 100 metros que separavam a escola da sua casa. Ele era um menino loirinho muito

alegre e conhecido em toda a Guaratuba, no litoral do estado. Os pais de Evandro ficaram desesperados com o sumiço, mas ainda tinham esperanças de encontrá-lo, apesar de saberem que outra criança, Leandro Bossi, tinha desaparecido dois meses antes e não tinha sido localizado.

No dia 11 de abril, cinco dias depois, acontece o pior: a polícia anunciou que tinha encontrado o corpo de Evandro em um matagal da cidade, sobrevoado por urubus. Ao lado do cadáver, estava a chave de sua casa. O menino teve o peito rasgado, retiraram-lhe o coração e as vísceras, amputaram-lhe mãos e pés, escarpelaram-no e vazaram seus olhos. Três meses depois, a delegacia da cidade escoltava, orgulhosa, as supostas assassinas: Beatriz, na época com 28 anos, e Celina Abagge, 53, filha e esposa, respectivamente, do prefeito da cidade, Aldo Abagge. Elas foram acusadas de terem praticado o crime em um satânico ritual de magia negra e encaminhadas para as celas da penitenciária feminina de Piraquara, na região metropolitana de Curitiba, onde ficaram presas entre 1992 e 1995.

Dentro desse contexto, o diretor de *O Estado do Paraná*, Mussa José Assis, perguntou a Vânia se ela gostaria de acompanhar o caso. “Eu só falei que não queria me meter nesse tipo de coisa, de ritual de magia negra com criança e tudo mais. Não queria saber dessas brigas”. O diretor respondeu com apenas uma pergunta: “sério que você pensa assim?”. A questão intrigou Vânia que, naquele mesmo dia, foi para a biblioteca ler tudo sobre o caso.

Eu vi, então, que tinha interpretado tudo errado. Decidi entrar na investigação com tudo e fiz uma série de reportagens para mostrar que as chamadas “bruxas” eram inocentes. Eu fui a fundo e, no fim, o meu trabalho rendeu até um livro. (WELTE, 2014)

Com as investigações, Vânia descobriu que havia muitas lacunas e perguntas a serem feitas sobre a suposta solução do caso: o corpo encontrado era mesmo do menino Evandro? E as denúncias e depoimentos das acusadas que diziam que elas haviam sido torturadas por policiais para confessar o crime? Por que as assassinas seriam mulheres ligadas ao prefeito da cidade, que possuía diversas inimidades políticas? A jornalista buscou responder a essas questões da melhor maneira possível.

Primeiro, ela descobriu as denúncias ligadas às torturas pelas quais

Beatriz e Celina passaram. Um dos delegados responsáveis pelo caso confirmou, posteriormente, que o grupo de elite da Polícia Militar do Paraná entrou na investigação, sem competência legal para tal, dois meses após o assassinato de Evandro. Soma-se a esse fator os obstáculos enfrentados pela Polícia Civil, que não chegou a receber os laudos realizados pelo Instituto Médico Legal e pela perícia. “Houve tortura. Pessoas das quais os PMs suspeitavam foram sequestradas, levadas sem mandado de prisão e torturadas”, afirmou o delegado e diretor do Departamento de Crimes contra o Patrimônio, Luiz Carlos Oliveira, em entrevista à Revista ISTOÉ em uma reportagem de 2011.

Foi exatamente o que aconteceu com Beatriz, Celina e outros três suspeitos, defende Vânia Welte, após muito tempo de pesquisa e apuração do crime. Na época, o Ministério Público do estado recebeu uma lista com diversos suspeitos do homicídio – entre eles, estavam pais de santos, Celina e a filha Sheila, irmã de Beatriz. No dia 2 de julho de 1992, os policiais do grupo de elite invadiram a casa da família Abagge, que ficava em frente ao prédio da prefeitura, prenderam e transportaram em carros “chapas frias” Celina e Beatriz, achando que esta era Sheila. As duas eram acusadas de matar Evandro na serraria da qual eram proprietárias, oferecendo o sangue, coração e vísceras do menino a Exu, uma das entidades da umbanda, cuja imagem estava colada ao lado da porta principal da empresa. O ritual teria sido feito pela dupla, segundo a acusação, para pedir prosperidade nos negócios e garantir que a organização não falisse nos tempos difíceis em que se encontravam.

Elas foram levadas até uma chácara de veraneio, onde o pai de santo Osvaldo Marcineiro e outros dois suspeitos já eram torturados pelos policiais. Beatriz foi violada sexualmente por cinco torturadores, tomou choques elétricos e passou por sessões de “afogamento”. Eles só se deram conta de que Beatriz não era Sheila quando levaram Osvaldo para perto dela e ele a chamou pelo nome. Enquanto isso, em outro quarto, Celina também era maltratada. Quando a filha foi finalmente carregada para o mesmo cômodo que a mãe, Beatriz implorou para que ela falasse tudo que os policiais queriam, por não aguentar mais choques, estupros e afogamentos. Celina começou, então, a confissão, orientada pelos torturadores e acompanhada de um gravador – que era ligado

e desligado com frequência, mostrando que alguém corrigia o que ela falava.

Depois do terror que elas enfrentaram naquele dia, foram levadas a diversos postos da PM e, enfim, para a penitenciária de Piraquara. Lá, os horrores continuaram: cada uma delas ficou trancafiada por um mês nas “solitárias”, nuas, sem direito a banho, e privadas do sol e de uma alimentação adequada. Com a repercussão do caso na imprensa, os funcionários da prisão realmente acreditavam que Celina e Beatriz eram “bruxas”, que poderiam “virar fumaça” e fugir a qualquer momento.

As dúvidas de Vânia, no entanto, não pararam por aí. “Por que mulheres ligadas ao prefeito? O que poderia ter motivado toda essa armação?”, questionava. A resposta estava no âmbito político de Guaratuba no período do crime. Aldo Abagge, que morreu em 1995 achando que a mulher e a filha estavam em liberdade quando, na verdade, estavam presas, elaborara um plano de zoneamento que não vetava nem autorizava plenamente a construção de prédios (a chamada “verticalização”) na orla do estado. Ou seja, o Conselho de Desenvolvimento permitiu essa mudança, mas não nas regiões mais próximas às praias. A decisão atraiu pesadas rivalidades políticas para o prefeito, tanto locais quanto estaduais, já que muitos queriam transformar a cidade em um canteiro de obras, como aconteceu com Caiobá. Para piorar a situação, Guaratuba ficou sem receber verbas do governo, o que obrigou Abagge a majorar impostos para tratar o esgoto do município. Devido a todas essas divergências, Aldo se tornou um político vulnerável em todo o Paraná e repleto de inimigos. Até hoje, no entanto, não há provas que estabeleçam uma relação entre indivíduos que possuíam desavenças com Aldo e o caso Evandro, que resultou na culpa colocada em Celina e Beatriz.

Por último, para aumentar ainda mais a complexidade da história, há outro elemento: a desconfiança de que o corpo localizado no dia 11 de abril de 1992 no matagal não é de Evandro Caetano. Para chegar a uma resposta nesse aspecto, Vânia decidiu conversar com o geneticista que assinou o laudo de DNA confirmando que o cadáver era do menino. “Ele era muito famoso, fez parte até do desenvolvimento do Genoma Humano. E eu queria entrevistá-lo a todo custo”, destacou a jornalista. O nome do médico foi resguardado, já que ele forneceu informações para a repórter em *off*, que jamais foram publicadas na imprensa, mas que estão neste trabalho.

Um dia, Vânia decidiu segui-lo até o hotel onde ele estava hospedado para dar uma palestra – depois de ser rejeitada várias vezes ao pedir para falar com ele. Logo de manhã, o médico passou por ela no hall de entrada enquanto saía para tomar café, mas, na primeira abordagem, ele reconheceu a jornalista “que o persegue” e deu um jeito de fugir. Vânia foi, então, assistir a palestra, para ver se tinha chances de perguntar o que gostaria. Durante o evento, ele se esquivou de todas as questões feitas pela repórter, que não desistiu e saiu atrás dele após o fim do seminário.

As minhas dúvidas eram claras: como ele assinou aquele documento com tanta certeza se havia indícios de que o corpo era maior e não condizia com o de uma criança de seis anos de idade e nem com a aparência de Evandro? Os três exames de DNA feitos na época foram inconclusivos e muito inferiores aos 99,9% de certeza. Eu precisava perguntar isso a ele. (WELTE, 2014)

Depois de muito insistir, já que o geneticista não queria dar entrevista e se recusava completamente a tocar no assunto, ele disse: “Está bem, está bem. Eu vou te contar, mas você está proibida de publicar essa informação em qualquer meio”. Vânia concordou. O médico confessou para ela que assinou os laudos sem analisá-los, sem “ao menos vê-los direito”. A declaração jamais saiu nos jornais, mas foi repassada para os advogados de defesa de Celina e Beatriz. As duas ficaram encarceradas na penitenciária de 1992 a 1995 e em prisão domiciliar em Curitiba até o julgamento que as absolveram em 1998 por falta de provas (o mais longo júri da história da Justiça brasileira, que durou 34 dias).

Em 2011, um novo júri popular condenou Beatriz a 21 anos de prisão, enquanto Celina não participou do processo, pois já tinha 72 anos na época. O caso não chegou a transitar em julgado, porque há recursos que ainda tramitam em tribunais superiores. Por isso, Abagge responde pelo crime em liberdade. “Até hoje ela jura que é inocente e eu acredito nisso. Para mim, foi uma armação e os verdadeiros culpados jamais foram localizados ou punidos. Na minha mente, há, ainda, a possibilidade de que o menino Evandro nunca tenha sido morto e ainda esteja vivo por aí, desaparecido. A única certeza que temos é que a vida dessas mulheres foi completamente destruída com o caso”, concluiu Vânia. O interesse da repórter pelo mistério que envolve “as Bruxas de Guaratuba” lhe rendeu a publicação de um livro e também o prêmio Esso

Regional Sul de Jornalismo.

7. A PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA NO JORNALISMO FEITO POR MULHERES

Os objetivos iniciais dessa pesquisa podem ser alinhados com todos os aspectos abordados ao longo do trabalho. Para identificar a percepção da violência no jornalismo policial feito pelas mulheres, foram relatados os procedimentos profissionais que elas usaram nos casos que cobriram, assim como as dificuldades técnicas e subjetivas, os preconceitos e também opiniões pessoais sobre a morte e sobre o próprio ser feminino.

Nesse sentido, cada fato apresentado por elas, desde a falta de banheiro nas redações, passando pela forma diferente em que elas eram tratadas - sendo até proibidas de entrar em determinados lugares (como a prisão, por exemplo), lidando com as cantadas e o preconceito, ou vivendo debaixo de uma “superproteção” dos colegas - interferiu no modo como elas percebiam a violência que relatavam para o público. Ao mesmo tempo, características ligadas culturalmente ao ser feminino e ressaltadas por elas mesmas, como a sensibilidade (citada tanto por Terezinha quanto por Mara, em encontros diferentes) e a observação (para Vânia, a principal “arma” das mulheres), mostram como elas notavam detalhes nos casos, muitas vezes ignorados pelos repórteres homens. Exemplo disso é a denúncia da violência bárbara vivida pelas presas na antiga Delegacia de Costumes, presenciada e divulgada por Terezinha, e também o empenho em desvendar casos envolvendo bebês e crianças – as três jornalistas colocaram como reportagens marcantes nas carreiras ocorrências dessa natureza.

Essa é o papel histórico e social dessas mulheres para o jornalismo policial paranaense. Com todas as suas especificidades e também dificuldades, elas levavam para cada trabalho realizado um olhar único, que enriqueceu o

retrato da brutalidade como serviço social no estado – aspecto já discutido no segundo capítulo desta monografia, no item 2.1, que coloca o jornalismo policial como um bem para a sociedade, na medida em que ele alerta sobre os perigos de uma determinada região e traz a tona crimes não solucionados e já esquecidos pelas autoridades.

Assim, o resgate da cobertura dos casos que tiveram maior repercussão no Paraná (ou até mesmo nacional) e os mais importantes para cada uma das jornalistas (retratados nos capítulos 4, 5 e 6) teve como principal finalidade construir a violência a partir dos olhares e sensações dessas mulheres. Dessa maneira, foi possível acompanhá-las na profissão, entender cada passo dado, e descobrir como era ser repórter e mulher em diferentes épocas e coberturas.

Para realizar esse recorte foi necessário traçar os aspectos culturais, políticos e sociais que caracterizaram o jornalismo policial brasileiro, e, sobretudo, o paranaense, desde o início, para contextualizar e dar suporte às histórias contadas pelas repórteres. Esse primeiro objetivo específico foi cumprido no capítulo 1 desta monografia, que se concentrou em estudar o modo pelo qual os crimes eram retratados e de que forma a ânsia pelo “espetáculo” e pelo sensacionalismo guiava as reportagens. Essa característica pode ser notada até mesmo pela escolha dos casos trabalhados por essas mulheres – todos eles possuem aspectos que mexem com as emoções dos receptores e são considerados brutais, aumentando ainda mais o interesse do público. Além disso, a maioria permanece como mistério, sem ter sido resolvido até os dias atuais.

Devido a todos esses fatores, citando novamente Morin (1962), pode-se dizer que esta monografia tratou de dois dos principais pontos da cultura de massa desde o século XX: a mulher e a violência, aspectos de extrema importância para o estudo da Comunicação e para a compreensão da realidade.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho evidencia que as condições de “ser mulher” influenciaram direta e indiretamente a percepção da violência no jornalismo policial paranaense – área ainda majoritariamente masculina. Isso se deu devido às limitações e determinações culturais ligadas às mulheres socialmente e às características pessoais de cada repórter retratada nesta monografia. É interessante notar também o modo como as três superaram o fato de entrar em uma das áreas mais desvalorizadas do jornalismo, no caso da editoria policial, e produziram investigações aprofundadas, que contribuíram para a resolução de crimes e para a exposição e compreensão da realidade, evidenciando a importância social desse ramo, também discutido neste trabalho.

Há, ainda, diversas semelhanças entre os depoimentos das jornalistas que podem ser destacadas: o primeiro aspecto que todas elas levantaram sobre a sua vivência na profissão foi o fato de que não havia banheiro feminino nas redações. Além disso, as três eram conhecidas e chamadas nos seus respectivos locais de trabalho e também por fontes (como delegados e policiais) com adjetivos: Terezinha era a “magrinha”, Mara a “baixinha” e Vânia a “alta”. Algumas vezes, essas palavras tinham um sentido de “proteção” pelos colegas de trabalho.

Elas ainda salientaram o modo como o preconceito, o machismo (cantadas, assédios, olhares) e também o tratamento diferenciado, com intenções positivas, mudavam a forma como elas enxergavam a realidade e, conseqüentemente, a violência. As três relataram, por exemplo, como os casos mais chocantes da carreira crimes brutais que aconteceram com crianças e acreditam que esse interesse se dá devido à sensibilidade extra e observação que possuem. Terezinha citou o sequestro do ônibus escolar; enquanto Mara registrou o tráfico internacional de bebês e o caso Rachel Genofre; e Vânia o caso Evandro, também conhecido como “As Bruxas de Guaratuba”.

Há ainda, no jornalismo dessas repórteres, uma vontade de defender as mulheres. Em Terezinha, essa empatia acontece com a já citada denúncia de agressões na Delegacia de Costumes e, em Vânia, na busca pela inocência de Beatriz e Celina, acusadas de serem bruxas por toda a imprensa na época

do desaparecimento e suposta morte do menino Evandro. Esse interesse é explicado por Terezinha, ao longo do trabalho, pelo fato de que a mulher convive com a violência mais de perto no dia a dia, por ser vista como um objeto e um ser frágil pela sociedade.

A atuação dessas mulheres combinada com a importância do jornalismo policial, como modo de escancarar a realidade sombria das cidades, resulta em uma interpretação única e rica dos fatos, essencial para a compreensão do ambiente social. A escolha de não entrevistar nenhum homem do ramo se deu justamente devido ao objetivo de centrar e conhecer as histórias especificamente das mulheres. Essa, no entanto, poderia ser uma forma alternativa de enriquecer a monografia.

Uma nova possibilidade de trabalho, ainda nesta linha, relacionada aos Estudos de Gênero, pode mostrar a violência no jornalismo do lado das vítimas mulheres. Um balanço do Instituto Médico Legal mostrou, por exemplo, que, só no mês de outubro de 2014, 14 mulheres (entre elas duas adolescentes e uma criança de dois anos) foram assassinadas em Curitiba e região metropolitana – sem contar os crimes de cunho sexual. Destes homicídios, há a confirmação de que pelo menos seis são casos passionais (ANDRÉ, 2014). Nesse sentido, vale a pena refletir sobre como a imagem da mulher construída pela separação dos gêneros contribui para o aumento da violência e como os meios de comunicação lidam com esse fenômeno. A sugestão de uma nova pesquisa nesse sentido contempla, como este trabalho, a denúncia do preconceito e da cultura machista presente na sociedade, assim como a valorização das mulheres histórica e socialmente.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Jadson. **Treze mulheres e meninas foram mortas neste mês na RMC**. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/838792/?noticia=TREZE+MULHERES+E+MENINAS+FORAM+MORTAS+NESTE+MES+NA+RMC>>. Acesso em 30 de outubro de 2014 às 21h40min.

ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa**. São Paulo: Summus, 1995.

Arquivo Veja. **Um novo crime nas ruas**. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/capa_23041969.shtml>. Acesso em 24 de junho de 2014 às 23h.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BRITTO, Antônio. **Assim Morreu Tancredo Neves**. Porto Alegre: Editora L & PM, 1985.

CARDOSO, Terezinha. Entrevista à autora realizada no dia 8 de maio de 2014, às 9h, com duração de duas horas.

CASADEI, Eliza Bachega. **A inserção das mulheres no jornalismo e a imprensa alternativa: primeiras experiências do final do século XIX**. Rio de Janeiro: Revista Alterjor, vol. 1, ed. 03, 2011.

CASTRO, Lola Anyar de. **Criminologia da Reação Social**. Tradução Éster Kosovski. Rio de Janeiro: Forense, 1983. 208 p.

CORNELSEN, Mara. Entrevista à autora realizada no dia 29 de agosto de 2014, às 10h30min, com duração de duas horas e 20 minutos.

CORNELSEN, Mara. **Investigações atrapalhadas no caso da Chacina de**

Carambeí. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/252891/>>. Acesso em 24 de outubro de 2014 às 22h32min.

CORNELSEN, Mara. **Laudo revela que menina Rachel lutou antes de morrer.** Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/337290/?noticia=LAUDO+REVELA+QUE+MENINA+RACHEL+LUTOU+ANTES+DE+MORRER>>. Acesso em 25 de agosto de 2014 às 23h.

CORNELSEN, Mara. **Sobreviventes da Chacina de Carambeí se calam.** Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/252695/?noticia=SOBREVIVENTES+DA+CHACINA+DE+CARAMBEI+SE+CALAM>>. Acesso em 24 de outubro de 2014 às 22h16min.

CORNELSEN, Mara. **Três lápides e um mistério envolvem a chacina de Carambeí.** Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/pais/news/252496/>>. Acesso em 24 de outubro de 2014 às 22h09min.

CUNHA, Luiz Cláudio. In MAROCCO, Beatriz: **A contribuição dos repórteres para uma compreensão dos discursos jornalísticos sobre marginalidade.** Comunicação e Sociedade, vol. 34, nº1, 2012.

Estado de Minas. **Morte da menina Araceli Cabrera Sanches eternizou o 18 de maio.** Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/especiais/pedofilia/2012/05/18/noticias_internas_pedofilia,294975/morte-da-menina-araceli-cabrera-sanches-eternizou-o-18-de-maio.shtml>. Acesso em 09 de setembro de 2014 às 22h53min.

Federação Nacional dos Jornalistas. **Mulheres são maioria no jornalismo brasileiro, segundo levantamento.** Disponível em: <http://revista.penseempregos.com.br/noticia/2013/04/mulheres-sao-maioria-no-jornalismo-brasileiro-segundo-levantamento-4099751.html>. Acesso em 25 de agosto de 2014 às 23h25min.

FELIX, Sueli Andruccioli. **A “geografia do crime” urbano: aspectos teóricos e o caso de Marília – SP.** 1996. 322 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 1996.

FERNANDES, José Carlos. **O exército das Orianas.** Disponível em: <

<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1073411>>. Acesso em 06 de maio de 2014, às 22h.

FERREIRA, Luiz Carlos. **O temido Bandido da Luz Vermelha**. Disponível em <<http://f5.folha.uol.com.br/saiunonp/2013/10/1349858-o-temido-bandido-da-luz-vermelha.shtml>>. Acesso em 03 de julho de 2014 às 22h.

FILHO, Marcondes. In: BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

FOLTRAN, Mônica. **Tráfico de bebês 25 anos depois: as feridas de quem foi vendido na infância**. Disponível em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/noticia/2012/08/trafico-de-bebes-25-anos-depois-as-feridas-de-quem-foi-vendido-na-infancia-3843398.html>>. Acesso em 30 de setembro de 2014 às 22h10min.

FUCCIA, Velozo Eduardo. **Reportagem policial: um jornalismo peculiar**. São Paulo: Acadêmicos do Realejo, 2008.

Google Analytics. **Portal Banda B**. Disponível em: <<https://www.google.com/analytics/web/?hl=pt-BR#realtime/rt-content/a12854420w27353709p26053062/%3Fmetric.type%3D0/>>. Acesso em 29 de outubro de 2014 às 8h56min.

JORNAL DO BRASIL. **Polícia sabe onde mora suspeita da morte de Eliachar**. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=1246&dat=19870603&id=XK0nAAAAI BAJ&sjid=D88EAAAIAIAJ&pg=903,832931>>. Acesso em 15 de julho de 2014 às 23h.

LOUZEIRO, José. **Aracelli, meu amor**. Rio de Janeiro. Editora Prumo, 1975.

Memória Globo. **Linha Direta**. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/programas-jornalisticos/linha-direta.htm>>. Acesso em 03 de outubro de 2014 às 23h47min.

Ministério Público do Estado do Paraná. **Rachel Genofre, Giovanna Reis e a soma das coincidências - Advogados e investigadores em pé-de-guerra - O suspeito que morava ao lado**. Disponível em: <<http://mp-pr.jusbrasil.com.br/noticias/722624/rachel-genofre-giovanna-reis-e-a-soma-das-coincidencias-advogados-e-investigadores-em-pe-de-guerra-o-suspeito-que-morava-ao-lado>>. Acesso em 09 de novembro de 2014 às 23h37min.

MOLICA, Fernando. **50 anos de crimes: reportagens policiais que marcaram o jornalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

MONTE, Jéssica. **A violência urbana e suas formas de prevenção**. Disponível em: < <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3762/A-violencia-urbana-e-suas-formas-de-prevencao>>. Acesso em 05 de dezembro de 2014 às 8h.

MORIN, Edgar. **Cultura de Massas no século XX: Neurose** - 9 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

MUZART, Zahidé Lupinacci. **Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX**. Estudos Feministas, volume 11, número 01, Florianópolis, 2003.

NOGUEIRA JUNIOR, Arnaldo. **Releituras: resumo biográfico e bibliográfico. Leon Eliachar**. Disponível em: <http://www.releituras.com/leoneliachar_bio.asp>. Acesso em 04 de julho de 2014 às 21h.

OLIVEIRA FILHA, Elza Aparecida de. Entrevista realizada à autora no dia 9 de outubro de 2014, às 10h, com duração de uma hora.

PEREIRA, Edilson. **Ciganos suspeitos de homicídio em Quatro Barras são julgados hoje**. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/598597/?noticia=CIGANOS+SUSPEITOS+DE+HOMICIDIO+EM+QUATRO+BARRAS+SAO+JULGADOS+HOJE>>. Acesso em 09 de outubro de 2014 às 23h31min.

PRADO, Antonio Carlos. **As Bruxas de Guaratuba**. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/133790_AS+BRUXAS+DE+GUARATUBA>. Acesso em 25 de agosto de 2014 às 22h45min.

Presidência da República: Casa Civil. **Subchefia para assuntos jurídicos: Ato Institucional nº 5, 13 de dezembro de 1968**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em 09 de junho de 2014, às 23h20min.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. **O sistema de justiça criminal e a prostituição no Brasil contemporâneo: administração de conflitos,**

discriminação e exclusão. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922004000100007&script=sci_arttext>. Acesso em 01 de setembro de 2014, às 20h50min.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** 3a. ed., S.P., Ed. Brasiliense, 1989.

SOUZA, Mirella Bravo de. **A Morte Esperada.** Rio de Janeiro: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, 2005.

SOUZA, Percival de. In: FUCCIA, Velozo Eduardo. **Reportagem policial: um jornalismo peculiar.** São Paulo: Acadêmicos do Realejo, 2008.

SUBTILL, Filipa. **As mulheres jornalistas.** São Paulo: Celta Editora, 1996.

VALE, Delza Marina Pereira do. **Modernização, imprensa e violência no Brasil da metade do século XX: Velhos conhecidos, novas narrativas.** Disponível em: <<http://tcconline.utp.br/wp-content/uploads/2013/02/MODERNIZACAO-IMPRESA-E-VIOLENCIA-NO-BRASIL.pdf>>. Acesso em 15 de julho de 2014 às 21h.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2013: Homicídios e juventude no Brasil.** Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf>. Acesso em 23 de maio de 2014 às 22h40min.

WELTE, Vânia. Entrevista realizada à autora no dia 3 de setembro de 2014, às 20h30min, com duração de uma hora e 30 minutos.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza: Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres.** Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

ANEXOS

1. Entrevista com Terezinha Cardoso, realizada no dia 8 de maio de 2014, às 9h, com duração de duas horas.

“Eu me formei em 1968. Trabalhei no *Estado do Paraná* e na *Tribuna*. Comecei a trabalhar no dia do AI-5. De fato, as redações eram muito mais masculinas. Eu estava querendo ir para o Projeto Rondon, estava querendo parar. Mas, na época, o diretor de redação disse que havia uma vaga e, que se eu quisesse, poderia entrar. E eu estava dura, precisando trabalhar. Sete dias depois que eu recebi o diploma surgiu isso.

Eu comecei no mais geral e aí um cara entrou de férias um mês depois na policial e eu fui convidada a ficar no lugar dele. Para mim foi um susto, eu não pensava, não tinha nenhum propósito, foi consequência. Foi meio complicado, primeiro pela questão de ser uma coisa muito brutal. Ao invés de viver o mundo, que é qualquer coisa, na geral, por exemplo, eu fui direto para o submundo da notícia. Foi difícil, foi muito estranho. Difícil também para os policiais, uma mulher... Uma magrinha, como diziam na época, mas eu fui encarando, sofrendo muito.

O trabalho basicamente, o repórter policial da época, percorria as delegacias e anotava as ocorrências para passar adiante. Tinha, por exemplo, a Delegacia de Costumes, que era das mulheres, ou melhor, a delegacia que maltratava as mulheres, para te falar a verdade. Prendiam, sobretudo, prostitutas. Se já havia preconceito contra a mulher, na delegacia era o hiper preconceito. Mulheres, meretrizes, atuavam na rua. Isso era 1969.

Tinha receio, mas encarei. Percebi que nesse universo de submundo, estava tudo muito... O jornalismo policial estava muito raso. Ninguém era amigo do delegado, dos tiras, não tinha uma visão mais ampla. Chegava lá, dava a notícia, chegou, matou, estuprou... Muito limitado. Aí eu comecei o jornalismo investigativo na época. Tinha um homicídio, queria saber tudo, o por quê. Eu não me limitava a dizer ‘ah, deu um tiro, deu uma facada, deu uma paulada’. Nessa coisa de investigar, eu fui descobrindo que as mulheres eram tratadas

como lixo, coisa muito desumana, meu jornalismo falava nisso, no que eu via, não só no fato em si. Por exemplo, descobri no banheiro fetos, uma coisa muito maltratada, ninguém fazia nada. O meu tipo de jornalismo era esse. Eu não me limitava a dizer 'prenderam fulano de tal'. Os maus tratos, o cheiro de delegacia, eu não falava só dessa, mas de todas as outras, de roubo de carro, homicídios, de tóxicos.

Em plena ditadura militar, a maioria das pessoas presas era gente mais humilde, figurão não passava. E quando eu via que figurão não passava, eu denunciava. Então, além de ser mulher, eu fui muito odiada pela classe policial por causa disso. Muito mal vista. 'Essa magrinha é foda', diziam quando eu entrava na delegacia. Eu fui levando super a sério, denunciava, mesmo sendo Paulo Pimentel o governador e dono da *Tribuna*, eu partia para a denúncia e não me limitava a ficar nas delegacias. Eu ia atrás da polícia caçar bandido. Eu ia aonde o policial ia, não me limitava a pegar os fatos, porque senão não era jornalismo.

Eu não sofria preconceito pelos bandidos, eu nunca fui muito dos mocinhos, mas mais dos bandidos. No sentido de descobrir por que o cara se tornou um marginal, eu não entrevistava só o delegado, o policial, mas a própria pessoa. Por que o cara se tornou marginal, qual é? Era isso o que eu queria saber. Eu não era tratada diferente pelo criminoso, mas para todo mundo era muito complicado se deparar com uma mulher que não se limitava a olhar, mas que colocava no jornal tudo aquilo que via. O problema era depois, no final do dia. Eu comecei a trazer muitas coisas para a minha vida, para o meu sonho. Não virei bruta, mas doía muito, todos os reflexos desse mundo vinha para o meu inconsciente. Eu era uma pessoa amarga, insatisfeita com a brutalidade do mundo.

A sociedade sentiu, quem lia a notícia sentia, eu tinha o apoio da comunidade. Tinha um cara que era considerado um pé de chinelo, que rouba quase nada, não era um grande assaltante. Ele começou a assaltar banco sozinho, sem nada e se transformou em um grande assaltante de bancos. Assaltava aqui, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, aqui e ali. Passei a contar a história dele, que ficou conhecido como 'Jack Palance', porque ele era muito parecido com o ator norte-americano. Então eu contava que nem a polícia do Paraná, de Santa Catarina e Rio Grande do Sul conseguia pegá-lo.

Os assaltos foram aumentando, a população foi fazendo torcida para o cara, principalmente a classe média mais baixa, as empregadas, por exemplo. Ele virou a notícia principal nos jornais durante meses e meses até a prisão em Lages. Eu fui até lá e vi a prisão dele, vim entrevistando o cara até aqui. Cheguei toda ralada porque tinha me acidentado em um posto de gasolina. O carro estava entrando em um posto de gasolina e eu caí, eu pensei que a porta estava fechada e ralei o rosto inteiro. Isso era de madrugada, não tinha farmácia, não tinha nada. Eu e o motorista, que também era fotógrafo, fomos até uma zona de meretrizes e elas passaram cachaça em mim, o que aliviou um pouco naturalmente. Mesmo ralada, vim contando a história do cara de lá até aqui. Quando eu cheguei, na Delegacia de Furtos e Roubos na Sete de Setembro, era uma multidão querendo saber tim tim por tim tim o final da novela e um homem que mais tarde virou professor, e que era repórter policial na época, caiu duro porque eu cheguei com os bandidos na mão.

Eu falava tudo, em casos de roubos, assaltos, corrupção. Eu chegava e colocava no jornal o nome do cara e o cheque que ele quis me dar ao tentar me subornar, o que aconteceu uma vez com um advogado de cadeia. Passei os três anos no jornalismo policial até a exaustão.”

Caso Eliachar e trajetória

“Ele era um artista plástico idolatrado, sobretudo pela classe artística do Rio de Janeiro. Aí ele se encanta por uma mocinha de Palmas, no interior do Paraná, o marido descobre e manda matar. Fui a primeira a dar um furo. Hoje quase não tem furo, por causa da internet, mas eu era do tempo da máquina de escrever. No *Globo* trabalhava eu e a Elza Oliveira, que hoje é professora na Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ela era a minha chefe e eles sempre a procuravam. Chegaram para mim e perguntaram ‘Terezinha, cadê a Elza?’ e eu não sabia onde estava a Elza, naquele tempo não tinha celular. E eu disse que não sabia... Me falaram ‘oh, aconteceu isso, isso e isso, e a suspeita é de que a moça é de Palmas. Então pegue o avião e se mande para lá agora. Pegue o fotógrafo e vá, que o dinheiro está na tua conta’. Não achei a Elza, em um dia meio complicado em questão de tempo, nublado meio para chuva, mas lá fui eu para Palmas. Eu fui com a fotógrafa

Lina Faria e nós conseguimos fotografar a mulher, a pivô do crime, e nisso veio o marido dela. Ah sim, o cara do avião tinha avisado: 'vão rápido porque tá vindo tempestade por aí'. Daí o cara quis bater na gente mas se conteve. Apesar disso, dale palavrão, dale isto e aquilo. E tentou tirar o filme da máquina. Daí a Lina, espertamente, manipulou o bolso e atirou o filme errado para ele. A foto foi publicada e foi a primeira a nível nacional. A foto da moça pivô do crime! Tempos mais tarde, a Elza continuou fazendo a cobertura. Demos em primeira mão a fotografia, porque o crime todo mundo deu e tal, já que foi no Rio de Janeiro. Depois, a partir das investigações, descobriram que o marido tinha mandado mesmo matar o Eliachar. Havia grandes histórias em meio a isso tudo. Ele foi preso, um todo poderoso de Palmas, depois de muito negar. Daí a Elza pegou o caso.

No *Globo* você faz de tudo, economia, política, geral. Depois do jornalismo policial, eu fui para cultura no jornal *O Estado do Paraná*. O ano era 1974. Eu fui entrevistar a Fernanda Montenegro, quando a Rede Globo era do Paulo Pimentel, o canal 12. Fiquei muito chateada, porque eu estava no corredor para fazer a entrevista e alguém da direção chegou e falou: 'você me desculpe, mas este trabalho aqui só pagando'. E eu não tive dúvida, contei tudo o que falaram para mim e publicaram. Você imagine um jornal da Globo falar mal da própria Globo. Na mesma noite, eu fui fazer uma matéria sobre uma noite no pronto-socorro. Era coisa de louco, gente com perna quebrada, desesperada aqui e ali. Era uma loucura. Estava naquele universo e uns amigos meus chegaram lá e falaram "Terezinha, você está na rua". Eles queriam que eu fizesse um programa policial na TV, eu recusei e me mandaram embora.

Fiquei muito revoltada e pensei 'o que vou fazer aqui em Curitiba?' e fui embora para o Rio. Fiquei sete anos morando lá, em uma época complicada, em que a ditadura militar estava no auge. Tudo era proibido. Eu cheguei na cidade quando o *Estadão* tinha demitido 500 pessoas. Fiquei preocupada e pensava como eu arranjaría emprego. Comecei a trabalhar com uma agência de publicidade ligada à arquitetura, o que me rendeu uma graninha boa. Depois, surgiu a oportunidade de trabalhar com uma revista para o público jovem, uma mudança radical para mim. A revista durou um número, foi fantástico entrevistar jovens de todos os naipes. Depois, faliu. Mas eu já estava

no Rio, já estava entrosada e fui trabalhar em um boletim de economia, o *Boletim Cambial*, que virou revista. Eu fiquei quatro anos lá. Viajei muito pelo Brasil... Até o veículo falir. Com cerca de 60% do meu salário eu pagava aluguel e 40% usava para viver, então voltei para Curitiba. Eu estava meio pirada, sem saber exatamente o que fazer. Voltei para *O Estado do Paraná* e cobri muitas coisas diferentes lá e também virei 'pauteira'. A minha chefe foi demitida e eu me demiti também, porque achei muita injustiça. Fui trabalhar no Ippuc [Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba] como assessora. Foi nesse período que me identifiquei e me apaixonei pelo feminismo, entrei para o movimento de "Mulheres 8 de Março", o que mais durou no Paraná.

Em seguida, fui convidada para cobrir as férias de uma menina da *IstoÉ* por 30 dias. Estava lá quando me chamaram para entrar no *Globo*, em 1985. Fiquei lá até 1991, quando fui demitida. Mas foi muito rico para mim. Um dia, estávamos entrevistando o ministro da previdência na mesa do governador, na época o Alvaro Dias, e tinha uma galera buzinando e conversando com ele, lá no fundo. Eu bati na mesa e falei para o bando de puxa-saco ir embora, porque ninguém conseguia ouvir o que o ministro falava. Foi um susto, eu falei 'senhor governador, você pode me fazer a gentileza de tirar esses puxa-sacos daí'. Alvaro Dias ficou vermelho e disse 'me desculpem esses repórteres...'. No outro dia, todo mundo saiu falando que eu era irreverente e tal.

Eu sempre trabalhei em jornalismo de jornal. Quando saí do *Globo*, comecei a fazer freelance, porque não queria voltar para o jornal. Eu tinha muita experiência, e consegui. Morava na Marechal, bem pertinho da Reitoria e já tinha comprado esse terreno. Eu precisava de mais renda, então comecei a trabalhar como assessora na Associação Paranaense de Odontologia. Trabalhei 13 anos lá, até 2007. Aí parei e me aposentei. Jornalismo nunca mais para mim. Gosto da profissão, admiro, mas passou. Agora sou uma pessoa com idade, não tenho mais tesão de trabalhar, não tesão pela profissão. Gosto de ver, sabe... Faço palestra em faculdade, mas, no meu caso, hoje trabalho apenas com uma coisa que se chama educação neural."

Preconceitos

“Eu enfrentei todos os tipos de preconceitos, a começar pela redação, não tinha banheiro para mulher quando eu entrei. Tinha que ouvir cantada de chefe, de fotógrafo. Eu era bonitinha, novinha e cabeludérrima.

Eu cheguei até a parar de usar saia porque, em um dia de caça a bandidos, eu fui pular uma cerca de arame e vieram 500 pessoas atrás. Os policiais, os fotógrafos para ver... Claro, a minha saia foi lá para cima e a calcinha ficou aparecendo. Eu achei aquilo muito pobre, sabe. Eu estava toda rasgada e eles estavam lá, todos atrás. Aí eu aboli a saia. Só comecei a usar calça e, mesmo assim, quando eu entrava no carro, ficavam olhando. Claro, não eram todos os policiais e colegas, eu sempre tinha colegas amigos que me respeitavam. Foi sempre assim, com a máxima “mulher é feita para dar”. O assédio era constante, em todas as circunstâncias e momentos.

Existe uma sutileza feminina, porque a mulher, ela... Eu não sou mãe, mas o fato da mulher ser a pessoa que concebe a criança, que cuida, que sofre, que enjoa e que dá a luz, que é uma dor profunda, essa sensibilidade feminina é mais sutil, mais amorosa. Nada disso impede que existam homens maravilhosos, claro.

Generalizando, a mulher ainda é tratada como objeto na sociedade. A violência, o desrespeito contra a mulher... A mulher é um ser mais sensível, com raras exceções, até na literatura. Eu prefiro a mulher em 500, em mil coisas. As buscas das mulheres são incríveis. Mas é sempre assim... O grande é o homem, o grande cirurgião, o grande advogado, é sempre o homem. A inserção das mulheres na sociedade, no trabalho, na imprensa, tudo isso cresceu muito com o movimento feminista, quando eclodiu mundialmente nos anos de 1970 e, no Brasil, em 1980. A consciência colocada pelo feminismo promoveu esse crescimento da mulher na sociedade como ser social, em um nível geral. Na Comunicação também, isso cresceu muito. Com essa libertação, foram se abrindo oportunidades... O preconceito, o machismo e a questão da roubalheira são vícios que você vê em pleno 2014. Uma crise geral, mas, no meio disso tudo, existem as almas que buscam uma melhor qualidade para si e para o planeta. Feminismo e ecologismo foram as duas grandes alavancas do mundo, na minha opinião.

Caso Jack Palance e outras histórias

“Um ladrãozinho besta, um Zé Ninguém. Qual não foi a surpresa quando descobriram que quem assaltou a agência Bamerindus foi ele, ali onde hoje é o HSBC, no Palácio da Avenida. Ele chegava com um revólver, intimidava e levava. Ele tinha uma esperteza que o profissional em assalto na época não tinha. Ele viu que podia e fez a trilogia Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, principalmente nas capitais, solitário.

Ninguém sabia quem ele era até se transformar... Qualquer assalto que acontecia diziam que tinha sido o Jack Palance. O transformaram em um mito, a própria polícia e a imprensa. Tudo era culpa dele. Anos mais tarde, Jack Palance se redimiou na cadeia e virou crente. Eu cheguei a falar com ele depois, não lembro se fui como repórter ou como pessoa. Porque eu ia como pessoa falar com os personagens que conhecia.

Uma das coisas tristes no começo da carreira, durante a ditadura, foi ver os meus amigos presos. Nunca me filiei a partido, mas sempre votava na esquerda. Militância mesmo foi só no feminismo. Eu fui fazer cobertura no Dops [Departamento de Ordem Política e Social], ver isso e aquilo... Aí eu via as coisas... Eu fui ativa, mas não militante. Fui muito aconselhada a escrever a minha história.

Olha, manchete em jornal policial sempre é sensacionalista. Agora assim, eu sempre contei literalmente a verdade. Texto leve, tudo o que acontecia, como foi um acidente, o que acontecia na delegacia. Tudo o que eu via. Você tem que ter o teu olhar e a tua participação.

Quando eu entrei no *Globo*, o Tancredo Neves estava morrendo. Ele estava cada dia pior, além da idade avançada e da doença, da artculite... Veja bem, era proibido dormir, caso ele morresse e você não fosse atrás... Mas claro, você tinha os contatos... Você já pensou ser proibido dormir? Era. Então você ficava maluca, você cochilava com o rádio ou a TV ligada. Via muitos corpos, principalmente em acidente de trânsito.

Eu lembrei de uma outra história que vale a pena contar. Não me pergunte o ano. Eu estava nos últimos tempos do *Globo* e tinha um Congresso Internacional de Arquitetura para cobrir em Maringá. Sabe quando você pegou a tua melhor roupinha, teu melhor traje, pegou sua blusinha de seda pra

colocar na mala. Porque jornalista nunca foi de andar emperiquitado, a não ser que fosse de moda, né. Estávamos todos belos e formosos em Maringá, muito bem instalados, todos amicíssimos do prefeito e de sua esposa. Estávamos em um boteco antes do Congresso. Todos belos e formosos.

De repente, 'Terezinha, telefone pra você'. Estava acontecendo um sequestro de ônibus, cheio de crianças e mulheres, em uma cidadezinha a poucos quilômetros dali, nem lembro o nome da dela. A gente foi no carro do prefeito, com o motorista do prefeito no local. Eu e repórteres do *Jornal do Brasil*. Chegamos lá e os bandidos de arma em punho, um breu à noite. A gente no meio daquilo, um barro, ou seja, a roupinha foi para o saco. Você tinha que sair dali e ir até o orelhão mais próximo para passar as informações. A brincadeira durou dois dias. Esse negócio de ir atrás dos bandidos, o Congresso ficou no vazio. O prefeito ficou morrendo de raiva porque o motorista foi junto, tudo o que ele preparou foi para o saco. Nesse sequestro, eles iam liberando uma criança de pouco em pouco. Olha a tensão. Saiu uma senhora e, de repente, uma bala perdida pegou em um cara e ele morreu.

Os fotógrafos ficavam atrás da árvore. Foi uma reportagem policial do cão, a coisa foi muito maluca, e não prenderam os caras. Houve a morte do cara da bala perdida. Mas imagina a tensão das crianças e das mulheres em um ônibus escolar. O Congresso já era, quer dizer... A gente ia comer do bom e do melhor preparado pelo prefeito, mas mal passamos de um pão com mortadela horrível em um boteco. Eu fiquei mandando as informações e escrevendo a matéria depois, no hotel de madrugada. Enfim, a vida do jornalista é uma surpresa. Isso aconteceu anos depois que eu saí do jornalismo policial. Essa foi uma coisa muito grande, muito mais tensa se comparada ao caso do Jack Palance ou do Eliachar. Hoje, eu perdi a coragem de ver, eu ouço, mas não vejo nenhuma imagem que remete a violência."

2. Entrevista com Mara Cornelsen, realizada no dia 29 de agosto de 2014, às 10h30min, com duração de duas horas e 20 minutos.

"Eu nasci no dia 23 de dezembro de 1959 e tenho 54 anos. Em 1979 comecei a trabalhar como jornalista profissional no *Diário do Paraná*. Antes disso, eu fazia matérias para o *Correio de Notícias*, eu e uma colega da

faculdade, a gente estava começando o curso ainda. Eu e a Rachel Jorge Moisés fazíamos matérias especiais logo quando ele foi fundado e mandávamos de graça mesmo.

Formada pela Universidade Federal do Paraná [UFPR], terminei o curso em 1979. Comecei a trabalhar no *Diário* pelas mãos do professor Danilo Costa Cortes. Eu comecei a estagiar no *O Estado do Paraná*, na editoria Geral, onde fiquei por três meses. Tinha uns 13 estagiários na empresa. Aí o Paulo Pimentel mandou todo mundo embora por causa de problemas com o Sindicato, porque tinha estagiário demais. O professor Danilo, então, me convidou para trabalhar no *Diário*. Fiquei seis meses lá e fui, a convite do editor da *Tribuna do Paraná*, fazer parte da equipe de jornalismo policial. E lá fiquei praticamente uma vida toda, 17 anos e quatro meses. Fui convidada, então, a trabalhar na *Gazeta*, onde fiquei por cinco anos. Voltei para a *Tribuna* como editora policial e fiquei mais 12 anos lá.

Cansei, me casei. Até então passei minha vida profissional sozinha. Aí parei de trabalhar por causa dos finais de semana e feriados. Agora eu só faço um programa de rádio na *e-Paraná* à tarde. Tenho também pós-graduação em Estratégias da Comunicação pela Universidade Tuiuti.

Tinha muita mulher trabalhando já, era uma época que talvez não se igualasse homens e mulheres, mas já tinha bastante mulher em esportes, no geral, em cultura. No meio policial era só eu. Duas entraram antes de mim: a Terezinha Cardoso e a Adélia Maria Lopes. Elas ficaram por um período pequeno. Eu entrei por acaso, para cobrir férias de um colega no *Estado*. Eu não queria fazer, eu nunca tinha entrado em uma delegacia na minha vida, tinha pavor de arma, medo de polícia. E ele insistiu, insistiu, insistiu, porque fazia três anos que estava sem férias e precisava de alguém para substituí-lo. E ele achou que eu poderia ter talento para fazer o policial, porque eu era mais arrojada, mais descolada. Depois de muita insistência, eu fui trabalhar. Cobri um sequestro, logo no começo, da Regiane Baggio, filha de um empresário, que durou semanas antes de ela ser solta e da quadrilha ser presa. Me dediquei ao máximo nesse caso, grudei nos delegados. Depois disso, como gostaram do meu trabalho, me convidaram para ir para a *Tribuna* no meio policial. Eu fui e nunca mais saí da área. Fui a primeira mulher a fazer a carreira inteirinha no jornalismo policial no meio impresso.

Acho que eu já vi mais gente morta do que viva na minha vida. Eu ia a todos os locais de acidentes e de mortes. E, por escrever um texto firme e bom, sempre era destacada para os casos maiores e das piores barbaridades. É engraçado, porque dá a impressão de que você se reveste de uma capa. Você vai... Eu trabalhava, contava até o furo de balas no corpo, quantas facadas, eu esmiuçava aquilo. Ia para a redação, terminava a matéria e depois do ponto final não falava mais sobre isso. Foi uma forma de defesa.

A questão de viver em um mundo majoritariamente masculino é complicada, ainda mais quando não tinha nem banheiro para a gente. Eu fui me adaptando a isso. Eu era tão novinha, eu tinha 19 anos, que os delegados e policiais achavam que eu estava junto com os repórteres para fazer trabalho de escola. Eu usava tênis e minissaia e cabelinho de franjinha... Então, realmente, eu era uma garota no meio desse ambiente facínora e cruel, e eu despertava certa compaixão. Eles não me discriminavam, mas até cuidavam de mim. Quando descobriam que eu era jornalista formada, porque muitos não eram, que eu vinha de uma universidade, eles até me admiravam. Eu era muito menina, formada, com diploma da UFPR, que era uma instituição respeitada... Era até uma ousadia da minha parte entrar naquele meio sem ter a menor base e o menor conhecimento.

Eu sempre aprendi muito rápido as coisas, eu aprendi o que era um inquérito policial, os tipos de armas, o que era um processo, o jargão policial... Eu aprendi muito rápido. E quando eu não sabia, anotava e ia atrás depois, para não pagar mico. Eu escrevia muito bem o que cada fonte falava. Quando os delegados liam as minhas matérias, passavam a ter um respeito maior por mim, e aí já não importava mais se eu era menina ou mulher. Eu era dura, comigo não tinha negociação, não tinha esse negócio de 'não publique isso ou aquilo'. Eu sempre dizia que não era cúmplice de polícia, mas jornalista. 'Tudo o que você disser para mim vai para o jornal', eu alertava.

Esse respeito que criei levei para a vida inteira. Eu acho que o meu grande mérito, ao entrar nesse mundo masculino, foi conseguir ser respeitada como profissional. Mostrei a que eu tinha vindo, para fazer as melhores reportagens. Hoje, o Brasil é um país de polícia. Tudo se transforma em crime. O repórter policial é o repórter investigativo, existe um certo glamour. Antes, o repórter policial era a escória da redação, os próprios colegas diziam que

quando a gente não conseguia nada, ia para o policial. E não é verdade, porque era o jornalismo mais profundo, mais fiel. Era aquele que você ia a fundo, entrevistar as pessoas.

Eu nunca recebia pauta de policial, só em casos mais óbvios. Eu chegava às 13h no jornal, pegava um repórter fotográfico, um motorista e saía para a rua. Ia atrás da notícia, fazia uma ronda policial. Ia para o necrotério, depois para a Delegacia de Furtos e Roubos [DFR], pegava todos os B.O.s, lia um por um, selecionava o que dava melhor matéria, saía de lá e ia para a Delegacia de Homicídios [DH]... Lia tudo, via o que interessa, o que não interessava. Fora o que acontecia na hora... Eu fazia dez matérias por dia. Não tinha hora de sair do jornal, só saía quando fechava o meu material.

E a gente não tinha celular, usava telefone público. Nós tínhamos uma espécie de “bip” desse tamanho e usava... Tinha uma Central e a gente tinha um bip numerado. Se alguém acionava o meu, que era o 926, eu tinha que ligar para a Central para pegar a mensagem. Ele apitava, eu ia para o orelhão, com ficha telefônica e ligava para a Central. ‘Deu um atropelamento no lugar tal, quem avisa é o jornal...’. Aí eu ia para o local, imagina o tempo que se perdia com isso. Depois, eu fechava a matéria, ia para outro lugar e assim por diante. Os fotógrafos tinham pavor de trabalhar comigo, porque eu fazia tudo. Era assim que funcionava... Aí as coisas foram evoluindo. O fotógrafo, por exemplo, chegava na redação para revelar o filme, com a foto em preto e branco, e o processo demorava umas duas horas. Era bem mais complicado.

O primeiro caso que eu cobri foi um acidente de um caminhão que atropelou um rapaz no bairro Rebouças, não lembro o nome da rua, sei que ela saía ali no Teatro Paiol. Estava eu e o meu grande parceiro, o repórter fotográfico Jorge Graff, que foi o meu professor da rua, conhecia bem a malandragem policial e tudo. Fui cobrir o acidente, que tinha acontecido com um operário, e o capacete estava debaixo da roda. O corpo tinha sido recolhido, porque ele não havia morrido, mas encaminhado para o hospital. E eu, só de ver o capacete, já fiquei com as pernas moles e brancas. O pessoal já começou a tirar sarro ‘ué, empalideceu por quê?’. Tinha um botequinho ali na esquina, o Jorge me levou até lá e fez eu tomar uns dois golões de cachaça e disse ‘pronto, firmou a mão, agora vamos em frente’. Aí foi a minha estreia.

Perto da DFR, tinha o bar do China. Era de praxe já, os repórteres iam

pegar os boletins e já aproveitavam para jogar uma sinuca e tomar um café. E eles me desafiavam ‘vamos lá, baixinha, vamos’. E eu ia jogar sinuca, pegava o taco e aprendi a jogar. Eu não me separava do grupo, por isso foi fácil me entrosar.

Eu detesto velório, eu tenho pavor de velório, sabe esse negócio de corpo no caixão, com as pessoas em volta, chorando? Agora o corpo na rua, na cena do crime, eu vejo com naturalidade. Eu vejo como ossos do ofício, eu tenho que ir lá ver, não gosto da violência. Mas eu encaro como necessidade, alguém tem que fazer aquilo, alguém tem que reportar aquilo, para que a sociedade saiba o que acontece debaixo do nariz de todo mundo. Algo que pode acontecer com qualquer um, rico, pobre, branco, negro, amarelo, não interessa... E as pessoas têm que tomar conhecimento que essa violência é real e ela toma conhecimento disso através do repórter. Para mim, é uma missão, ossos do ofício. Eu encarava a morte como parte do trabalho.

Eu sempre digo que faço o papel de vaca. Pego a matéria, rumino e tiro um texto, coloco para fora um texto limpo e honesto. E eu vivenciava cada matéria com intensidade até o ponto final, então a matéria era só do jornal e da polícia. Eu vi barbaridades mesmo, de acidentes em que a família inteira morreu, de corpos espalhados por toda a rodovia, chocantes, que realmente marcaram. Quando eu saía de lá, eu deletava tudo.

Eu gostaria imensamente que os jornais não precisassem ter páginas de jornalismo policial, mas, infelizmente, isso é uma utopia. Não existe, o mundo que nós vivemos tem violência, tem brutalidade, tem maldade. Antes, a violência era menor, o bandido era menos violento. Hoje, ele não se contenta em matar, tem que matar e esquartejar, sabe. O traficante que vai cometer uma vingança não se contenta em se vingar do usuário que tá devendo pra ele, ele mata o cara e mais a família inteira. O criminoso ficou mais cruel. O Brasil acabou virando caso de polícia. Hoje, você pega qualquer emissora, qualquer jornal, tem matéria policial. A violência ganhou proporções enormes. E isso cansa. É a realidade batendo na cara das pessoas. Antigamente, os leitores da Tribuna eram a classe C e D, ‘o povão que gosta do crime’. Hoje não, está escancarado e atinge a todos indiscriminadamente.

A minha pesquisa da pós-graduação buscou mostrar a importância social do jornalismo policial. Eu sempre vi o jornalismo policial como um bem

para a sociedade. Se a gente não denunciasse, se a gente não desse o número de crimes ou de acidentes, que tal esquina é muito perigosa, as pessoas não se alertariam. O jornal é documento. As pessoas veem por onde é perigoso passar, onde são os “inferninhos” e tudo mais.

Eu aprendi a encarar a reportagem policial como um bem para a sociedade porque eu sempre costumo dizer que alguém tem que carregar o piano. A gente carregava o piano da reportagem. E nós até éramos vistos como pequenos heróis, quando um crime de homicídio caía no esquecimento, eles me procuravam. Chegavam chorando, com a foto do morto, pedindo ajuda. A gente fazia uma matéria enorme e, no dia seguinte, a Secretaria de Segurança chegava dizendo ‘eu quero esse crime elucidado, que a imprensa tá em cima’. E muitas vezes eles resolviam, não caía no esquecimento. Era um serviço social, fazia com que as coisas fossem investigadas. É importante principalmente para as classes menos favorecidas. Eu sempre tive orgulho de dar uma chance para essas pessoas, não um abutre, uma sanguessuga. Pelo contrário, não gosto de sangue nem de violência.

Quando eu era editora da *Tribuna*, eu colocava os policiais onde eu queria na cidade. Ah, a Vila Pinto, um antro de traficante, de bandido e não sei mais o quê, um crime, dois crimes... Então vamos lá fazer matéria, todo dia sobre a Vila Pinto. A população estava desesperada e tudo mais, então a polícia ia lá fazer operação e varria a Vila Pinto. Eu achava engraçado, eu falava ‘e aí, onde que nós vamos patrulhar hoje?’. Uma vez, um ex traficante da Vila Nossa Senhora Aparecida... Ele era um traficante grande lá, então mataram um da família, outro, e ele se converteu... Saiu de lá, levou mulher, filhos pequenos, tudo para fora. Mas outros traficantes ficaram no local e ele tinha família morando lá ainda. Um dia, ele me chamou, ligou para mim e disse ‘Mara, eu fiz uma pesquisa e vi que você é a repórter mais confiável do Paraná’. O traficante fez uma pesquisa, manja só. ‘Eu quero te dar o mapa do tráfico na Vila Aparecida. Me encontre que eu vou te dar o mapa, com tudo desenhado’. Ele me deu um mapa completo, com todas as ruas e casas, onde moravam todos os traficantes, onde tinha cachorro, arma escondida. ‘Faça bom proveito. Quero ajudar a combater o tráfico’.

Eu saí com o mapa e pensei ‘o que eu vou fazer com isso?’. Eu vi que não dava pra fazer uma reportagem antes de entregar o mapa para a polícia,

senão os traficantes iam sumir de lá. Então eu fui na Polícia Federal [PF]. Fiz cópia do mapa, dei na mão do delegado. Três meses depois, não fizeram nada. ‘Ah não é caso da PF, é da Militar [PM]’.

Chamamos a PM e, depois de mais três meses, nada. Fomos também para a Polícia Civil e, nove meses depois, nada. Me reuni com a chefia e disse ‘chega, vamos publicar o mapa e explicar as respostas das polícias’. O mapa foi estampado em meia página na *Tribuna*. No dia seguinte, fizeram uma operação conjunta entre a Polícia Civil e a Militar, mas não prenderam ninguém, porque os caras já tinham ido embora. Só mataram um pastor alemão que tinha avançado em um policial. Quer dizer, ridículo. Ficou comprovada a ineficiência da polícia de investigar um caso que eles tinham na mão.

A gente tinha credibilidade até com bandido. Às vezes eu estava entrevistando alguém na delegacia e eles sempre de cabeça baixa, quando ouviam voz de mulher erguiam a cabeça e diziam ‘ah, você é aquela jornalista da *Tribuna*?’. Mas sempre com certo respeito, não posso dizer que fui maltratada, tiveram alguns palavrões e cantadas, mas entrava por um ouvido e saía por outro.

Eu acredito que o grande diferencial da mulher é a sensibilidade. Sempre fui uma boa ouvinte. E nem sempre as pessoas traduzem em palavras o que elas querem dizer. Elas têm dificuldades em falar, elas querem falar alhos e dizem bugalhos. Eu sempre tive essa capacidade de analisar e interpretar o que a pessoa quis dizer. Minhas matérias eram as mais fieis possíveis devido a essa interpretação. Nem sempre eu escrevi exatamente o que a pessoa falou, mas o que ela queria dizer, com a capacidade de interpretar o entrevistado.”

Sequestro de bebês

Tive vários casos importantes na minha vida. Os que mais me tocavam eram os sequestros de crianças nos anos de 1980. Quando crianças foram vendidas pra Israel por uma quadrilha de traficantes de bebês.

Trabalhei na maioria desses casos. Pelo desespero dos pais, sabe, então para mim aqueles casos me tocavam profundamente. No caso da menina Bruna, que foi sequestrada e vendida para Israel por uma quadrilha da

Arlete Hilu, por exemplo, eu trabalhei por vinte anos. Até hoje ele faz parte da minha vida. Desde que ela foi sequestrada, a mãe dela ia semanalmente na *Tribuna* pedir pelo amor de Deus que a gente divulgasse, que o caso não caísse no esquecimento.

Um dia, uma notinha saiu em uma revista inglesa, em Londres, e um produtor de uma TV de lá, a Central TV, que hoje não existe mais, se interessou pelos casos de sequestros de crianças no Brasil. Fizeram contato comigo, ligaram para vários jornalistas e viram que eu cobri grande parte dos casos aqui. Ele ligou e perguntou se podia vir com uma equipe para cá e eu disse que sim. E eu os assessoriei no caso da menina Bruna durante dois anos. Mas, nesses primeiros três meses, passei tudo o que eu tinha sobre o caso, apresentei a mãe da menina e eles contrataram um investigador em Israel que a achou. Levaram a mãe para Israel, que confirmou que era a filha, porque ela era a cara da mãe. Ela foi sequestrada com quatro meses e voltou para o Brasil com quase três anos.

Eles contrataram um criminalista muito famoso mundialmente, lá em Israel, para defender os pais, porque o casal que tinha comprado a Bruna por US\$ 5 mil pela Arlete Hilu queria ficar com a criança... Essa negociação foi feita no Paraguai, com documentos falsos e o casal dizia que a criança tinha sido doada, que os pais não queriam mais ela. Foi um embate internacional, vencido pelos pais biológicos da menina. Eles ganharam a causa e a Rosilda, mãe da Bruna, a trouxe de volta para o Brasil.

Para mim, esse é um caso importante, porque uma injustiça foi resolvida. Porque, além do sumiço da filha, a mãe era acusada de vender a menina. Todo mundo falava 'ah, mas os pais são pobres, ela vai viver na favela e lá ela estava com um casal bacana, rico', mas e daí? Ela tinha sido sequestrada, era um crime. Esse pra mim foi um caso importante.

Quase em paralelo, teve o caso da Regiane, que foi sequestrada por um andarilho na favela do Cajuru. O andarilho matou o irmãozinho dela, afogado em uma poça d'água, um menininho de cinco anos... Ela tinha sete. E ele levou a menina para pedir esmola. Simplesmente ela saiu do barraco da irmã, que ficava próximo, para pegar um chinelo para a mãe, porque a mãe ia no médico no dia seguinte e elas compartilhavam o mesmo chinelo, para você ver a pobreza. Ela saiu com o irmãozinho de mãos dadas e o andarilho matou

o menino e saiu com ela. Ele andou até São Paulo pedindo esmola com a criança, a machucando, obrigando a menininha a chamá-lo de pai, a ameaçando de morte. Quando chegaram em São Paulo, ela estava de braço quebrado e uma assistente social da Prefeitura percebeu e pegou a criança. Ela a levou para o hospital, pediu os documentos para o andarilho, mas ele não tinha. Por isso, ela tirou a criança dele e a levou para o orfanato. Nisso, um casal de São Bernardo do Campo, se não me engano, que frequentava o local, se encantou e levou Regiane, porque ela era muito bonita, muito querida.

Eles a adotaram legalmente e ela ficou sete anos morando com esse casal com o nome de Caroline. E os pais aqui desesperados procurando por ela... E ela adotada legalmente, quer dizer, eles nunca mais iam encontrar essa menina. Aí aconteceu de lançarem o programa Linha Direto com o Hélio Costa, o primeiro apresentador do programa. Aqui tinha um colega, um jornalista da *Gazeta*, já falecido, que gostava muito de mim e me admirava pelo meu trabalho. Ele me ligou e disse 'oh, a Central Globo de Produções está procurando casos de polícia para o Linha Direta. Manda lá, manda lá, Mara'. E eu mandei vários casos, inclusive o da Regiane, que foi selecionado. Veio uma equipe para cá, durante três meses eu ajudei eles e tal, passando fontes, isso e aquilo.

No que passou o programa Linha Direta, a Regiane estava assistindo e se reconheceu. Ela falou para mãe adotiva 'olha, eles estão me procurando, aquela lá é minha mãe e aquele o meu pai, eles estão contando a minha história'. Ela ficou um mês decidindo se ia ver os pais biológicos ou não e, finalmente, decidiu encontrá-los. Ela procurou o Linha Direta e o programa promoveu o encontro. Aí teve uma batalha jurídica também, porque ambos os casais queriam a menina. E ela, com 14 anos, optou por voltar para os pais biológicos, que estavam morando em outra favela. O sangue falou mais alto e ela trocou o conforto de um apartamento, com um pai metalúrgico, para voltar para os pais verdadeiros.

E aí aconteceu uma coisa engraçada, porque o pessoal da Central Globo de Produções falou para as minhas fontes, na época, que não era para me contar que eles tinham encontrado a menina. A produtora falou 'não conte para a Mara porque, como ela é da *Tribuna*, vai furar a gente'. Eu achei uma baita de uma sacanagem e os meus informantes também, porque eu tinha sido

a pivô de tudo isso.

Não deu cinco minutos e meus colegas me ligaram, isso lá pelas 11 horas da noite. 'Marinha, encontraram a Regiane'. Eles estavam todos muito emocionados, depois de tantos anos se dedicando ao caso. 'Foi por causa do teu trabalho, só que a guria da Globo falou que não era para contar para você'. 'Ah, eles falaram isso?', respondi. No outro dia, eu fiz uma baita de uma matéria, em meia capa da *Tribuna*, falando que tinham encontrado a menina. Nossa, lá na Globo eu virei *persona non grata*, proibiram de falar comigo em casos do Paraná, porque eu tinha feito aquilo".

Caso Raquel Genofre

Eu acompanhei porque era editora, a minha equipe acompanhou. Eu entrei depois, na verdade, para fazer matérias especiais. Agora, antes de falar do caso Rachel, a gente tem que falar do caso da menininha de Quatro Barras, chamada Giovana. A Giovana tinha a mesma idade da Rachel, o mesmo porte físico miudinho, mesmo formato de cabelo, sabe... E, da mesma forma que a Rachel, ela era uma menina dada, que conversava com todo mundo. E a Giovana saiu de casa para vender rifa de Páscoa para a escola dela. Ela desapareceu e foi encontrada dias depois, assassinada, nua, com o corpo lavado e em posição fetal. Ela estava amarrada com fio de luz, dentro de um saco plástico, no meio do mato, em um terreno baldio, próximo da casa dela, nas mesmas condições ou condições muito parecidas com o caso da Rachel.

Eu cheguei a ver tudo, a nossa equipe acompanhou. Fizemos matéria especial, eu criei uma série especial no site da *Tribuna*, em que eu pegava um caso mais antigo ou recente, o esmiuçava inteirinho e fazia uma série de seis capítulos. Fizemos um caso Giovana no chamado "Tribuna da Justiça".

A "Chacina de Carambei", que também no "Tribuna da Justiça", também me marcou muito. Foram mortas três pessoas e, até hoje, o caso não foi esclarecido, tem sobrevivente que não fala. Eles foram mortos em um banheiro em uma chácara e existem manchas de sangue no azulejo que não saíram até hoje. Eles lavam, lavam, lavam o local, mas as manchas continuam lá, como se estivessem clamando por Justiça. Eu até terminei a série sobre esse caso falando nisso.

Mas bom, voltando ao caso Giovana... A menina foi morta, acusaram uns ciganos que moravam perto da casa dela, esses ciganos foram presos e ficaram anos e anos na cadeia. Foram levados a julgamento e não tinha uma única prova que os ligasse ao crime. Eles sempre juraram inocência e foram absolvidos. Então o caso da Giovana nunca foi solucionado. Um tempo depois, apareceu o caso da Rachel.

A Rachel foi sequestrada na saída da escola, uma menina com o mesmo porte físico da Giovana, que também falava com todo mundo e provavelmente estava sendo observada pelo assassino. As pistas do crime são muito parecidas com o caso da Giovana. Eu suspeito que possa ser, inclusive, o mesmo assassino. No caso da Giovana, tinha um motorista de ônibus que fazia a linha Curitiba-São Paulo que foi um dos suspeitos que chegou a ser investigado, mas talvez não foi investigado o quanto deveria. E o que mais chama atenção é que ele era um motorista de ônibus. No caso da Rachel, ela foi largada na Rodoferroviária de Curitiba. A mala foi deixada próxima de um local onde moravam uns índios, talvez com o propósito de confundir ou levantar suspeita contra eles, que são uma categoria desfavorecida e estigmatizada como os ciganos.

A pessoa que deixou o corpo lá parecia ter conhecimento da rodoviária, porque desviou das câmeras de segurança. Então era alguém que provavelmente frequentava o local. Aí você fica só no 'se', no 'talvez'. O que faltou nos dois casos foi uma investigação mais aprofundada, de melhor qualidade. A investigação não foi bem feita. Pode ser, inclusive, um assassino em série que saiu daqui e matou outra menina em outro canto... Quem defende essa hipótese de ser um assassino em série é o advogado da família de Rachel, que defendeu os ciganos no caso da Giovana.

Faltou qualificação para a Polícia Civil para esclarecer esses casos. A minha equipe já estava acompanhando o caso da Rachel desde o desaparecimento. Na época, eu estava fazendo um curso no Ministério Público de São Paulo. Eu ia para lá uma vez por semana, pegava um ônibus na rodoviária, ia e voltava. Pegava um ônibus 6h da tarde, chegava aqui meia-noite, 1h da manhã. Chegava aqui, dormia um pouquinho para depois ir trabalhar. E aquele dia eu cheguei de São Paulo umas 10h30 da noite, passei pela rodoviária, 11h acharam o corpo da menina, era a equipe da noite.

Esse caso é muito triste, o modo como a menina foi morta, muita coisa que a polícia divulgou e que talvez pudesse ter ajudado antes. Muita confusão, a polícia não sabe investigar. Falta prova material, falta coerência. Nossos policiais não sabem investigar, eles veem com resquício da Ditadura, vai só na base do pau-de-arara para as confissões. Só sabem investigar na base da paulada.”

Preconceito

Eu sempre usei saia e salto alto. Se tinha que caçar bandido, eu corria de salto alto ou tirava o calçado. Eu nunca deixei a minha feminilidade. Claro, se tivesse rebelião no presídio, eu ia de calça, jaquetão, tênis, capuz, tudo para não me expor, para não virar alvo ou notícia. Claro que, muitas vezes, como a gente não tinha pauta, eu não sabia o que ia encontrar pela frente, se eu ia participar de um tiroteio, de uma correria. Agora, se participasse, tinha que encarar do jeito que dava. Eu nunca deixei de usar maquiagem, pintar a unha de vermelho, passar batom... Eu era mulher e repórter policial. Claro, no caso de uma rebelião, eu não queria fomentar nada. Imagina só eu de minissaia em uma cadeia com dois mil homens rebelados... É uma idiotice sem noção.

Quando teve uma rebelião muito grande, quando eles mataram nove ou dez presos, na Penitenciária Central, a cadeia estava tomada pelos detidos, tinha corpo de preso no meio do pátio e tudo mais... Eu estava lá com toda a equipe do lado de fora, onde passei o dia inteiro até liberarem a entrada para imprensa, só que o diretor da cadeia era amigo pessoal do diretor do jornal. Quando nós fizemos uma fila indiana para passar e para entrar, eu me lembro que ele me pegou pela cabeça e disse ‘você não, baixinha, você volta’. Eu falei ‘não, eu vou fazer, eu vou fazer’. E ele disse ‘não, você não vai entrar, a cadeia está tomada pelos presos e você é mulher, aqui você pode servir de isca’. E eu coloquei o rabinho entre as pernas e voltei para a redação. E ele tinha razão, eu tinha um colega homem para fazer o trabalho, eu não precisava me expor, expor o meu veículo. Eu voltei para a redação e a gente fez aquele jornalismo bem antigo, eles iam no orelhão e ligavam para mim e eu escrevia. Quando eles voltaram, os textos estavam todos prontos. Eu não deixei de fazer, não quis me arriscar desnecessariamente, mas ajudei com os textos e fiz o meu

trabalho.

Uma vez, eu fui ameaçada por um delegado. Houve um sequestro no interior do estado de uma menina. Prenderam um suspeito, arrebentaram o rapaz no pau-de-arara, queimaram toda a genitália dele com spray de pimenta, o machucaram horrivelmente. Ele ficou todo queimado e destruído. Ele foi trazido para Curitiba e me chamou na casa dele, eu e meu fotógrafo na época, o Giovane Santos, e ele ficou nu, mostrando tudo o que tinham feito com ele. E eu fiz uma matéria muito grande, nós fotografamos e fizemos a capa da *Tribuna*. Lembro a manchete até hoje “Olhe o que a polícia fez com esse homem” e saiu a *Tribuna* exatamente no mesmo dia em que a polícia desarticulou a quadrilha responsável pelo sequestro e fez uma mega apresentação no auditório da delegacia. Botaram a quadrilha inteira pra apresentar. Quando eu entrei no auditório... Sabe quando você podia ouvir uma mosca voando? Ninguém nem respirava, nem os meus colegas, nem o pessoal da outra emissora. Os tiras levantavam para me peitar... E o delegado que comandou a investigação, não vou falar o nome dele porque está na ativa até hoje, um delegado alto e fortão, me peitou. Eu, baixinha e tal, dei com a cara no peito dele e ele falou ‘pena que os tempos da ditadura acabaram, sorte tua, senão você não ia voltar pra casa’. Eles estavam com muito ódio de mim, porque na verdade foi um pá... Botei água fria na fervura deles... Era para ser uma baita de uma apresentação da quadrilha e eu, bem no dia, mostrei que, para desarticular a quadrilha, eles acabaram com um rapaz inocente. E eu fui ameaçada.

Eu ouvi e sentei, continuei fazendo a minha matéria. Fiz a matéria da quadrilha e tal... Isso, essas coisas, faziam com que eles tivessem muito respeito por mim. ‘Essa mulherzinha é fogo, caneta pesada’. O Delegado da Homicídios, já falecido, também chegava e falava ‘ah, a Mara da caneta pesada chegou aí’. Eu fazia a matéria que tinha que ser feita. Esse caso aconteceu em 1987, por aí. Depois, pegaram o rapaz de novo e o levaram para a mesma delegacia. E ele falou que não, que não tinha falado nada, com as fotos dele pelado no jornal, mostrando que ele tinha apanhado. Ele disse que não tinha dito nada e eu fiquei como a ‘inventora do caso’. Eles, então, arquivaram o inquérito. Os policiais não foram punidos e os delegados me chamaram de mentirosa.

3. Entrevista com Vânia Mara Welte, realizada no dia 3 de setembro de 2014, às 20h30min, com duração de uma hora e 30 minutos.

“Quando eu entrei no jornalismo, havia a Terezinha Cardoso, que era jornalista policial. Eles têm um nome horrível para definir quem faz o jornalismo policial. Ela ia, no dia a dia, nos lugares mais horrorosos. Foi quando eu entrei no jornal. Mas eu queria ser fotógrafa.

Mussa José Assis foi dar aula para a gente na PUC. No primeiro dia de aula, ele disse que quem aprendesse tudo o que ele estava dando na aula ganharia um estágio. Na hora eu pensei ‘essa vaga é minha’. Porque eu não faço as coisas por fazer, faço para saber. Eu estava determinada a ganhar, eu bebi, do primeiro ao último dia, tudo o que ele ensinou. Ele disse ‘ah, eu não vou esperar até o final do ano para dizer, porque eu já sei quem vai ser’. Todo mundo ficou quieto, esperando... E eu já estava preocupada, porque sabia que era eu e ele disse que quem ganhasse teria que sair da aula e já ir direto trabalhar. E eu nem sabia direito o que fazer, porque 6h da manhã do outro dia eu tinha que estar dando aula em um lugar lá longe, onde Judas perdeu as botas. Era um local muito violento, qualquer mulher que eles viam na rua era morta.

Na época, era muito complicado ser jornalista, para entrar na redação eu tive que brigar muito. Meu pai dizia que só prostitutas iam ser jornalistas. E eu não era prostituta, mas queria ser jornalista. Não queria que meu pai brigasse comigo e se eu fosse chegar ainda mais tarde, ele ia brigar. Aí o professor falou ‘é a Vânia Mara Welte’ e todo mundo ficou ‘oooooh’. E eu fui lá com o Mussa. Quando cheguei, tinha um aquário onde os chefes ficavam... E eles falaram ‘então tá, já vamos resolver tudo aqui’. E eu: ‘que horas eu entro?’. Ele: ‘se você sai da faculdade às 17h, entra às 17h20, se sai às 18h, entra 18h20’. ‘Tá, e que horas que eu saio?’ ‘A hora que fechar o jornal’. ‘Tá, e que horas é isso?’ ‘Meia-noite, meia-noite e meia, uma hora’. ‘Mas e como eu vou voltar pra casa?’ ‘Eu dou um jeito, alguém te leva, nem que seja eu’. ‘Então começa agora’. ‘Tá, mas e quanto eu vou receber?’. ‘O quê? Você está louca? Quer fazer estágio e receber igual a todo mundo?’ ‘Eu tenho que trabalhar e ganhar, eu preciso comer, me vestir... Meu pai não vai gostar disso’. Daí ele aceitou me pagar. ‘Tá bom, posso ligar para o meu pai?’ ‘Pode, pegue

meu telefone'. Então eu liguei para o meu pai e disse 'pai, eu vou ganhar mais que você... Brincadeira, brincadeira'. Então acertamos tudo. 'Bom, veja bem, se você precisar de mais alguma coisa, volta e peça'.

No outro dia, eles tinham tanta certeza que eu ia continuar que o Camargo, que hoje é chargista na *Gazeta do Povo*, fez um desenho desse tamanho para mim... O meu cabelo era bem comprido e preto, eu era bem alta e magra. Ele fez uma moça com as minhas feições, com um vestido azul celeste cheio de estrelinha, uma tiara de princesa na cabeça e uma varinha de condão batendo e todos os homens da redação como os muçulmanos da Meca, todos deitadinhos.

Eu estava no primeiro ano de jornalismo, tinha uns 18, 19 anos. Dois dias depois eu fui lá e disse 'Mussa, lembra quando você disse que, se eu precisasse de alguma coisa, era para pedir? Então, eu vim pedir'. 'O que nós esquecemos?'. 'Eu preciso fazer xixi e não existe banheiro para mulher aqui'. Ele disse 'é mesmo, vamos resolver isso!'. No primeiro e segundo dia eu segurei, mas não podia continuar daquele jeito, senão eu ficaria doente.

'Vem cá, quando você quiser fazer xixi, você liga para a telefonista e fala que precisa da chave. Aí ela vai lá e pega a chave do banheiro do presidente do jornal e você desce e vai no banheiro dele'. Quando eu precisava, ia lá e ligava. Todo mundo ficava 'aaaah'. Era um 'xixi anunciado'. Eu sempre tinha que ser rápida, para não pensarem que eu estava fazendo mais coisa.

Essa foi a minha entrada. Continuei trabalhando lá quando o Mussa chegou e perguntou se eu queria fazer umas reportagens especiais. Eu falei que eu queria. Então, fui trabalhar com grandes nomes do jornalismo, como o Maranhão, por exemplo, que hoje trabalha na *Placar*. Então eu fui entrevistar pessoas como a Nathalia Timberg, o Pascoal Carlos Magno. Depois eu fui entrevistar o 'Lápis'. A matéria era assim 'Fino, comprido e preto'. E a reportagem ficou tão boa que, no outro dia, ele estava lá na janela fazendo serenata para mim com outras pessoas. E o meu pai lá despejando água em cima dele. Um dia, tinha uma fuga de presos em uma região que eu não lembro... E o Mussa falou 'você não quer ir com a Terezinha?' e eu disse 'eu quero'. E lá fomos nós duas, duas mulheres para fazer jornalismo policial. Daí nós entramos no carro e fomos seguindo os carros policiais.

Até que nós chegamos ao lugar onde eles estavam pegando os

chamados 'marginais'. Eu fiquei enlouquecida. Eu falei 'fotografa, fotografa, fotografa'. O policial pegou um menino... Sabe aquele cabelo de aço, negro, duro feito espiga... Pegava um facão sem fio e cortava o cabelo do menino... E o menino gritava 'tá doendo, tá doendo'. O policial dizia 'ah, agora tá doendo, seu filho de uma...'. Era um tratamento absurdo, desumano, de animal. E o policial se achando, né. Como a gente era menina, eles achavam que estavam abafando. No dia seguinte, a matéria saiu completamente contra eles. Eles queriam matar a gente. O Mussa chegou 'mas Vânia, como vocês fizeram uma matéria dessas? Tinham que pegar mais leve'. 'Como assim pegar mais leve? Eles tinham que estar na cadeia'. Mas claro que tinha policial gente boa também... Bom, depois disso, eu não fiquei fazendo policial, eu não achava tão legal, sabe. Era muita miséria, muita dor, muita desigualdade. Eu acho, até hoje, que está errada a ideia de que se deve diminuir a maioridade penal. Aí eu pergunto: quando essas crianças tinham três, quatro anos de idade, o que a sociedade, o que nós fizemos para elas? Nós víamos se elas passavam fome, se tinham casa para morar, se os pais tinham emprego? Se a mãe não apanhava do pai? Ninguém nunca se importou com isso. Aí quando agora, com 20 anos de idade, eles viram para a gente e querem nos matar, eles são os culpados sozinhos? Ou nós temos a nossa parcela de culpa? É desumano, é covarde querer diminuir a maioridade penal. Quando vemos a corrupção, a desigualdade, a honra sendo desmanchada... A culpa é de quem? É da sociedade, da falta de uma política social, de saúde, educação. São tantas faltas, tantas misérias, nós não podemos culpar uma única pessoa. Mas a minha paixão foi sempre o ser humano, os animais e as crianças.

Quando eu via as crianças sendo judiadas e feridas nos seus direitos, eu participava de iniciativas para ajudar a solucionar esses problemas. Tanto é que trabalhei na Ciranda por um tempo. E fui convidada para coordenar a campanha na Tríplice Fronteira. Eu tenho uma qualidade muito boa: 'saber botar fogo no rabo alheio', então eu conseguia fazer as pessoas trabalharem. O projeto ajudava a combater o turismo sexual de crianças e adolescentes. Eu influenciei, por exemplo, a escolha do Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, no dia 18 de maio, data de morte da menina Aracelli. Eu viajava muito, trabalhava entre o Brasil, Paraguai e Argentina. Uma noite, eu estava saindo do Paraguai para ir para o Brasil.

Aquele escuro, vazio, eu vi aqueles quatro homens chegando na ponte. Eu tinha um carro possante, que meu irmão me deu. Eu estava indo, quando senti os caras com os dois facões: pá, arrebentaram o pneu da frente. Eu continuei correndo até a aduana brasileira, era só neguinho se espanando. Quando cheguei lá, contei para o homem que estava lá, um negro imenso, pernambucano, o que tinha acontecido. Ele perguntou se eles eram brasileiros ou paraguaios e eu disse que não tinha tido tempo de perguntar qual era o idioma deles.

‘O senhor pode me ajudar? Eu só tenho um pneu’. Ele disse que podia. Ele falou que estava assustado com a violência na Tríplice Fronteira, que não tinha comparação com Pernambuco, que já era muito violenta. Ele falou ‘ainda que você não morreu porque teve coragem, mas olhe ali dentro’. Ele apontou para uma salinha, onde tinha um homem todo aberto, todo machucado, tudo para fora no peito, tripa, o cara morrendo ali. ‘A gente já chamou o médico, mas acompanhado do IML, porque não tem salvação, ele vai morrer’.

Eu brinco com Deus, eu falo com Deus que eu posso morrer a qualquer momento, só não pode ser de aneurisma cerebral, de AIDS, incendiada, nem afogada. O resto pode me matar. Mas eu quero viver além dos 100 anos. Quando eu viajava pelo governo no Paraná, na época não tinha limite de velocidade, os meninos viajavam rápido demais e eu já não gostava de ir devagar. Eu quero chegar logo.

Eu sempre sentava na frente para dirigir junto. Uma vez eu achei que ele não ia fazer a curva, a 180 km/h, vi um paredão de pedra na minha frente e eu pensei ‘Deus, eu não quero morrer picadinha, me leve inteira e cuide da minha família’. Quando eu abri o olho, ele tinha feito a curva. Mas eu não tinha medo. Um dia, era a minha folga, eu não fui. O menino com quem eu viajava sofreu um acidente e acabou com o carro caindo em um penhasco. O carona não usava cinto de segurança e acabou atravessando o vidro e batendo a cabeça em uma pedra. Foi assim que ele morreu. Todo mundo procurando o cara afogado no rio, mas ele estava morto lá em cima. Ninguém mais queria viajar com ele e o rapaz veio perguntar para mim se eu tinha coragem de fazer o trajeto e eu disse que sim. No meio do caminho, ele perguntou para mim por que eu tinha coragem de ir com ele e eu respondi ‘é que na história que Deus escreveu pra mim eu sou a protagonista e a protagonista não morre’. Ele deu

risada. Então, eu não tenho medo. Um dia, todos nós vamos morrer. E eu já passei por cada risco... Vivo o dia tão plenamente que eu estou pronta a qualquer momento.

Nunca, jamais vou me acostumar com a morte, com a miséria, com o sofrimento, com a injustiça. Um dia eu estava indo morar no Rio de Janeiro, todas as nossas coisas estavam empacotadas, nós iríamos com eles. Meu filho foi se despedir de um amigo e bem quando ele chegou na esquina, houve uma batida e uma explosão. Eu só pensei 'meu filho, meu filho'. Saí pulando todos os muros e fui correndo ver o que tinha acontecido. Um vizinho falou 'ele já passou por aqui'. Fiquei mais tranquila, aí prestei atenção no que foi o acidente. O cara veio e bateu no outro, jogou o outro contra a parede e o carro do outro capotou, ficou com as rodas para cima. O cara que estava no carro capotado chorava e gemia, dizendo que o veículo ia explodir. Quando olhei, vi que o tanque de gasolina tinha vazado todo, e estava jogando o combustível em cima do homem. Eu falei para todo mundo ajudar a puxá-lo e ninguém vinha. E eu estava encharcada de gasolina. O homem do outro carro veio xingar que o cara tinha estragado o carro do pai dele, mas, no fim, parou para me ajudar a puxar a vítima. 'Você é uma louca, você vai morrer queimada'. 'Eu vou morrer feliz porque estou salvando uma vida. Ao invés de ficarem parados, ajudem com o extintor'.

Outras vezes também ajudei pessoas, eu não fico pensando que eu posso morrer, na hora você não pensa. Já briguei com bandido e tudo... Acho que isso tá dando certo até agora."

Observação e preconceito

"Desde criança, sou uma observadora nata. Adoro observar, eu brincava com a minha mãe: 'agora vai acontecer isso, isso e isso'. Minha mãe dava risada, mas no fim acontecia. Eu observo o ser humano, sei quando ele está mentindo ou enganando. Isso você aprende no dia a dia, com a experiência, com a vida, com a observação. Esse tipo de coisa ajuda muito a gente na investigação. O jornalismo é investigativo, dizer que o jornalismo é investigativo é pleonasmo pra mim.

Prestar atenção. Esse tipo de coisa é muito peculiar à mulher, que

atenta aos detalhes e tem a capacidade da antena parabólica, tá fazendo uma coisa e presta atenção em outra.

O fato de eu ser tratada diferente... Eu percebo isso só agora. Naquela época tinha mais facilidade, talvez a saia mais curta ajudasse. Fui filha entre quatro meninos, então eu sabia quando estava sendo cantada. Eu tinha sorte de estar com grandes personalidades, eu era a irmãzinha deles. 'Todo mundo era apaixonado por você, mas ai de quem ousasse avançar o sinal', diziam. Eles cuidavam de mim.

Eles estavam no corredor, com aquela risada, aquela gritaria e alegria, eu queria participar, mas, quando chegava, eles ficavam quietos. Depois eu descobria que eles estavam falando de mulher. Mas nunca sofri preconceito na redação, só se for de carinho e amor, não de invasão. Claro que algumas pessoas tentaram furar o sinal, mas eu tinha jogo de cintura para isso. Trabalhei em quartel, dei aula para soldado, sempre estive muito rodeada de homens. E você sabe que, se der um sorriso diferente, um homem pode interpretar de maneira errada. Então, eu tinha que me regradar, ser sempre muito profissional. Claro que, às vezes, alguém vinha perguntar se eu usava calcinha e sutiã por baixo do vestido. Mas quer dizer, você ouve isso e pensa 'esse cara é imbecil, você vai dar bola para um cara desses? E um cara bem famoso ainda, metido a conquistador'."

Caso Bruxas de Guaratuba

"Então, vieram me perguntar se eu queria acompanhar o caso, e eu só falei que não queria me meter nesse tipo de coisa, de ritual de magia com criança e tudo mais, não quero saber dessas brigas. O Mussa só chegou para mim e disse 'sério que você pensa assim?'. Naquele dia eu fui para a biblioteca e li tudo sobre o caso, na hora vi que eu tinha interpretado tudo errado. Então eu entrei na investigação com tudo e fiz uma série de reportagens para mostrar que elas eram inocentes.

Eu fui a fundo até o fim. Um dos momentos mais marcantes foi quando eu fui conversar com o doutor que assinou o exame de DNA confirmando que o corpo encontrado era o do menino. Ele era um geneticista muito famoso, que fez parte do Genoma Humano. Eu o persegui até o hotel em que ele estava

hospedado e também em uma palestra, para saber o que realmente tinha acontecido. Porque aquele corpo encontrado era muito maior do que de uma criança de seis anos. Eu acredito que esta criança ainda está desaparecida e que foi tudo uma armação contra as Abbage. No fim, ele me disse que assinou sem ver, mas me proibiu de publicar essa informação. Eu só a passei para os advogados de defesa das irmãs.”